

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Unidade Setorial da Diretoria de Licenciamento Ambiental



TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Aos 14 dias do mês de setembro de 2015, procedemos a abertura deste volume nº XLIX do processo de nº 02001.000508/2008-99, que se inicia com a página nº 9359. Para constar subscrevo e assino.

Maycon Roberto da S. Martins
MAYCON ROBERTO DA S. MARTINS
Responsável do(a) SETORIAL DILIC/IBAMA

EM BRANCO
EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



DESPACHO 02001.031621/2015-45 COHID/IBAMA

Brasília, 08 de dezembro de 2015

A Coordenação de Energia Hidrelétrica

Assunto: **Documentos do processo nº 02001.000508/2008-99 fora da ordem cronológica.**

Documentos do Processo nº 02001.000508/2008-99, referente ao mês de maio e julho de 2015, encontram-se fora da ordem cronológica, por terem sido entregues ao Técnico Responsável do Processo (TRP) nesta data.

Alessandra Cabral Leite Duim
ALESSANDRA CABRAL LEITE DUIM
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

EM BRANCO



PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SECRETARIA DE EXECUÇÕES DA TUTELA COLETIVA
6º OFÍCIO - 3º CCR / 4º CCR

DIGITALIZADO



OFÍCIO Nº 1534/2015/MPF/PR-RO/SETC - 6º OFÍCIO - 4º CCR.

Porto Velho/RO, 30 de abril de 2015.

A Sua Senhoria, o Senhor Thomaz Miazaki de Toledo.
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA.
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal n 09566.
Brasília - DF.

Referência: ICP 1.31.000.001363/2014-44.
(Favor, ao responder fazer referência ao procedimento em epígrafe).

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: <u>ofício</u>
Nº. 02001.0097 <u>98</u> /2015- <u>65</u>
Recebido em <u>26/05/2015</u>
<u>Comila</u>
Assinatura

Senhor Superintendente,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para requisitar a Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, e no prazo de 10 (dez) dias úteis, que encaminhe a esta Procuradoria informação atualizada quanto ao monitoramento da atividade pesqueira no Lago Cuniã.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para mais informações.


GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI CUNHA
Procuradora da República

DAB/31598

Para a CGENE:

- 1- Para as providências que o caso requer;
- 2- Atentar ao conteúdo do Ofício nº 02001.005885/2015-43 DILIC/IBAMA, de 28/05/15, solicitando dilatação de prazo.

Renato Miranda Carvalho
Técnico Administrativo
Matrícula: 2175663
DILIC/IBAMA

28/05/2015

UHE Santo Antônio

A Cottid 2,

Favor elaborar minuta de ofício ao MPF e encaminhá-la a esta CGENE.

Fui 08/06/15,

Regina Ceferino

Regina Cheli Montenegro Generino
Coordenadora-Geral de
Infraestrutura de Energia Elétrica
CGENE/DILIC/IBAMA

Informo que tomei ciência e concordo com o teor da resposta encaminhada à secretaria da CGENE.

8/6/15

Frederico Queiroga do Amaral
Coordenador de Energia Hidrelétrica
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

A Cotid

Demanda respondida pelo Ofício nº 02001.006521/2015-81 CGENE. Paula Jadorani



PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SECRETARIA DE EXECUÇÕES DA TUTELA COLETIVA
6º OFÍCIO – 3º CCR / 4º CCR

ÚNICO – PR/RO-0013912/2015



OFÍCIO Nº 2533/2015/MPF/PR-RO – 6º OFÍCIO – 4º CCR.

Porto Velho/RO, 10 de julho de 2015.

Ao Senhor
PAULO BALTAZAR DINIZ
 Superintendente do IBAMA no Estado de Rondônia
 Av. Governador Jorge Teixeira, nº 3559 – Costa e Silva
 Porto Velho — Rondônia

MMA / IBAMA / SUPES - RO
Documento - tipo: ...
Nº 02024.002524/20 15 - 87
Recebido em: 17/07/15

Natane

Referência: Ofício nº 036/2015/MPE-RO-GT (ÚNICO-PR-RO-11331/2015).
 (Favor, ao responder fazer referência ao procedimento em epígrafe).

Senhor Superintendente,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, e no prazo de 20 (vinte) dias, que realize vistoria no local, para verificação da denúncia contida no Ofício nº 036/2015/MPE-RO-GT (cópia anexa).

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para mais informações.

[Handwritten Signature]
GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI CUNHA
 Procuradora da República

*A Natália e Sara
 para elaborar
 relatório, tendo em
 vista o pedido de dilação
 (Ofício 02001.00001.2015-20
 DILIC)*

DIGITALIZADO

Ab NLA,

Solicito manifestar se o IBAMA
tem responsabilidade sobre a
denúncia apresentada e elaborar
resposta.

20/07/15

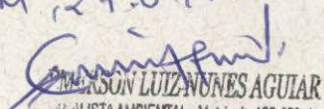

René Luis de Oliveira
Superintendente Estadual
Portaria n.º 38/2014
IBAMA/RO

EM BRANCO

À COHID,

PARA ELABORAÇÃO E ENCAMINHA
MENTO DA RESPOSTA.

EM 27.07.2015.


EMERSON LUIZ NUNES AGUIAR
ANALISTA AMBIENTAL - Matrícula 169.868-4
NÚCLEO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

ÚNICO PR/RO - 11331/2015



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
em defesa da sociedade

Grupo de Trabalho Operacional das Promotorias Cíveis
e da Tutela Coletiva



Ofício nº 036/2015/MPE-RO/GT

Porto Velho, 12 de junho de 2015.

Assunto: Prédio das coleções biológicas – UNIR.

Procuradoria da República em Rondônia
Recebido em 12/06/15 Hora 14:47
Sandra M. Cruz da Luz Level
Técnico Administrativo
Mat 18579-5 - MPF/PR-RO

Senhora Procuradora,

Cumprimentando-a, repasso informações recebidas extraoficialmente, o prédio onde estão depositadas as plantas aquáticas, peixes e mamíferos das coleções biológicas, em espaço construído pelo Consórcio Santo Antônio Energia, especialmente para esta finalidade, na Universidade Federal de Rondônia, estaria apresentando problemas, tais como infiltração no teto, operar com apenas uma bomba de água (não sendo suficiente para a demanda), o sistema de vigilância não funcionar adequadamente, e os equipamentos estão expostos a intervenção alheia, bem como em situação de insegurança quanto a manutenção de sua integridade, para providências que entender cabíveis.

Atenciosamente,

Aidee Maria Moser Torquato Luiz
AIDEE MARIA MOSER TORQUATO LUIZ
Promotora de Justiça
Coordenadora do Grupo de Trabalho – MPE

A Senhor Procurador da República em Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural
GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI CUNHA
Ministério Público Federal
Rua Abunã, 1759 – São João Bosco
NESTA

EM BRANCO

Laboratório reúne peixes da Amazônia



Prestes a ser inaugurado, o prédio de Coleções Zoológicas e Laboratórios Integrados da Universidade Federal de Rondônia (Unir), recebe a visita do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antônio Raupp, no dia 24 de outubro. O laboratório fica em Porto Velho (RO) e foi construído pela Santo Antônio Energia, empresa responsável pela implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio.

No prédio estão coleções de grupos zoológicos e botânicos, onde está o segundo maior conjunto de tecidos de peixes do Brasil, com mais de 10 mil amostras, e também a terceira coleção de peixes reconhecida da Amazônia, considerada uma das melhores do país em termo da qualidade e precisão de identificação do acervo.

A maior parte dela, inclusive, é fruto de pesquisas feitas pelas equipes da Santo Antônio Energia e Unir que realizam um levantamento sobre as espécies de peixes da bacia do Madeira e sua ecologia e biologia, desde 2009. Ao longo dos últimos anos foi identificada a ocorrência de 970 espécies de peixes na região, algumas delas raras entre as coleções do mundo e, pelo menos, 40 espécies novas para a ciência.

As coleções biológicas de **entomofauna, ictiofauna, herpetofauna, mastofauna, avifauna e herbário** da Fundação Universidade Federal de Rondônia foram instituídas pela Portaria nº 566/GR, de 19/08/2009 e vinculadas ao Departamento de Biologia. Elas representam fontes permanentes de pesquisa, extensão e ensino, de modo a compor a infraestrutura básica de suporte para construção e desenvolvimento do conhecimento científico.

A missão é prover a divulgação das principais informações científicas sobre as coleções zoológica e botânica disponíveis em nossa região.

Atualmente conta com prédio que abriga as coleções de grupos zoológicos e botânicos, bem como os laboratórios integrados, proveniente de investimentos realizados pela Santo Antônio Energia, empresa responsável pela implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio.



Entomofauna,

Com 1.500 espécies catalogadas a coleção de entomofauna visa manter representantes da biodiversidade do estado de Rondônia em condições ex-situ, fornecendo informações à manutenção de bancos de dados de biodiversidade e subsidiando pesquisas em sistemática, biogeografia, evolução e ecologia. Conta com uma sala de 18 m² para abrigar o material que se encontra alfinetados e em meio líquido.

Curador: Maria Aurea Pinheiro de Almeida Silveira

E-mail: aurea@unir.br **Telefone:** (69)2182-2161 **Homepage:** em construção

Ictiofauna,

O material da coleção de ictiofauna permitirá que mais de 250.000 exemplares sejam alocados gradualmente nesta coleção. Atualmente, 10.400 lotes estão tombados e distribuídos em 800 espécies coletadas desde o rio Guaporé (MT), passando pelas corredeiras do rio Madeira (RO), até a foz (AM), constituindo-se em uma das regiões mais bem amostradas na Amazônia.

A infraestrutura para abrigar a coleção contempla sala de 230 m² e uma antessala com 13m² com condições de luminosidade e temperatura adequadas ao armazenamento seguro de todo o material ictiológico, mantido em etanol 70%. Com relação a coleção úmida, esta receberá cerca de 100 estantes de metal já adquiridas pelo laboratório para organização dos lotes, além de cerca de 25 tambores para espécimes de grande porte.

É importante ressaltar que a coleção tem tido um papel importante na descrição de novas espécies de peixes e conta com o depósito de dois parátipos, sendo de uma espécie descrita em 2011, *Scorpiodoras liophysus* (UFRO-I 3471), e de outra espécie em processo de descrição, *Brachyhypopomus* sp. n. (UFRO-I 7928). Em complemento, esta coleção compõe uma das mais completas referências aos peixes bentônicos de calha e possui exemplares de táxons raros em coleções, muitas vezes novos, como Potamotrygonidae, Aspredinidae (*Xyliphius melanopterus*, *Amaralia* sp., espécimes de possível novo gênero), Characidae (*Amazonspinther dalmata*, *Microschemobrycon guaporensis*, espécies novas de *Moenkhausia*, *Hemigrammus*), Loricariidae (*Lamontichthys*, *Hemiancistrus*), Gymnotiformes (*Archolaemus* e *Brachyhypopomus*), Lepidoserinidae (*Lepidosiren paradoxa*) e de peixes subterrâneos (*Phreatobius*).

No que diz respeito a coleção de tecidos – ictiofauna, esta conta com sala de 17 m², que receberá todos os tecidos de peixes que são coletados no rio Madeira e armazenados em freezers. Esta coleção receberá imediatamente dois freezers com mais de 10.700 tecidos catalogados de pelo menos 500 espécies de peixes do rio Madeira. Cerca de 2000 tecidos incorporarão esta coleção em curto prazo. A coleção de tecidos receberá um sistema de curadoria própria, mas altamente sinérgica com os demais laboratórios, especialmente com a coleção científica de peixes (úmida e seca). A manutenção de uma coleção de tecidos é crucial para subsidiar e estimular pesquisas nas áreas de genética.

Curadora: Dra. Carolina Rodrigues da Costa Doria

E-mail: carolinarcdoria@unir.br



Herpetofauna

Área geográfica representada, pelo fato de a CRHRO ser muito recente, ela ainda é pouco representativa em termos geográficos, sendo mais de 90% de seu acervo advindo do Município de Porto Velho, principalmente da Área de Influência Direta (e AII) da UHE Santo Antônio.

No que diz respeito ao estado atual de catalogação, atualmente somam-se cerca de 3.087 espécimes depositados na CRHRO divididos em duas Classes e três Ordens, sendo estas: ordem Squamata, subdividida nas Subordens Ophidia e Lacertília; ordem Anura e ordem Gymnophiona. Já foram catalogadas 40 famílias e cerca de 130 espécies.

Quanto à diversidade sistemática do acervo, a Classe Amphibia está abrangida por 1612 espécimes de 17 famílias, enquanto a Reptilia por 1235 espécimes de 22 famílias. A Classe Reptilia está representada por três ordens: Squamata (1229 espécimes em 18 famílias), subdividida nas Subordens Ophidia (serpentes) e Lacertilia (lagartos); a ordem Crocodylia está representada apenas por um espécime e a ordem Testudinata por oito espécimes de três famílias; A Classe Amphibia está representada na Coleção por três ordens: Anura (1597 espécimes, 14 famílias) e ordem Gymnophiona (14 espécimes e 2 famílias), Caudata (01 espécime de uma família).

Há algumas espécies relativamente raras com representatividade significativa na Coleção, como: *Phyzelaphryne miriamae*, *Potomotyphlus kaupii*, *Cochranella midas*, *Bolitoglossa sp.*, *Apostolepsis quinquelineata*, *Bothrops brazili*, *Bothriopsis bilineata*, *Bachia dorbignyi*, *Uracentron azureum guentherii*, *Amphisbaena miringoera* e *Amphisbena cunhai*.

A lista de espécies catalogadas e disponível online no *Species Link* está desatualizada por problemas técnicos que estão sendo resolvidos. Atualmente a CRHO tenha mais de 70% de seus espécimes com dados de coordenadas precisas e algumas com coordenadas da localidade.

Curador: Prof^ª Dr^ª Mariluce Rezende Mecias

E-mail: messias.malu@gmail.com

Tel: (69)

http:// em construção



Mastofauna

Com 674 espécimes tombados em outubro de 2013, abrange uma área geográfica de praticamente todo o estado, envolvendo cinco das seis zonas zoogeográficas reconhecidas para Rondônia pela 2ª Aproximação Sócio-Ecológica-Econômica do Estado (RONDÔNIA, 2002): a ZZ1 (margem esquerda do rio Madeira, interflúvio Madeira/Purus), a ZZ 5 (região central de Rondônia, delimitada pelos rios Madeira a oeste, Ji-Paraná a leste e Serra dos Pacaás Novos ao sul), ZZ 3 (que corresponde a região dos cerrados do sudeste do Estado - zona bem delimitada com presença de fauna de áreas abertas, recebendo influência do Brasil Central - com coletas realizadas nos municípios de Pimenta Bueno e Cabixi) e a ZZ2 (Corresponde a planície do Guaporé e suas áreas periodicamente alagadas, com coletas em área próxima à REBIO do Guaporé) e a ZZ6 – Corresponde a região a leste do Rio Machado).

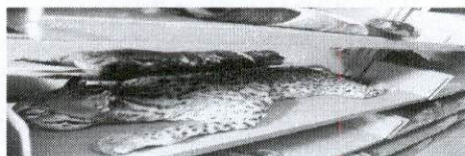
Os espécimes depositados na coleção abrangem 10 (dez) ordens, 33 famílias e 104 táxons. Primates (23,6%), Rodentia (30%) e Didelphimorphia (15%) são as ordens com maior número de espécies representadas na coleção. Destaca-se o importante acervo de primatas de médio e grande porte, 3º mais representativo deste grupo na Amazônia. Dentre as famílias com maior número de espécimes depositados, se destacam Didelphidae, Cuniculidae (com a espécie *Cuniculus paca* - paca), Dasypodidae (com muitos tatus-galinhas depositados - *Dasypus novemcintus*), e família Echimyidae (com muitos roedores do gênero *Proechimys* sp., cuja identificação taxonômica está sendo realizada através de análises gênicas). As ordens representadas são: Rodentia, Didelphimorphia, Pilosa, Cingulata, Cetartiodactyla, Carnivora, Lagomorpha, Primates, Chiroptera e Perissodactyla.

Curador: Profª Drª Mariluce Rezende Mecias

E-mail: messias.malu@gmail.com

Tel: (69)

http:// em construção



Avifauna

Com 233 espécimes tombados, a maioria advinda do trabalho de resgate de animais silvestres da UHE Santo Antônio, dispõem-se de um valioso exemplar de harpia ou



gavião-real, maior espécie de ave de rapina da Amazônia ameaçada de extinção.

Curador: Prof^a Dr^a Mariluce Rezende Mecias

E-mail: messias.malu@gmail.com

Endereço: Campus José Ribeiro Filho, BR 364, Km 9,5 Prédio das Coleções Zoológicas e Laboratórios Integrados

Tel: (69)

http:// em construção



Herbário

O **Herbário Rondoniense “João Geraldo Kuhlmann” (RON)** da Fundação Universidade Federal de Rondônia foi criado em 2009, com investimentos do Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas – FINEP. Ele está vinculado às linhas de pesquisa em biologia vegetal e sistemática vegetal do Grupo de Pesquisa Estudos da Biodiversidade da Amazônia Sul-Occidental. Sua finalidade é o registro da riqueza florística do estado de Rondônia, formação de recursos humanos e o intercâmbio com outros herbários. Atualmente conta com mais de 10.000 amostras, sendo todo o acervo disponível online com fotos.

Curador: Prof. MSc. Narcisio da Costa Bigio

E-mail: narcisio@unir.br

Endereço: Campus José Ribeiro Filho, BR 364, Km 9,5 Bloco 1L

Tel: (69) 2182-2201

http://www.ron.unir.br/

EM BRANCO



Visita técnica à UNIR para verificar situação do acondicionamento de depósito de plantas aquáticas, peixes e mamíferos das coleções biológicas:

1- Infiltrações no teto?

2- Quantidade de bombas d'água?

3- Sistema de Vigilância, como funciona?

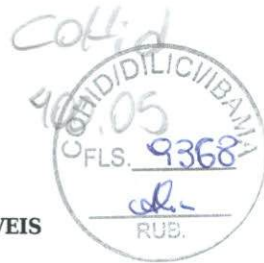
4- Condicionamento de equipamentos?

Porto Velho, 22 de julho de 2015

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1745
www.ibama.gov.br



OF 02001.009001/2015-20 DILIC/IBAMA

Brasília, 12 de agosto de 2015.

À Senhora

Gisele Dias de Oliveira Bleggi Cunha

Procuradora da República da Procuradoria da República no Estado de Rondônia 6º

Ofício-4ª

Rua José Camacho, nº 3307 - Embratel

PORTO VELHO - RONDONIA

CEP.: 76820886

Assunto: Dilação de Prazo - Ofício nº 2533/2015/MPF/PR-RO/6º OFÍCIO/4ª CCR - OF 036/2015/MPE/RO/GT (ÚNICO-PR-RO-11331/2015) - Protocolo IBAMA nº 02024.002524/2015-87.

Senhora Procuradora da República,

1. Cumprimentando-a, reporto-me ao Ofício nº 2533/2015/MPF/PR-RO/6º OFÍCIO/4ª CCR, de 10 de julho de 2015, protocolado no IBAMA sob o nº 02024.002524/2015-87, em 17 de julho de 2015, referente ao empreendimento na UFRO, para **solicitar** a prorrogação do prazo fixado para atendimento ao requisitado, considerando o recebimento do documento por esta Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC somente no dia 03 de agosto de 2015, bem como a exiguidade do prazo para prestar as informações solicitadas, em meio ao expressivo número de processos de licenciamento ambiental por todo o país que também demandam providências por este órgão no momento.

2. Pelo exposto, esperando poder contar com sua compreensão, **solicito a dilação do prazo fixado**, por mais **25 dias úteis** a partir da data a ser considerada por Vossa Senhoria.

Atenciosamente,

MARCUS VINICIUS LEITE CABRAL DE MELO

Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO



PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA

6º OFÍCIO – 3º CCR / 4º CCR – DEFESA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DO CONSUMIDOR.



OFÍCIO Nº 2888/2015/MPF/PR-RO/6º OFÍCIO – 4º CCR.

Porto Velho/RO, 06 de agosto de 2015.

A Sua Senhoria, o Senhor THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO.
Diretor de Licenciamento Ambiental – DILIC/IBAMA-DF.
SCEN Trecho 02 Ed. Sede do Ibama.
70.818-900 Brasília — Distrito Federal.

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO	
Documento - Tipo: <u>OF.</u>	
Nº. 02001.0155 <u>02/2015-74</u>	
Recebido em: <u>14/08/2015</u>	
<i>Camille</i>	
Assinatura	

Referência: **IC nº 1.31.000.000725/2012-18.**
(Favor, ao responder fazer referência ao procedimento em epígrafe).

02001.0155/2015-74

Senhor Diretor,

A fim de instruir os autos em epígrafe, sob a condução desta Procuradora, sirvo-me do presente para requisitar a Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, e **no prazo de 15 (quinze) dias**, que informe sobre as medidas de atuação do empreendedor adotadas em relação ao noticiado no Ofício nº 40/2015/MPF/PR-RO/SETC – 6º OFÍCIO – 4º CCR.

Saliento que o IBAMA informou, por meio do Ofício nº 02001.005637/2015-01 CGENE/IBAMA, o encaminhamento de parecer à Diretoria de Proteção Ambiental para que fossem tomadas as medidas de atuação do empreendedor.


Na oportunidade, encaminho registros fotográficos recebidos nesta Procuradoria da República, que demonstram a situação já noticiada no Ofício nº 40/2015/MPF/PR-RO/SETC – 6º OFÍCIO – 4º CCR (cópia anexa).

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para mais informações.

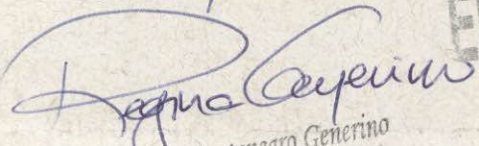

GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI CUNHA
 Procuradora da República

À CGENE:

- 1) Para as providências;
- 2) Atentação OF 02001.009187/2015 - 77 DILIC/IBAMA, de 18/08/15, solicitando dilatação do prazo.


Renato de Almeida Carvalho
Técnico Administrativo
Matrícula: 2175863
DILIC/IBAMA
18/08/2015

À COHID 2,
Favor minutar
resposta ao MPF.
Em 20/08/15,


Regina Coeli Montenegro Generino
Coordenadora-Geral de
Infraestrutura de Energia Elétrica
CGENE/DILIC/IBAMA

EM BRANCO



PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SECRETARIA DE EXECUÇÕES DA TUTELA COLETIVA – SETC
6º OFÍCIO – 3ª CCR / 4ª CCR

OFÍCIO Nº 0040/2015/MPF/PR-RO/SETC – 6º OFÍCIO – 4ª CCR.

Porto Velho/RO, 30 de março de 2015

A Sua Senhoria, o Senhor PAULO BALTAZAR DINIZ.
Superintendente do IBAMA no Estado de Rondônia.
Av. Governador Jorge Teixeira, nº 3559 – Costa e Silva.
Porto Velho — Rondônia.



Referência: ICP nº 1.31.000.000725/2012-18.

(Favor, ao responder fazer referência ao procedimento em epígrafe).

Senhor Superintendente,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Senhoria, com base no artigo 8º, II, da Lei Complementar nº 75/93, que no prazo de 10 (dez) dias úteis, manifeste-se face à Notícia de Fato instaurada a partir de e-mail encaminhado por cidadão que relata, em síntese, que as usinas instaladas nas proximidades de Porto Velho (provavelmente Santo Antonio e Jirau) não estão cumprindo com o compromisso firmado de “levar por caçamba” os peixes presos nas laterais das comportas até a parte mais alta do leito do rio.

Encaminho em anexo cópia da referida Notícia de Fato.

GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI CUNHA
Procuradora da República

DAB/estagiária

EM BRANCO



ÚNICO PR/RO - 10304/2015

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Diretoria de Licenciamento Ambiental

Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica

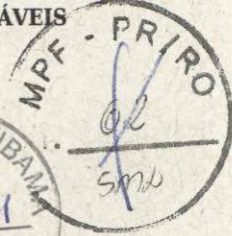
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Ex. Postal nº 09566 Brasília - DF

CEP: 70818-900 e (61) 3346-1292

www.ibama.gov.br

PR/RO-14380/2015

Junta de procedimentos nº 725/2012-18.



OF 02001.005637/2015-01 CGENE/IBAMA

PRH, 28/06/15

Gisele D. O. Bleggi Cunha
Procuradora da República

Brasília, 25 de maio de 2015.

À Senhora

Gisele Dias de Oliveira Bleggi Cunha

Procuradora do Ministério Público Federal em Rondônia/RO

RUA JOAQUIM ARAUJO LIMA 1759

PORTO VELHO - RONDONIA

CEP.: 76803749

Procuradoria da República em Rondônia
Recebido em 02/06/15 Hora 14:22

Sandra M. Cruz da Luz Level
Técnico Administrativo
Mat 18579-5 - MPF/PR-RO

Assunto: **Denúncia sobre não cumprimento de ações pelas UHEs do rio Madeira**

Senhora Procuradora,

1. Em atenção ao OF. 0040/2015/MPF/PR-RO/SETC- 6º - Ofício - 4º CCR, encaminhando denúncia recebida por esse MPF, via e-mail, informamos o que se segue.
2. Na Licença de Operação dos empreendimentos há condicionantes que obrigam os empreendedores a comunicarem ao órgão ambiental a ocorrência de morte dos peixes, com informações sobre a biomassa, as espécies e os procedimentos adotados. Mediante essas informações, são tomadas as medidas administrativas.
3. O Procedimento adotado pela Diretoria de Licenciamento Ambiental é o encaminhamento de Parecer à Diretoria de Proteção Ambiental, para que sejam tomadas as medidas de autuação do empreendedor. Os Anexos 1, 2, 3 e 4 apresentam as listas dos Autos de Infração emitidos em desfavor da Energia Sustentável do Brasil e Santo Antonio Energia.

Atenciosamente,

Regina Coeli Montenegro Generino
REGINA COELI MONTENEGRO GENERINO
Coordenadora-Geral da CGENE/IBAMA

EM BRANCO



Enc.: Denúncia Morte de PEIXE-SAE

PRRO-00018275/2014

De: Raphael Luis Pereira Bevilaqua (Raphael Luis Pereira Bevilaqua - PR (PR.RO))
Para: josefernando@prro.mpf.gov.br
Data: terça-feira - 19/agosto/2014 12:59
Assunto: Enc.: Denúncia Morte de PEIXE-SAE
Anexos: TEXT.htm; IMG-20140814-WA0030.jpg; IMG-20140815-WA0022.jpg; IMG-20140814-WA0029.jpg; IMG-20140814-WA0028.jpg

Fernando,

cadastra no UNICÓ, por favor.

Att,

Raphael

>>> Ocelio Muniz <oceliomuniz2014@gmail.com> 8/18/2014 8:34 >>>

Movimento dos Atingidos Por Barragens-MAB

Rua Aroeira, nº 4416 – Bairro Caladinho – CEP: 76808-256– Porto Velho/RO

Tel: (69) 3213-4982, (69)99661380, (69) 81308513, (69)92688296

E-mail:mabrondonia@yahoo.com.br

Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular!

----- Forwarded message -----

From: <ismael-sant@bol.com.br>
Date: 2014-08-17 21:42 GMT-04:00
Subject:
To: oceliomuniz2014@gmail.com

EM 100-0

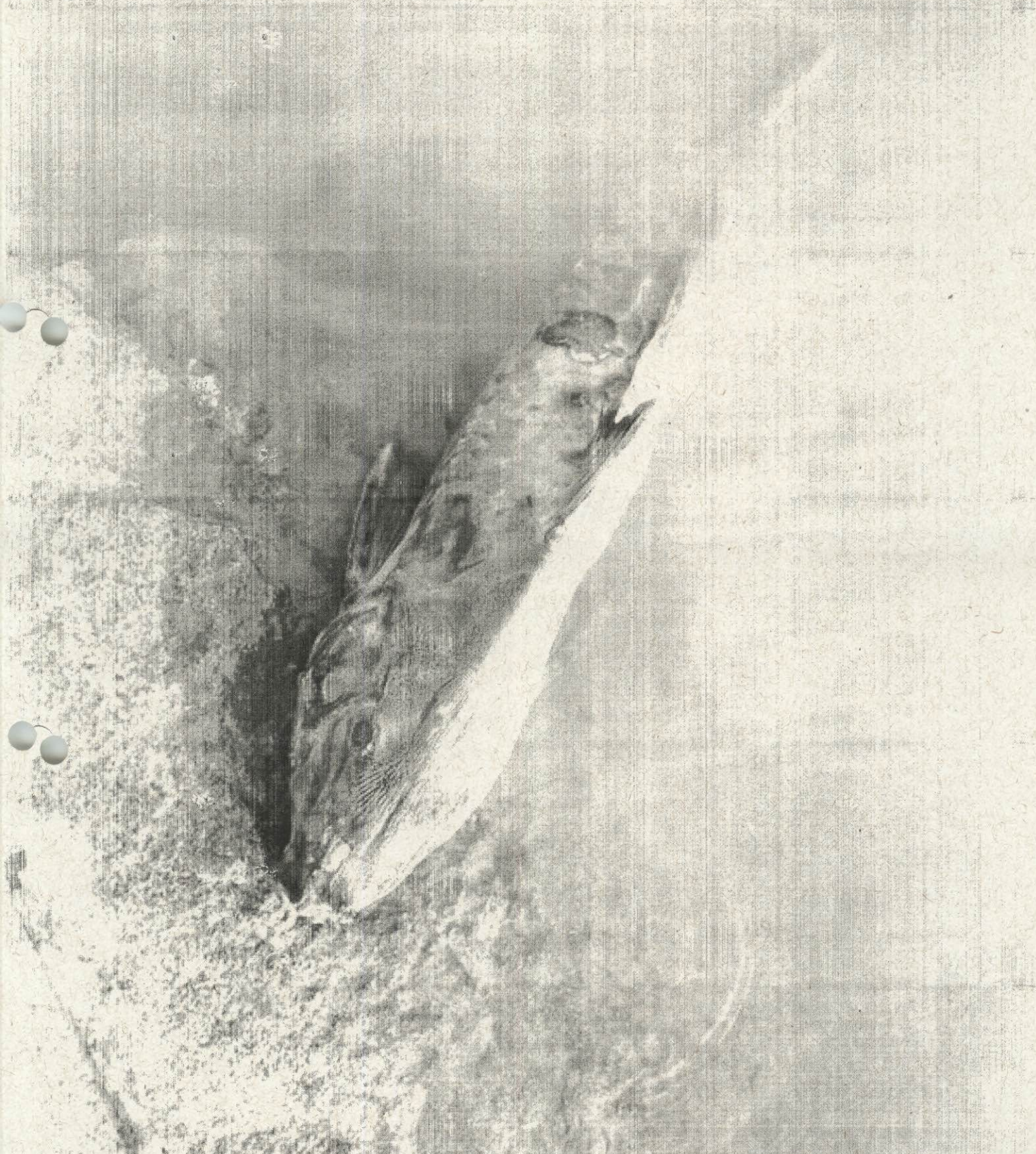


COHIDIBILCIIBAMA

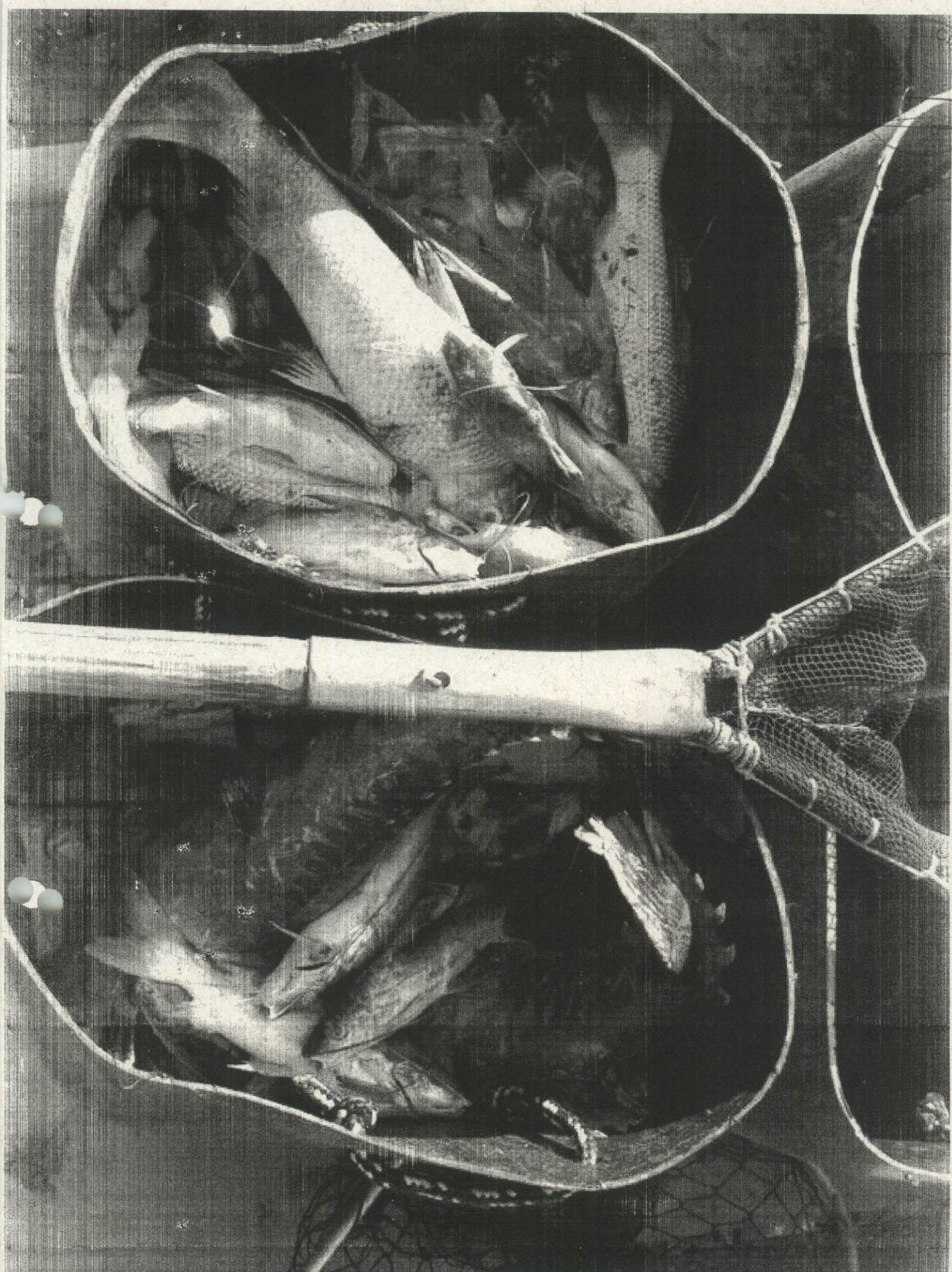
COHIDIBILCIIBAMA
CFLS. 9373
[Signature]
RUB.

EMERANCO

CPHIDILICIBAMA
PLS 9344
RUB



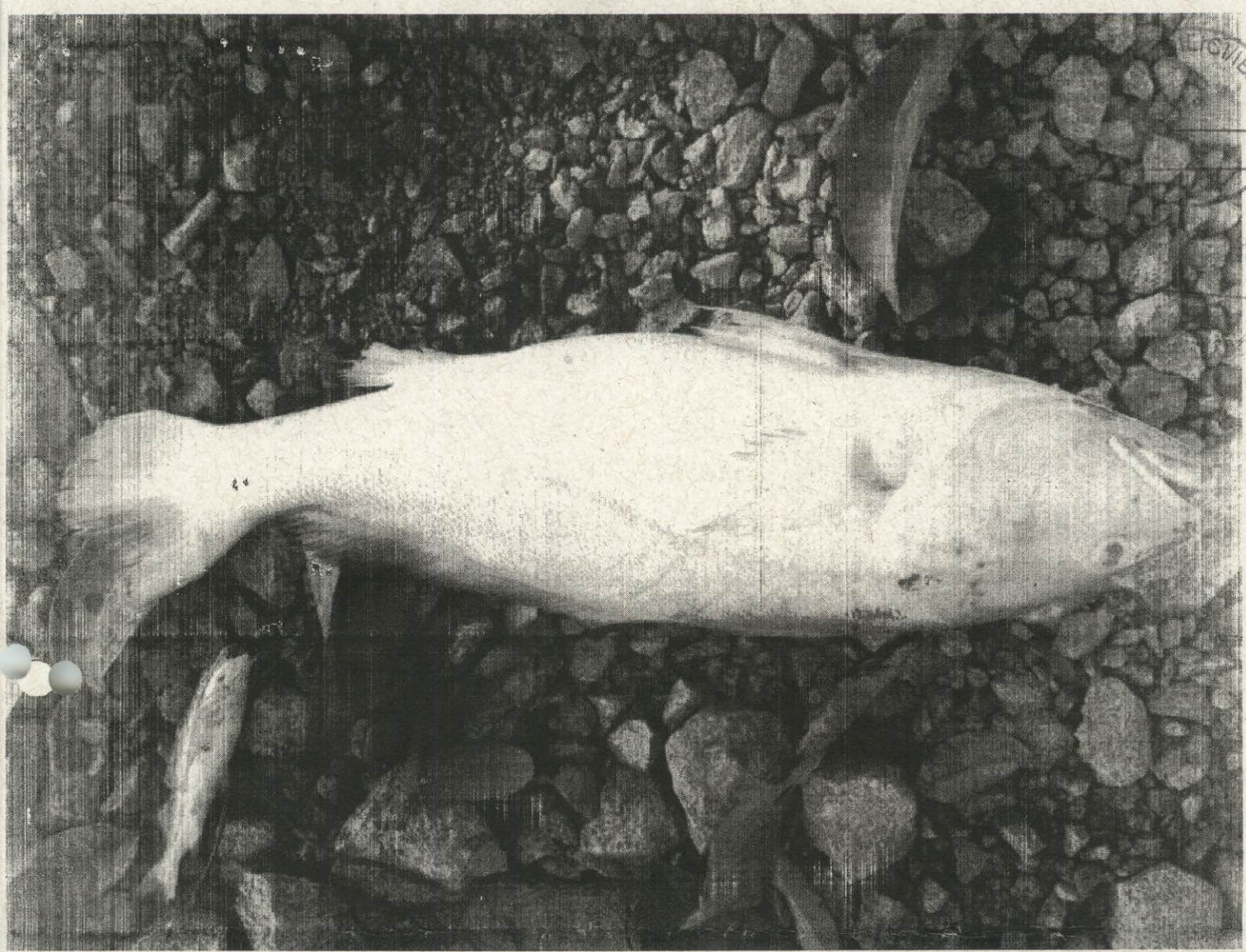
EM BRANCO



COHIDILICIBAMA

COHIDILICIBAMA
OFLS. 9375
de
RUB.

EM BRANCO



COHIDILICIBAMA

COHIDILICIBAMA
FELS. 9376
[Signature]
RUB.

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1745
www.ibama.gov.br



OF 02001.009187/2015-17 DILIC/IBAMA

Brasília, 18 de agosto de 2015.

À Senhora
Gisele Dias de Oliveira Bleggi Cunha
Procuradora da República da Procuradoria da República no Estado de Rondônia 6º
Ofício-4ª
Rua Joaquim Araújo Lima, nº 1759 - São João Bosco
PORTO VELHO - RONDONIA
CEP.: 76803749

Assunto: **Dilação de Prazo - Ofício nº 2888/2015/MPF/PR/RO/6º OFÍCIO/4ª CCR - IC 1.31.000.000725/2012-18 - Protocolo IBAMA nº 02001.015592/2015-74.**

Senhora Procuradora da República,

1. Cumprimentando-me ao Ofício nº 2888/2015/MPF/PR/RO/6º OFÍCIO/4ª CCR, de 06 de agosto de 2015, protocolado no IBAMA sob o nº 02001.015592/2015-74, em 14 de agosto de 2015, referente aos empreendimentos no rio Madeira, para **solicitar** a prorrogação do prazo fixado para atendimento ao requisitado, considerando o recebimento do documento por esta Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC somente no dia 17 de agosto de 2015, bem como a exiguidade do prazo para prestar as informações solicitadas, em meio ao expressivo número de processos de licenciamento ambiental por todo o país que também demandam providências por este órgão no momento.

2. Pelo exposto, esperando poder contar com sua compreensão, **solicito a dilação do prazo fixado**, por mais **25 dias úteis** a partir da data a ser considerada por Vossa Senhoria.

Atenciosamente,

ORIGINAL FUI ASSINADO

MARCUS VINICIUS LEITE CABRAL DE MELO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO



COHID/DILIC/IBAMA
 FLS. 9378
 RUB.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
 SCEN Trecho 02 Ed. Sede do IBAMA Bloco A 1º andar CEP 70.818-900 -
 Contato: (61)3316-1293 Fax(61) 3316-1952 - email: cgtmo.sede@ibama.gov.br

**DESPACHO COORDENAÇÃO DE HIDRELÉTRICAS
 COHID/CGENE/IBAMA.**

Documento: 02001.015592/2015-74
 Origem: OF. 2888/2015/MPF/PR - R0/6º OF - 4º CCR
 Empreendimento: UTE Jirau.
 Processo:
 Assunto: *maioridade de Peixes*

Destinatário: *Sora Neta* Data: *25/8/15*

1º Despacho: *Para elaborar relatório em Qjús - (CGENB) tendo como base as Autorizações pelo SICAFI*

Frederico Queiroga de Amaral
 Coordenador de Energia Hidrelétrica
 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Destinatário: Data: ___/___/___

2º Despacho:

Destinatário: Data: ___/___/___

3º Despacho:

Destinatário: Data: ___/___/___

4º Despacho:

Destinatário: Data: ___/___/___

5° Despacho:

Destinatário:

Data: ____ / ____ / ____

6° Despacho:

Destinatário:

Data: ____ / ____ / ____

7° Despacho:

Destinatário:

Data: ____ / ____ / ____

9° Despacho:

Destinatário:

Data: ____ / ____ / ____

10° Despacho:



ÚNICO – PR/RO-00016902/2015

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
6º OFÍCIO – 3º CCR / 4º CCR – DEFESA DO MEIO AMBIENTE,
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DO CONSUMIDOR.



OFÍCIO Nº 3079/2015/MPF/PR-RO/6º OFÍCIO – 4º CCR.

Porto Velho/RO, 10 de agosto de 2015.

Sua Senhoria, o Senhor **RENÊ LUIZ DE OLIVEIRA**
Superintendente do IBAMA no Estado de Rondônia
Av. Governador Jorge Teixeira, nº 3559 – Costa e Silva
Porto Velho — Rondônia

- MMA / IBAMA / SUPES - RO
Documento - tipo: ...
Nº 02024.003025120 15 -15
Recebido em: 17/08/2015

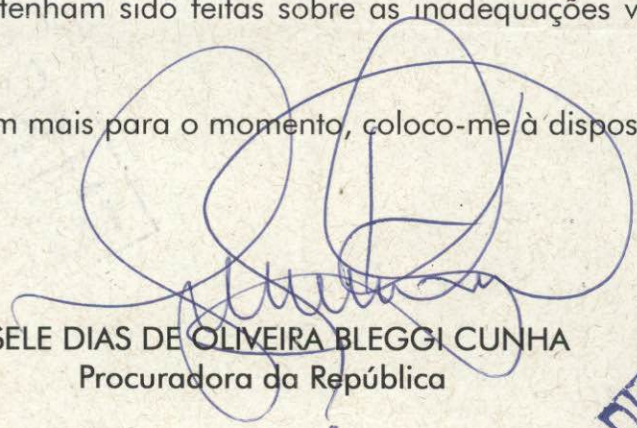
Referência: Procedimento Administrativo nº 1.31.000.001456/2013-98.
(Favor, ao responder fazer referência ao procedimento em epígrafe).

Ana Paula

Senhor Superintendente,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para requisitar a Vossa Senhoria, com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e no prazo de 20 (vinte) dias, o encaminhamento de: a) relatório detalhado sobre todas as providências adotadas pelo Órgão ambiental quanto às conclusões e recomendações constantes no Relatório de Atividades nº 01/2015 à NLA/RO/IBAMA (cópia em anexo); e b) de eventuais justificativas apresentadas pela **UHE Santo Antônio**, os pareceres do órgão que as analisaram e demais determinações que se tenham sido feitas sobre as inadequações verificadas pelo relatório mencionado.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para mais informações.



GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI CUNHA
Procuradora da República

DIGITALIZADO

ao NLA,

Para conhecimento
e providências que o caso
requer.

Em 18-08-2015


Ana Maria Pereira Novaes
Chefe de Gabinete/IBAMA-RO
Portaria nº. 12/2014

A CGENE,
DPI as providências;
2) Atentar ao OF 02001.
009577/2015-97
DILIC/IBAMA, de 26/08/15,
solicitando dilatação
do prazo.

EM BRANCO

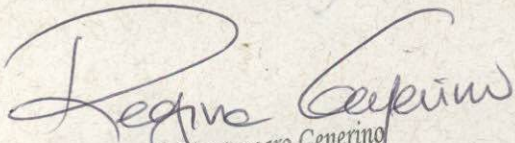

Regina Montenegro Generino
Técnico Administrativo
Matrícula: 2175863
DILIC/IBAMA

26/08/15

EM BRANCO

A COHID 2,

Favor elaborar minuta
de resposta ao MPF.
Em 27/08/15,


Regina Coeli Montenegro Generino
Coordenadora-Geral de
Infraestrutura de Energia Elétrica
CGENE/DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Superintendência do IBAMA em Rondônia
Núcleo de Licenciamento Ambiental – NLA/RO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES Nº 01/2015 NLA/RO/IBAMA

Dos técnicos: Emerson Luiz Nunes Aguiar – Analista Ambiental
Cícero Vitorino de Souza – Analista Ambiental

Ao: Coordenador de Hidrelétricas e Transposições: Frederico do Amaral

Assunto: Vistoria e reuniões realizadas no distrito de Jaci Paraná – Linha Santa Inês, Linha do IBAMA (Km 12) e no Trilho do Trem (Bairros Castanheira, Caixa D'Água e Parque dos Buritis)

Período: 30/10/2014 e 30/01/2015

Objetivo: Averiguar denúncias de possíveis impactos ocasionados pela UHE Santo Antônio nas referidas comunidades.

Data: 20/03/2015

INTRODUÇÃO

A vistoria teve como intuito atender uma demanda da comunidade supramencionada, no que se refere a possíveis impactos relacionados à operação da UHE Santo Antônio, em decorrência da formação de seu reservatório e efeitos das enchentes do rio Madeira em 2014 e 2015.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES (REUNIÕES E VISTORIA)

1) Reunião na Comunidade Santa Inês 30.11.2014

Por solicitação do Movimento por Atingidos por Barragens – MAB, foi realizada uma reunião, no local conhecido como Comércio da Leide, que teve como objetivo, a exposição da situação vivenciada pelos comunitários.

A moradora Dulcileide dos Santos Mota informou que a comunidade possui mais de oitenta anos e que a área não é reconhecida como atingida pela UHE Santo Antônio. Apesar da falta de reconhecimento, há cinco anos ocorreu um processo de indenização das áreas que margeavam o córrego Cristalino e o rio Jaci (margem esquerda da ponte).

Epit. U

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Superintendência do IBAMA em Rondônia
Núcleo de Licenciamento Ambiental – NLA/RO

Argumentou que no ano de 2009, Furnas reconhecia a área como atingida e que, atualmente, a SAE não a reconhece, sob a alegação que os moradores não pertencem à jurisdição de Jaci Paraná.

Questiona o fato da SAE não reconhecer os moradores, mas, mesmo assim, manifestou o interesse em fechar o acesso ao ramal, sob a justificativa de riscos à comunidade, inclusive instalou cercas no local.

Afirma que existem famílias antigas habitando a localidade, mas a SAE argumenta com os representantes da comunidade que não as reconhece, em virtude desses moradores estarem na área, apenas para serem indenizados. Inclusive, por não auferirem renda da produção, desde 2009, tiveram que lotear suas terras para fazer a manutenção de suas famílias, o que demonstra uma contradição entre o discurso da SAE, uma vez que, se a intenção dos moradores é a de indenização, não faz sentido vender os lotes, pois diminuiria o valor de uma possível indenização.

Informou que na comunidade ocorria o plantio de arroz há mais de trinta anos. Em 2009, quando as famílias foram retiradas da margem, ficaram sem a possibilidade de exercer a atividade agrícola e, conseqüentemente, deixaram de auferir a renda desse cultivar.

Informou que está morando na área desde 2009, mas argumentou que algumas das famílias, as mais antigas, são centenárias e ocupavam as margens, onde plantaram castanheiras e seringueiras, e que tiveram o uso de tais espécies impedidas pela SAE, sob a alegação de risco. O risco observado pela equipe, se dá em virtude de fortes ventanias e encharcamento do solo, que poderão culminar na queda das árvores.

De acordo com Dulcileide, uma das moradoras mais antigas da localidade, após o processo de remanejamento não resistiu muito tempo, vindo a falecer de “tristeza”.

Informou que ainda moram na localidade onze pescadores, quatro pequenos comerciantes, além de alguns produtores rurais (não afirmou o quantitativo), sendo que alguns pescadores não teriam recursos para as despesas de emissão da carteira de pescador profissional. Os pescadores são vinculados à Colônia de Pesca Z1 – Tenente Santana.

Reclama que a água está imprópria para ao consumo e está ocasionando problemas para a saúde e com a contaminação, possivelmente esteja ocorrendo doenças de transmissão hídrica, como diarreia e coceiras, principalmente em crianças. E, apresentou o seu filho, que apresenta feridas pelo corpo, que de acordo com a moradora, seriam em decorrência de contaminação hídrica.

Informa que foi realizada coleta de água para análise (não soube informar com precisão qual instituição realizou a coleta, mas acredita ser a SEMUSA), mas até o momento, não houve apresentação dos resultados da análise para a comunidade.

Afirmam que as famílias estão comprando água mineral para o consumo, pois a água que estava sendo distribuída aos moradores atingidos pela cheia do rio Madeira, pela Defesa Civil Municipal, foi interrompido.

Comentou que moradores próximos à RESEX Jaci Paraná também estão vivenciando problemas semelhantes aos relatados em sua comunidade.

Informou que o MPF/RO convocaria uma pré-audiência para tratar de nivelamento de informações

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Superintendência do IBAMA em Rondônia
Núcleo de Licenciamento Ambiental – NLA/RO

sobre possíveis impactos na comunidade.

Outra preocupação da moradora é relativa à elevação do nível do rio Jaci, que está subindo com muita rapidez. Ela atribui tal elevação ao fechamento das comportas da UHE Santo Antônio.

Reclama da falta de comunicação a respeito da cota de operação e seus impactos à comunidade.

Informou ainda que os moradores atingidos pela cheia de 2014 foram cadastrados pela Defesa Civil Municipal, que forneceu cestas básicas para os atingidos.

Denunciou que um advogado, supostamente contratado pela SAE (e conhecido por Paulo Fernando Leslie – não soube precisar o nome, mas que possuía um escritório em Jaci Paraná), solicitou a documentação de processos de indenização dos moradores e não os devolveu. Impedindo-os de judicializarem ações contra a SAE.

A Moradora Rosilda Tantas Lima, declarou que participou do cadastro socioeconômico e que possui a documentação comprobatória, mas não foi indenizada, pois, de acordo com as informações recebidas da equipe de Furnas, ela não seria atingida. Agora reclama que a água do poço está contaminada (apresentando ferrugem), as árvores estão morrendo e a plantação não se desenvolve, aparentemente por excesso de umidade do solo.

A moradora Marcelane de Oliveira, informou que a água do poço está “espumosa” e que em decorrência disso seu esposo adquiriu problemas dermatológicos.

Quanto à plantação, somente tem conseguido produzir os cultivares que foram plantados nas leiras ou nos canteiros mais altos.

Declarou que no período de alagação, as crianças, tiveram que estudar em Jaci Paraná, pois na comunidade não há escola. E, devido à obstrução dos acessos terrestres pela água, as crianças utilizam “voadeiras” para se deslocarem à escola, cujo deslocamento é pago pelos próprios pais.

O atendimento de saúde também é realizado em Jaci Paraná. Uma vez por mês, ocorre o atendimento de crianças e idosos, em decorrência do aumento de casos de diarreia e vômito, possivelmente em virtude da contaminação hídrica. Quando ocorre a piora da trafegabilidade do acesso terrestre, o transporte de ambulâncias é interrompido, colocando em risco de morte os moradores que necessitem de atendimento emergencial.

Outro fato relatado pela moradora, diz respeito ao aumento da incidência de animais peçonhentos (cobras e aranhas), além dos ratos e “piolhos de cobra”.

Além dos fatos narrados, observou que diversos moradores foram prejudicados em seus empregos, pois devido à interrupção do acesso da Linha do IBAMA, não conseguiam chegar aos seus postos de trabalho, fato que ocasionou a demissão de diversos trabalhadores, em virtude do não cumprimento da carga horária.

O morador Laide Perreira de Melo, ex-morador da comunidade Morrinhos (antes de ser transformada no Reassentamento, como parte do Programa de Remanejamento da População Atingida pela UHE Santo Antônio), informou que foi incluído no Cadastro Socioeconômico de Furnas, mas devido uma

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Superintendência do IBAMA em Rondônia
Núcleo de Licenciamento Ambiental – NLA/RO

grande alagação (não informou o ano), teve que sair da área, vindo morar em Jaci Paraná e a pessoa quem ficou na sua área foi quem recebeu a indenização (não informou o nome de quem recebeu).

Após o encerramento da reunião ocorreu a vistoria em algumas casas para constatar a veracidade das informações prestadas na reunião, conforme o relatório fotográfico em anexo.

2) Reunião na Linha do IBAMA, Km 12 - 30.01.2015 – Manhã

No dia 30.01.2015, às 10 horas, ocorreu uma reunião com moradores residentes na localidade denominada Linha do IBAMA, no lote de propriedade do Sr. Diniz, Presidente da Associação Rural da Gleba Caracol e Entorno – ASGRICOL. A reunião também contou com a participação de moradores próximo ao rio Branco e rio Jaci Paraná.

A conversa teve como objetivo atender à solicitação apresentada no Ofício N° 27/13, de 13.01.2015, do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

Os assuntos tratados na reunião foram:

- a) **Recebimento de cestas básicas / ajuda de custo da Defesa Civil, relativas à alagação do rio Madeira no ano de 2014** – Foi explicado que a responsabilidade sobre esse assunto, é das Defesas Cíveis. Foi informado que algumas pessoas ficaram de fora do cadastramento. Quanto à resolução para tal impasse, orientou-se que a ASGRICOL procurasse os Ministérios Públicos, pois é a instituição que tem a competência para ajuizar ações que visem atender as pessoas desguarnecidas pelo cadastramento para percepção de cestas básicas e ajuda de custo.
- b) **Problema de isolamento na comunidade** – Devido aos acessos terem sido submersos durante a referida enchente – Os comunitários reclamaram do isolamento provocado pela alagação do ano de 2014, informando que o administrador do Distrito de Jaci Paraná, inicialmente, disponibilizou uma “voadeira” para que os moradores fizessem a travessia do trecho alagado, mas retirou a ajuda, principalmente de quem possui motocicletas, que muitas vezes são utilizadas para carregar os mantimentos das famílias. Após a determinação do administrador, que utilizou como justificativa que as motos arranhavam a embarcação, as pessoas tiveram que pagar canoas para cruzar o referido trecho. A travessia era permitida, somente aos pedestres. Para resolução do problema, foi orientado que a ASGRICOL levasse a situação à Prefeitura Municipal, e caso não se encontrasse uma resposta, que o caso fosse levado aos Ministérios Públicos.
- c) **Aparecimento de animais peçonhentos nas localidades** – Uma das maiores reclamações dos presentes, se referiu ao aumento do número de cobras e aranhas, informando que é comum as pessoas se defrontarem com tais animais, inclusive com a reclamação de que as cobras estão picando o gado de alguns criadores, causando prejuízos aos proprietários. Denunciaram que a soltura de cobras era realizada pela equipe da SAE.
- d) **Infestação do mosquito *Mansonia*** – Outra reclamação manifestada, foi a respeito da infestação do mosquito *Mansonia*, vetor utilizado para controle da malária. Informaram que a malária está

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Superintendência do IBAMA em Rondônia
Núcleo de Licenciamento Ambiental – NLA/RO

controlada, mas, o incômodo provocado pelo novo mosquito é altamente desconfortável, o que, de acordo com o relato de um dos presentes, provocou a morte de algumas galinhas por ele criadas. Quanto à resolução desse problema, foi informado que as tratativas estão sendo conduzidas no âmbito da Comissão de Gestão e Acompanhamento dos Programas de Saúde Pública das UHEs Santo Antônio e Jirau, uma vez que tal situação é semelhante em outras comunidades. E, que no momento, o Secretário de Saúde do Município estaria realizando as tratativas com o Ministério da Saúde, pois, de acordo com a Portaria Interministerial nº 419/2011 (recentemente atualizada pela Portaria Interministerial nº 060/2015, é o órgão responsável pelo licenciamento desses Programas. Foi orientado que procurassem a SEMUSA afim de serem realizados a borrifamento costal e o “fumacê”, como medidas paliativas, uma vez que o especialista em mosquito mansonía faria uma análise da situação dessa infestação em Nova Mutum Paraná para averiguar onde seriam os possíveis focos de criação do mosquito e adotar uma medida definitiva para o problema.

- e) **Produção de cultivares comprometida pela umidade do solo** – Esse assunto causou forte manifestação nos presentes, pois alegam que perderam suas produções devido ao encharcamento do solo, principalmente a mandioca, por ser o principal cultivar da região, além de outras culturas.
- f) **Ataque de animais predadores aos animais domésticos** – Os criadores de animais domésticos reclamam que esses vem sofrendo ataques frequentes por gatos selvagens, iraras e cobras. E, atribuem tal fato ao alagamento das áreas, pois com a diminuição da área, os animais saem na busca de alimentos e invadem os sítios, bem como, nas lavouras, inclusive, foi relatado que um bando de porcos queixadas, com aproximadamente quatrocentos indivíduos, atacaram a roça de mandioca de um dos presentes.
- g) **Boatos sobre criação de “reserva ecológica” na área** – Outro fator de preocupação para a comunidade é que se espalhou o boato que as pessoas seria remanejadas da área para a criação de “reserva ecológica”, fato que foi esclarecido, que não há nenhuma articulação por parte do IBAMA. Os presentes não souberam informar de onde partiu tal especulação.
- h) **indenizações e cota de proteção da ANA** – Outro questionamento foi em relação a possíveis indenizações, fato esclarecido que somente seriam indenizadas as pessoas que tivessem a comprovação de afetação por possíveis danos decorrentes da operação da UHE Santo Antônio. Foi também informado, comissão dos técnicos a serem indicados pelo Ministério Público Federal, em decorrência da decisão do Juiz Federal Herculano Nacif (Autos nº. 2427-33.2014.4.01.4100) para a elaboração do reestudo dos EIAs-RIMAs, sob supervisão do IBAMA. O representante do MAB informou que os técnicos indicados pelo MPF/RO foram nomeados, mas ainda não foram autorizados pelo juiz a iniciarem os estudos. Somente após a conclusão dos estudos, e caso confirmem que os impactos são em decorrência da operação da usina, é que se iniciará as tratativas para as indenizações e sua mitigação. Quanto ao estabelecimento da cota de proteção, foi informado que até a data da realização da reunião não era do conhecimento do NLA/RO/IBAMA, se a ANA já havia definido a referida cota. Foi informado aos presentes que com o estabelecimento dessa nova cota de proteção, as pessoas que tivessem na sua área de influência direta deveriam ser remanejadas e devidamente indenizadas, conforme as normas estabelecidas pelo Licenciamento Ambiental Federal, de responsabilidade do IBAMA, por meio da Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC.

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Superintendência do IBAMA em Rondônia
Núcleo de Licenciamento Ambiental – NLA/RO

3) Reunião no Trilho do Trem - 30.01.2015 – Tarde

Ainda no dia 30.01.2015, às 14 horas, ocorreu uma reunião com moradores residentes na localidade denominada Trilho do Trem (rua Generoso Ponce), tendo como público, os moradores dos bairros Castanheira, Caixa d'Água, Parque dos Buritis, no local denominado Bar Cor de Rosa.

A conversa teve como objetivo atender à solicitação apresentada no Ofício Nº 27/13, de 13.01.2015, do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

Os assuntos tratados na reunião foram:

- a) **Recebimento de cestas básicas / ajuda de custo da Defesa Civil, relativas à alagação do rio Madeira no ano de 2014** – Foi explicado que a responsabilidade sobre esse assunto, é das Defesas Civas (Municipal – responsável pela distribuição de cestas básica e água / Estadual – responsável pelo pagamento do Auxílio Aluguel para os atingidos pela cheia). De acordo com o representante do MAB, em reunião com a secretária de Ação Social do Estado de Rondônia, que ocorreram fraudes na distribuição das cestas básicas e dos auxílios, além do que algumas famílias ficaram de fora do cadastramento. Essa fraude ocorreu por meio de clonagem dos cadastros, além de sua utilização para fins eleitoreiros. Quanto à resolução para tal impasse, orientou-se que a comunidade procurasse os Ministérios Públicos, pois é a instituição que tem a competência para ajuizar ações que visem atender as pessoas desguarnecidas pelo cadastramento para percepção de cestas básicas e ajuda de custo.
- b) **Poços contaminados e água imprópria para o consumo humano** – Analogamente à situação encontrada na comunidade Santa Inês, água está imprópria para ao consumo e está ocasionando problemas para a saúde e com a contaminação, possivelmente esteja ocorrendo doenças de transmissão hídrica, como diarreia e coceiras, principalmente em crianças e idosos. Os presentes informaram que foi realizada coleta de água para análise pelo Laboratório Central de Rondônia – LACEN/RO, que apresentou os resultados da análise para a comunidade, diagnosticando a água dos poços analisados como imprópria para o consumo humano, conforme o laudo apresentado na reunião (laudo nº. 969/14, coleta realizada em 04.04.2014, na propriedade do Sr. Alcelande Barbosa da Silva – que apresenta análise de coliformes fecais acima dos padrões permitido, mas satisfatório quanto aos padrões de turbidez). Outros relatos concernentes a esse assunto é como os moradores informaram as condições da água, que se encontra “espumosa, gordurosa e oleosa” e exalando forte odor, em decorrência da contaminação por decomposição de animais e seres humanos, devido à captação ficar próxima ao cemitério. Afirmaram que as famílias que têm condições estão comprando água mineral para o consumo, pois a água que estava sendo distribuída aos moradores atingidos pela cheia do rio Madeira, pela Defesa Civil Municipal, foi interrompido. As demais pessoas estão consumindo a água contaminada.
- c) **Aparecimento de animais peçonhentos e perigosos** – Uma das maiores reclamações dos presentes, se referiu ao aumento do número cobras, aranhas e jacarés, informando que é comum as pessoas se defrontarem com tais animais.
- d) **Infestação do mosquito Mansonia** – Outra reclamação manifestada a exemplo da reunião no Km 12, da Linha do IBAMA, foi a respeito da infestação do mosquito Mansonia. Por ser da mesma natureza, foi prestado o mesmo informe do evento anterior.

Assinatura

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Superintendência do IBAMA em Rondônia
Núcleo de Licenciamento Ambiental – NLA/RO

- e) **Indenizações e cota de proteção da ANA** – Outro informe prestado conforme a reunião anterior.
- f) **Situação dos defeitos nas estruturas das casas do Parque dos Buritis** – Alguns moradores reclamaram da situação dos imóveis, quanto aos defeitos estruturais (piso com azulejos soltos, infiltrações, poços contaminados, etc). Foi informado para os presentes que o IBAMA realizou uma vistoria, em 26.06.2014, que constatou todos os defeitos apontados, corroborando com a denúncia dos presentes e foi encaminhado para a COHID, por meio do Relatório de Vistoria N° 003/2014, de 09.07.2014, no qual solicita que tais problemas sejam saneados.
- g) **Reclamações de indenizações não-pagas** – Na reunião ocorreram manifestações de alguns moradores quanto aos prejuízos sofridos e que não foram devidamente indenizados. O Sr. Francisco Agripino Aguiar Nascimento informou que fez o cadastro socioeconômico de Furnas, e que teria sido reconhecido como atingido, inclusive um marco referencial da APP foi instalado em sua propriedade (Marco 3284-APP-Geomed), mas não recebeu nenhuma indenização pelas perdas de fruteiras e outros cultivares em sua propriedade. O Sr. Francisco de Assis Baran, informou que está sofrendo com o impacto causado pela linha de transmissão instalada em seu terreno e que não ocorreu nenhum tipo de negociação para implantação da faixa de servidão. Outra reclamação feita pelo Sr. Francisco Baran, diz respeito à instalação da fiação e dos contadores de energia pela Eletrobrás/RO, que ainda não foram instalados devido ao impasse relativo ao remanejamento dos moradores, isto é, se serão atingidos pela nova cota de proteção, e que a empresa não executaria tal serviço se os moradores fossem remanejados. O representante do MAB, informou um grupo de pescadores atingidos não obtiveram retorno da SAE quanto às indenizações e foi solicitado que entregassem uma lista com os nomes para verificação.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

De maneira geral, as condições encontradas na vistoria são semelhantes aos relatos apresentados na reunião.

Sendo que o principal problema observado é a condição da água que está sendo consumida pelos moradores, uma vez que apresenta, a olho nu, alto grau de turbidez e uma consistência espumosa, além de exalar mau cheiro. Recomenda-se que sejam feitas a comunicação com os órgãos competentes para a análise da água e que seja divulgado o resultado das análises para os moradores que não o receberam.

Foi possível observar que o solo está úmido e que, possivelmente, esteja afetando as plantações, o que necessita de análise de um profissional habilitado para atestar qual seja o grau de influência da umidade do solo para os cultivares. Recomenda-se que seja realizada vistoria no período seco (verão amazônico) para verificar se está ocorrendo o encharcamento do solo.

Outro grave problema é quanto ao aumento do número de animais peçonhentos e predadores que colocam em risco a integridade física dos moradores das comunidades visitadas. Recomenda-se que seja realizado o monitoramento e que seja feita a comunicação aos moradores, afim de evitar conflitos com as equipes de soltura, além de definir áreas para tal procedimento.

Quanto à infestação do mosquito mansonía, as tratativas para busca de uma solução definitiva, estão ocorrendo, inclusive com previsão de reunião agendada para o dia 06.04.2015, com os órgãos

EM BRANCO

EM BRANCO



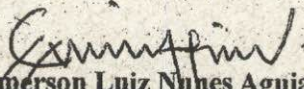
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Superintendência do IBAMA em Rondônia
Núcleo de Licenciamento Ambiental – NLA/RO

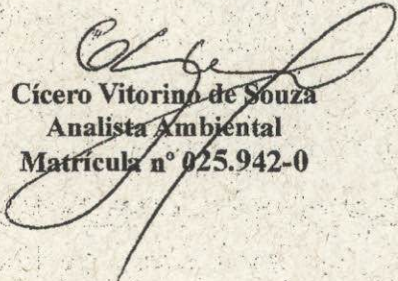
envolvidos com o licenciamento das usinas do rio Madeira, os empreendedores, o Poder Público Municipal e Estadual, para tratar do tema.

Quanto à definição da nova cota de proteção, estabelecida pela ANA, se faz necessária a ampla divulgação dessa nova cota, uma vez que está gerando uma série de expectativas quanto a um novo processo de remanejamento populacional em Jaci Paraná e, por conseguinte, potencializando possíveis conflitos inerentes a essa temática. Recomenda-se que a SAE realize uma campanha de divulgação dessa nova cota, informando as áreas que serão afetadas.

Quanto às indenizações não pagas, recomenda-se que sejam analisados e, se caso sejam constatadas tais falhas nos procedimentos do processo de negociação, se comunique a SAE para proceder a devida indenização.

Quanto à situação das casas dos Parque dos Buritis, ocorreram diversas reclamações sobre a situação descritas no Relatório de Vistoria N° 003/2014, de 09.07.2014, que ainda perduram. Recomenda-se que reitere as solicitações apresentadas no relatório em epígrafe e que a SAE apresente uma manifestação formal da SAE em relação à situação.


Emerson Luiz Nunes Aguiar
Analista Ambiental
Matrícula n° 169.868-4


Cícero Vitorino de Souza
Analista Ambiental
Matrícula n° 025.942-0

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Superintendência do IBAMA em Rondônia
Núcleo de Licenciamento Ambiental – NLA/RO

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Foto 1. Reunião do dia 30.11.2014. Comunidade Santa Inês.

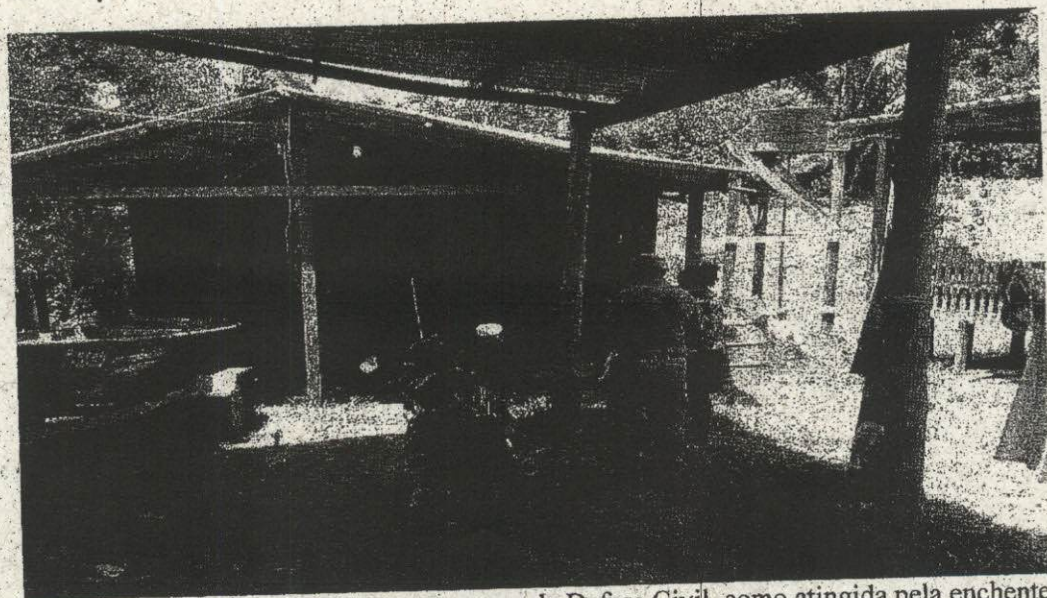


Foto 2. Casa da Sr. Dulcileide com a marca da Defesa Civil, como atingida pela enchente e com a marca d'água nas paredes.

Ant. L.

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Superintendência do IBAMA em Rondônia
Núcleo de Licenciamento Ambiental – NLA/RO

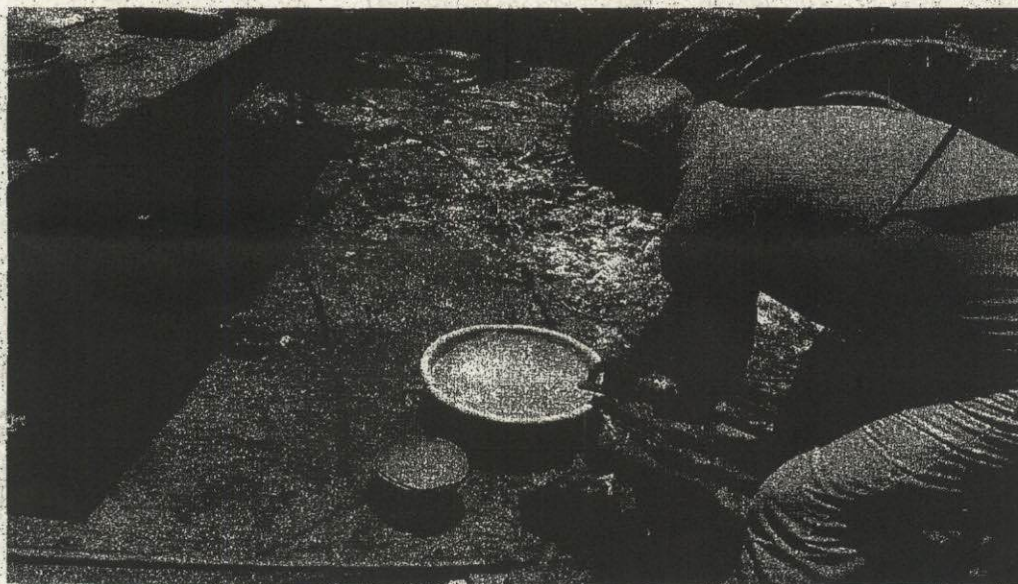


Foto 3: Água contaminada e grau de turbidez elevado, no sítio da Sra. Tiyoko Okado.

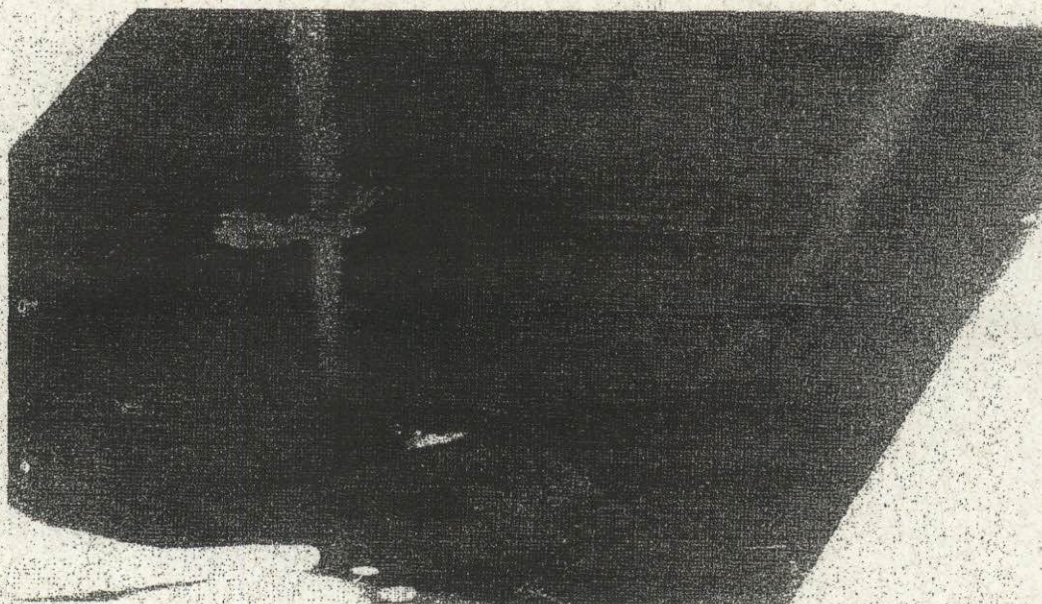
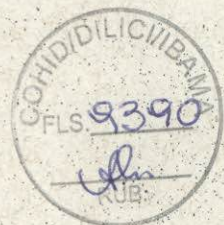


Foto 4: Poço contaminado e com grau de turbidez elevado, no sítio da Sra. Tiyoko Okado.

Handwritten signature

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Superintendência do IBAMA em Rondônia
Núcleo de Licenciamento Ambiental – NLA/RO



Foto 5: Plantio de hortas suspensas.

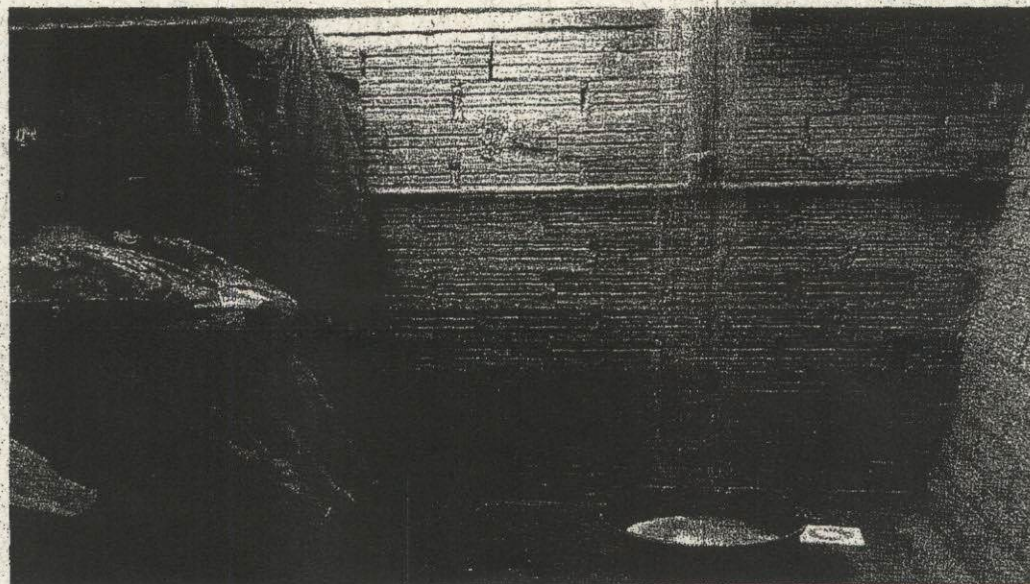


Foto 6: Água espumosa na residência da Sra. Marcelane. Informou que água está provocando problemas dermatológicos no seu esposo.

[Handwritten signature]

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Superintendência do IBAMA em Rondônia
Núcleo de Licenciamento Ambiental – NLA/RO



Foto 7: Filho da Sr. Dulcileide apresenta problemas dermatológicos, declarou que ocorreu por contaminação hídrica.



Foto 8: Proximidade das propriedades com o rio Jaci (reservatório).

Handwritten signature or initials.

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Superintendência do IBAMA em Rondônia
Núcleo de Licenciamento Ambiental – NLA/RO



Foto 9: Reunião na Linha do IBAMA, Km. 12. Em, 30.01.2015 - 10h

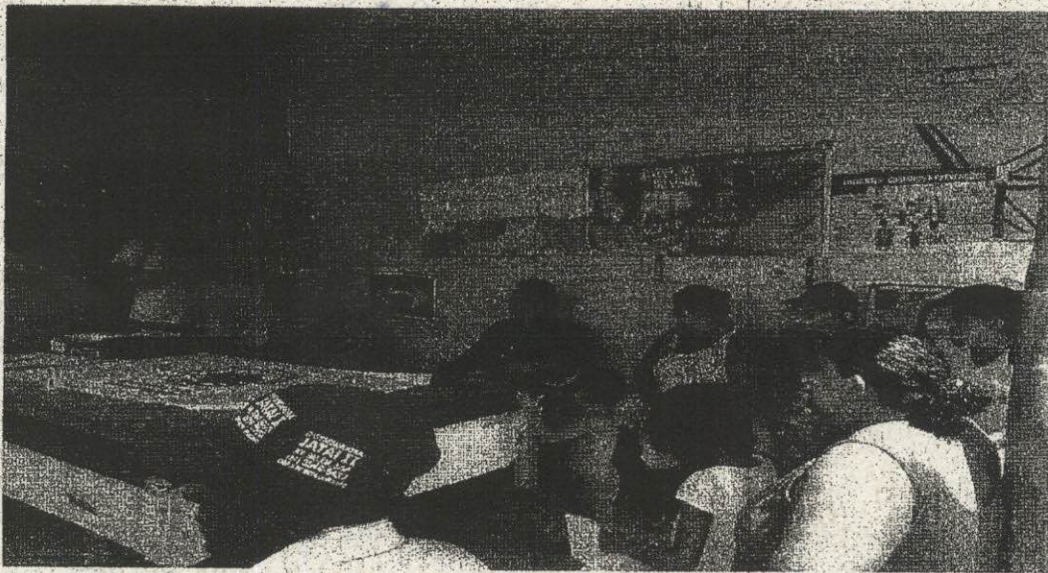


Foto 10: Reunião no bairro Trilho – Jaci Paraná, em 30.01.2015, 14h.

Handwritten signature

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Superintendência do IBAMA em Rondônia
Núcleo de Licenciamento Ambiental – NLA/RO

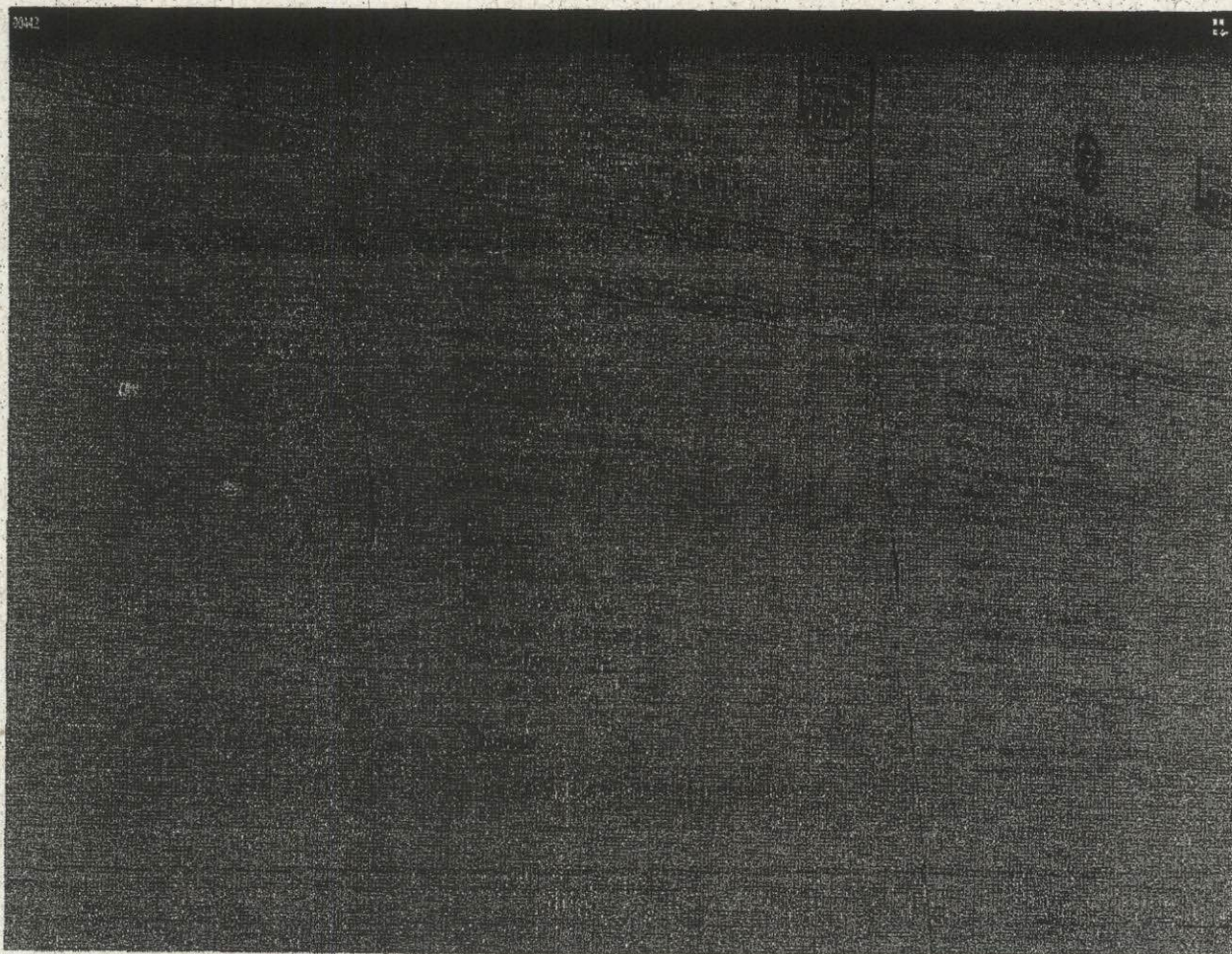


Foto 11: Laudo de Análise de Água, feito pelo LACEN/RO, afirmando que a água é impróprio para o consumo humano. Documento apresentado na reunião do 30.01.2015 (bairro Trilho)

Assinatura manuscrita

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Divisão Técnico Ambiental-RO
Núcleo de Licenciamento Ambiental-Ro



MEM. 02024.001476/2015-18 NLA/RO/IBAMA

Porto Velho, 19 de agosto de 2015

Ao Senhor Diretor do DILIC

Assunto: **Encaminhando Ofício nº 3079/2015/MPF/PR/RO**

Encaminho o Ofício Nº 3079/2015/MPF/PR/RO/6º OFICIO - 4º CCR, para conhecimento e formulação de resposta ao Ministério Público Federal/Procuradoria de Rondônia referente aos questionamentos solicitados pela Procuradora da República Gisele Dias de Oliveira Bleggi Cunha, quando refere-se ao nosso Relatório de Atividades nº 01/2015/NLA/IBAMA/RO, em anexo.

Atenciosamente,


CICERO VITORINO DE SOUZA
Analista Ambiental do NLA/RO/IBAMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1745
www.ibama.gov.br



OF 02001.009577/2015-97 DILIC/IBAMA

Brasília, 26 de agosto de 2015.

À Senhora
Gisele Dias de Oliveira Bleggi Cunha
Procuradora da República da Procuradoria da República no Estado de Rondônia 6º
Ofício-4ª
Rua José Camacho, nº 3307 - Embratel
PORTO VELHO - RONDONIA
CEP.: 76820886

Assunto: **Dilação de Prazo - Ofício nº 3079/2015/MPF/PR/RO/6º OFÍCIO/4ª CCR - PA 1.31.000.001456/2013-98 - Protocolo IBAMA nº 02024.003025/2015-15.**

Senhora Procuradora da República,

1. Cumprimentando-a, reporto-me ao Ofício nº 3079/2015/MPF/PR/RO/6º OFÍCIO/4ª CCR, de 10 de agosto de 2015, protocolado no IBAMA sob o nº 02024.003025/2015-15, em 17 de agosto de 2015, referente ao empreendimento UHE Santo Antônio, para **solicitar** a prorrogação do prazo fixado para atendimento ao requisitado, considerando o recebimento do documento por esta Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC somente no dia 26 de agosto de 2015, bem como a exiguidade do prazo para prestar as informações solicitadas, em meio ao expressivo número de processos de licenciamento ambiental por todo o país que também demandam providências por este órgão no momento.
2. Pelo exposto, esperando poder contar com sua compreensão, **solicito a dilação do prazo fixado**, por mais **25 dias úteis** a partir da data a ser considerada por Vossa Senhoria.

Atenciosamente,

O ORIGINAL FOI ASSINADO

MARCUS VINICIUS LEITE CABRAL DE MELO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
 SCEN Trecho 02 Ed. Sede do IBAMA Bloco A 1º andar CEP 70.818-900 -
 Contato: (61)3316-1595 email:cohid.sede@ibama.gov.br

**DESPACHO COORDENAÇÃO HIDRELÉTRICA
 COHID/CGENE/DILIC**

Documento: 02024.003025/2015-15
 Origem: Procuradoria da República em Rondônia
 Processo: UHE Santo Antônio
 Assunto: Relatório de Atividade 01145 NTA/RD/IBAMA

Destinatário: Alexandra Quim Data: 02/09/16

1º Despacho: Para elaborar resposta em Ofício - CGENB.

[Signature]
 Frederico Queiroga do Amaral
 Coordenador de Energia Hidrelétrica
 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Destinatário: _____ Data: ____/____/____

2º Despacho: Demanda respondida pelo Of. 12280/2015-17
CGENE - PAR. 4308/2015-10 COHID
Alessandra Quim

Destinatário: _____ Data: ____/____/____

3º Despacho: _____

Destinatário: _____ Data: ____/____/____

4º Despacho: _____

Destinatário: _____ Data: ____/____/____

5° Despacho:

/

Destinatário:

Data: ____/____/____

6° Despacho:

/

Destinatário:

Data: ____/____/____

7° Despacho:

/

Destinatário:

Data: ____/____/____

9° Despacho:

/

Destinatário:

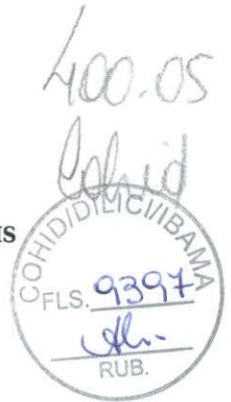
Data: ____/____/____

10° Despacho:

/



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1745
www.ibama.gov.br



OF 02001.009577/2015-97 DILIC/IBAMA

Brasília, 26 de agosto de 2015.


À Senhora
Gisele Dias de Oliveira Bleggi Cunha
Procuradora da República da Procuradoria da República no Estado de Rondônia 6º
Ofício-4ª
Rua José Camacho, nº 3307 - Embratel
PORTO VELHO - RONDONIA
CEP.: 76820886

Assunto: **Dilação de Prazo - Ofício nº 3079/2015/MPF/PR/RO/6º OFÍCIO/4ª CCR - PA 1.31.000.001456/2013-98 - Protocolo IBAMA nº 02024.003025/2015-15.**

Senhora Procuradora da República,

1. Cumprimentando-a, reporto-me ao Ofício nº 3079/2015/MPF/PR/RO/6º OFÍCIO/4ª CCR, de 10 de agosto de 2015, protocolado no IBAMA sob o nº 02024.003025/2015-15, em 17 de agosto de 2015, referente ao empreendimento UHE Santo Antônio, para **solicitar** a prorrogação do prazo fixado para atendimento ao requisitado, considerando o recebimento do documento por esta Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC somente no dia 26 de agosto de 2015, bem como a exiguidade do prazo para prestar as informações solicitadas, em meio ao expressivo número de processos de licenciamento ambiental por todo o país que também demandam providências por este órgão no momento.
2. Pelo exposto, esperando poder contar com sua compreensão, **solicito a dilação do prazo fixado**, por mais **25 dias úteis** a partir da data a ser considerada por Vossa Senhoria.

Atenciosamente,


MARCUS VINICIUS LEITE CABRAL DE MELO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO



MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Porta
Nº. 02001.0157 16/2015-34
Recebido em: 17/08/2015
Assinatura: [assinatura]



Porto Velho, 17 de agosto de 2015



Ao Senhor

Thomaz Miazaki Toledo

Diretor de Licenciamento Substituto

Diretoria de Licenciamento Ambiental do

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

Brasília-DF

Ref.: Santo Antônio Energia / PVH: 0516/2015

Assunto: Resposta ao OF 02001.007107/2015-99 COHID/IBAMA

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o, cordialmente, a Santo Antônio Energia – SAE encaminha as informações solicitadas no ofício supracitado:

Item i) Plano de Trabalho para biomonitoramento do STP – **Anexo 1**

Item ii) Status de operação do 2º braço do STP – A SAE informa que a previsão de início de operação é a primeira semana de outubro de 2015 e encaminha no **Anexo 2** algumas fotos da situação atual.

Item iii) Medidas que foram tomadas para evitar o acúmulo e aprisionamento de peixes nos vãos, entre os matacões – A SAE encaminha no **Anexo 3** uma nota técnica do Dr. Alexandre Godinho sobre este assunto.

A SAE reforça que a equipe da Brigada Ambiental da SAE, que realiza vistorias diárias no STP, não registrou peixes mortos aprisionados nos matacos e, provavelmente, o indivíduo de peixe morto registrado durante a vistoria deste Instituto seja um caso isolado, não relacionado à estrutura do mataco ou talvez tenha sido visto aprisionado em um dos gabiões, fato que reforça a necessidade de substituir estes por matacos.

EM BRANCO



SantoAntônio
ENERGIA



Sendo o que se apresenta para o momento, a SAE renova votos de estima e consideração e, mantém-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

Guilherme Abbad Silveira
Gerente de Sustentabilidade
Santo Antônio Energia

Santo Antônio Energia S.A.

Guilherme Abbad Silveira
Gerente de Sustentabilidade

A Sara Motagosa
elaboração de análise.
20/8/15

Frederico Queiroga do Amaral
Coordenador de Energia Hidrelétrica
COHID/CGEN/DILIC/IBAMA

EM BRANCO

ANEXO 1

Plano de Trabalho para biomonitoramento do Sistema de
Transposição de Peixes

EM BRANCO

UHE SANTO ANTÔNIO

PLANO DE MONITORAMENTO E LEVANTAMENTO DE ICTIOFAUNA ATRAVÉS DE AMOSTRAGENS NO SISTEMA DE TRANSPOSIÇÃO DE PEIXES DA ILHA DO PRESÍDIO - USINA HIDRELÉTRICA SANTO ANTÔNIO, RIO MADEIRO, PORTO VELHO- RONDÔNIA.

Agosto/2015

EM BRANCO

SUMÁRIO

1. Introdução	2
2. Objetivos	2
3. Materiais e Método	3
<i>Campanhas de campo</i>	3
<i>Amostragens de tarrafa no STP</i>	3
<i>Processamento dos peixes capturados</i>	4
<i>Condições ambientais</i>	5

Lista de Figuras

EM BRANCO

1. Introdução

Este documento constitui-se do plano de monitoramento e levantamento de Ictiofauna no Sistema de Transposição de Peixes (STP) da ilha do Presídio – Usina Hidrelétrica Santo Antônio, rio Madeira, Porto Velho/RO, através de amostragens. O plano ora proposto será realizado durante 6 meses (março a agosto de 2015), com frequência quinzenal. Após esse período, os resultados serão avaliados e propostos possíveis ajustes no plano.

Para o presente trabalho serão executadas amostragens em dezessete tanques, situados a montante ou jusante dos defletores que criam as ranhuras ("slots") (Figura 1).

2. Objetivos

O **OBJETIVO GERAL** desse trabalho é realizar levantamento das espécies de peixes que utilizam o Sistema de Transposição de Peixes (STP) da ilha do Presídio da Usina Hidrelétrica Santo Antônio – rio Madeira, Porto Velho/RO, durante o dia e durante a noite, por meio de amostragem.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar monitoramento e levantamento de peixes no STP através de amostragens para avaliar a abundância e riqueza de espécies que utilizam o Sistema Transposição de Peixes;
- Avaliar quais espécies de peixes utilizam o STP;
- Realizar a biometria das espécies amostradas;
- Identificar se há diferença de espécies de peixes que utilizam o STP no período diurno e no noturno;
- Avaliar se há diferença entre as espécies de peixes que utilizam o STP ao longo dos meses de amostragem;

EM BRANCO

- Avaliar diferenças entre o número de peixes e as espécies ao longo dos tanques do STP.

3. Materiais e Método

Campanhas de campo

A amostragem será realizada durante os meses de março a agosto de 2015, com periodicidade quinzenal. Após esse período, a metodologia ora apresentada será reavaliada.

As atividades serão realizadas por equipe dividida (turno diurno e turno noturno) composta de 01 (um) Biólogo de 10 (dez) auxiliares de campo, por turno. As atividades serão realizadas em dois turnos, diurno (09h00 às 17h00) e noturno (19h00 às 00h30).

Amostragens de tarrafa no STP

As capturas de peixes serão realizadas com auxílio de tarrafa com quinze metros de diâmetro e malha de doze centímetros entre nós opostos, e seis centímetros entre nós adjacentes. As amostragens serão realizadas em 17 pontos, situados a montante ou jusante dos defletores que criam ranhuras verticais ("slots") de número 31, 30, 29, 27, 26, 25, 23, 22, 21, 20, 19, 12, 06, 05, 04, 03 e 02, conforme Figura 1.

Em cada ponto a tarrafa será lançada apenas uma única vez. Será obedecida sempre a ordem de pontos de jusante para montante.

Para cada tarrafada serão registrados os seguintes dados: ponto (número do ponto e coordenada geográfica), horário de lançamento da tarrafa, indivíduos capturados, dados dos peixes capturados (identificação da espécie, comprimento padrão, comprimento total, peso e registro fotográfico).

Todos os peixes capturados no STP serão liberados/soltos no mesmo local.

EM BRANCO

O lance da tarrafa deve ser feito por um pescador experiente. O pescador deve se posicionar nas margens do canal e estar equipado com cinto de segurança tipo paraquedista, atracado através dos talabartes às estruturas de proteção coletiva instaladas na área do STP.

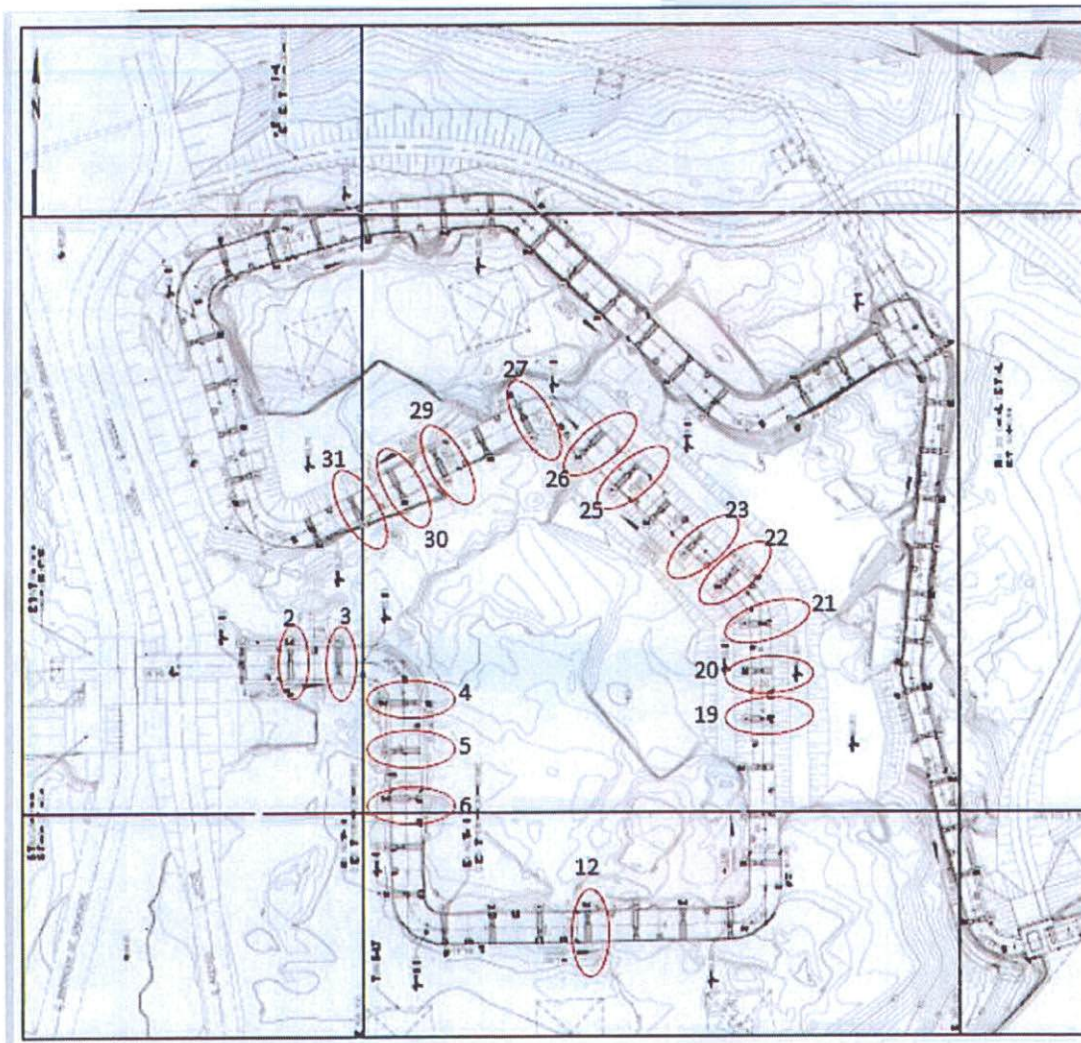


Figura 1 - Representação esquemática dos pontos de captura com tarrafa no STP da ilha do Presídio – UHE Santo Antônio, rio Madeira, Porto Velho/RO.

Processamento dos peixes capturados

Após a captura, os peixes serão fotografados e identificados. Serão tomadas as medidas de peso em quilograma (kg) e comprimento (cm).

EM BRANCO

A amplitude de tamanho e peso entre as espécies que serão registradas no período amostrado será avaliada por meio de construção de tabela com comprimentos, total (CT) e padrão (CP), e peso corporal (PC) máximos, mínimos, médios e desvio padrão por espécie. O modelo da planilha de campo está apresentado no ANEXO 1 do presente documento.

Condições ambientais

Para cada ponto amostrado, serão registrados dados de temperatura (°C) e oxigênio dissolvido (mg/l) na água do STP utilizando oxímetro AT150 da ALFAKIT.

Para aferir o oxigênio dissolvido (OD) e temperatura da água, deve ser retirada uma amostra de água utilizando um balde como recipiente. O balde é lançado no tanque onde a captura está sendo realizada e suspenso por meio de uma corda amarrada na alça do balde. O sensor do oxímetro é imediatamente mergulhado na amostra de água para registro dos parâmetros.

EM BRANCO

Modelo de Planilha de Campo

Data	Horário	Trecho/Tanque	Coordenadas X	Coordenadas Y	Nome Popular	CT	CP	PC	Observações

COHIDILIGI/BAM
FLS. 9407
[Signature]
RUB.

EM BRANCO

ANEXO 2

Fotos do 2º braço do Sistema de Transposição de Peixes

EM BRANCO



Foto 1 – Enseadeira no encontro do segundo braço do STP com o primeiro braço em operação - Vista a montante



Foto 2 – Enseadeira no encontro do segundo braço do STP com o primeiro braço em operação - Vista a jusante

EM BRANCO



Foto 3 – Posicionamento dos matacos



Foto 4 – Posicionamento dos matacos

EM BRANCO



Foto 5 – Segunda entrada do STP, comporta mitra



Foto 6 – Curva após a comporta mitra

EM BRAND

ANEXO 3

Nota técnica do Dr. Alexandre Godinho

“Avaliação sobre risco de morte de peixes por defletores do Sistema de Transposição de Peixes da UHE Santo Antônio”

EM BRANCO



AVALIAÇÃO SOBRE RISCO DE MORTE DE PEIXES POR DEFLETORES
DO SISTEMA DE TRANSPOSIÇÃO DE PEIXES DA UHE SANTO
ANTÔNIO
(NOTA TÉCNICA)

Nota técnica apresentada
à Santo Antônio Energia

Belo Horizonte
Agosto de 2015

EM BRANCO

Apresentação

Este documento atende ao OF 02001.007107/2015-99 COHID/IBAMA, de 2 de julho de 2015, que, no seu item (iii) das informações complementares, solicita à Santo Antônio Energia (SAE) informar as medidas que foram tomadas para evitar o acúmulo e aprisionamento de peixes nos vãos dos defletores de matacos do Sistema de Transposição de Peixes (STP).

Histórico

A Nota Técnica 'Avaliação sobre as mudanças no sistema de transposição de peixes' encaminhada ao IBAMA pela SAE (protocolo 02001.001324/2015-75) sugere que não deverá ocorrer apreensão de peixes nos defletores de matacos. Segundo o PAR. 02001.002618/2015-14 COHID/IBAMA peixes mortos foram observados nas fendas de defletores de matacos em visita técnica do IBAMA ao STP da UHE Santo Antônio.

Tipo de defletores utilizados no STP da UHE Santo Antônio

Para a dissipação da energia do escoamento no STP da UHE Santo Antônio, foram utilizados defletores de gabião do tipo caixa, em forma de prisma retangular com paredes de tela metálica com malhas hexagonais de 10 a 15 cm, preenchido com pedra-de-mão (Fig. 1). O método construtivo utilizado na montagem, enchimento e transporte dos gabiões acarretou em preenchimento parcial e deformação das caixas. Consequentemente, número indefinido de gabiões não apresentava forma de prisma regular e possuía espaços vazios dentro da caixa. Com isso, houve formação, nos defletores, de vãos entre os gabiões (Fig. 2).

Em decorrência também do preenchimento parcial e deformação dos gabiões, diversos defletores não suportaram a carga hidráulica do escoamento do STP e desabaram total ou parcialmente. Para a restauração dos defletores danificados, matacos estão sendo utilizados no lugar dos gabiões (Fig. 3). Matacos são fragmentos cúbicos de rochas retirados do canteiro de obras da UHE Santo Antônio. Matacos maiores ficam na base do defletor, enquanto que os menores, no topo. Por terem lados irregulares, os matacos permitem a passagem de água por vãos no defletor.

Risco de morte de peixes pelos defletores

Peixes mortos/moribundos têm sido observados dentro do STP, alguns presos nos vãos dos defletores de gabião ou na própria estrutura do gabião (Fig. 4). Esses peixes, em geral, são de pequeno porte (< 1 kg). Além disso, pouco se sabe sobre os peixes mortos/moribundos já que dados sobre esses peixes são praticamente inexistentes.

Os defletores de gabião apresentam, teoricamente, características que geram mais risco de morte de peixes do que os defletores de matacos. Primeira, por causa do tamanho da malha da rede metálica e dos espaços vazios, as caixas dos gabiões, diferentemente dos matacos, permitem que peixes de pequeno porte entrem e fiquem aprisionados dentro delas. Segunda, os vãos nos defletores de gabião são menores comparativamente aos vãos nos defletores de matacos (Figuras 2 e 5). Além disso, suas paredes são formadas pelas telas das caixas, diferentemente das paredes lisas dos vãos entre os matacos. O menor tamanho e a parede telada dos vãos nos defletores de gabião parecem muito mais propensos ao aprisionamento de peixes do que os vãos maiores e lisos nos defletores de matacos. O menor tamanho dos vãos nos defletores de gabião favorece o aprisionamento de peixes de menor porte. Esses são os mais comuns no STP e frequentemente são vistos nadando contra o escoamento proveniente dos vãos.

EM BRANCO

Como a maioria dos defletores no STP ainda é de gabião (defletores de matacos são apenas três) e que esse tipo de defletor é potencialmente mais letal que o defletor de matacos, parece mais provável que o defletor de gabião seja a principal fonte das mortes de peixes. No entanto, como dados sobre os peixes mortos são muito limitados, não é possível uma afirmativa categórica sobre a origem da morte. Dessa forma, recomendo que dados dos peixes mortos/moribundo sejam coletados para auxiliar na determinação da origem da morte antes que eventuais intervenções nos defletores de matacos sejam implementadas. Entre os dados a serem coletados de cada peixe morto/moribundo encontrado, sugiro data, hora, local encontrado, espécie, comprimento, peso, estágio de decomposição e tipo de traumatismos.



Figura 1. Gabião finalizado no canteiro de montagem.



Figura 2. Vãos entre os gabões em defletores do Sistema de Transposição de Peixes da UHE Santo Antônio.

EM BRANCO

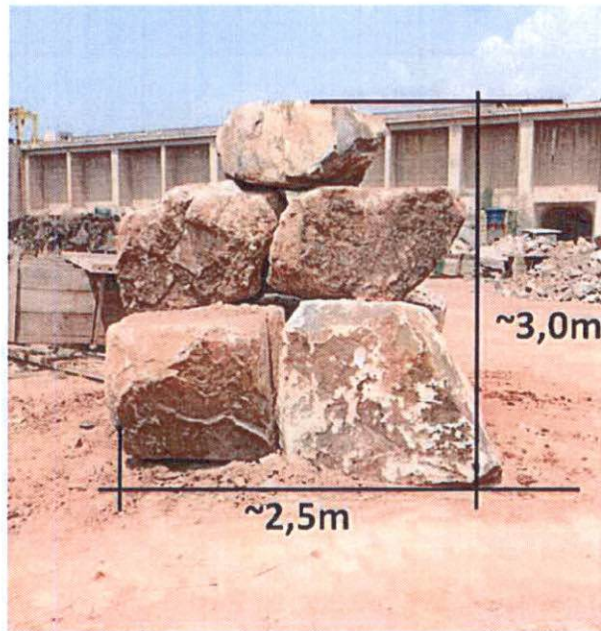


Figura 3. Defletor de matochos.



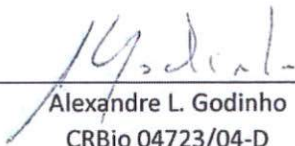
Figura 4. Carcaças de peixe presos à rede metálica da caixa do gabião.

EM BRANCO



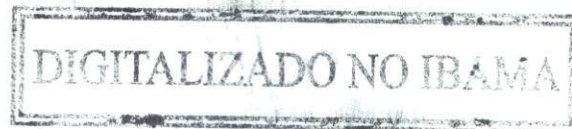
Figura 5. Vãos entre matacos num defletor do Sistema de Transposição de Peixes da UHE Santo Antônio.

Belo Horizonte, 17 de agosto de 2015


Alexandre L. Godinho
CRBio 04723/04-D

EM BRANCO

Porto Velho, 19 de agosto de 2015



À Senhora

Regina Coeli Montenegro Generino

Coordenadora Geral da CGENE/IBAMA

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA

Brasília - DF

Nº. Ref. Santo Antônio Energia /PVH: 0529/2015

Assunto: Encaminhamento de Plano de Limpeza Fina de áreas com vegetação morta do reservatório da Santo Antônio Energia

Prezada Senhora,

Em atendimento ao solicitado no item "a" da Nota Técnica nº 02001.000812/2015-65 encaminhada pelo Ofício 02001.005088/2015-66 CGENE/IBAMA, a SAE encaminha o Plano de Limpeza Fina de áreas com vegetação morta do reservatório da Santo Antônio Energia a ser executado na área disposta no mapa anexo ao documento supracitado.

Sendo o que se apresenta para o momento, a SAE se mantém a disposição e aguarda manifestação deste Instituto para o início das atividades.

Atenciosamente,

Santo Antônio Energia S.A.
Guilherme Abbad Silveira
Gerente de Sustentabilidade

Guilherme Abbad Silveira
Gerente de Sustentabilidade
Santo Antônio Energia

EM BRANCO

Produção: João Ribeiro
Gráfico: Roberto Figueira
Fonte: Sistema Fone



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
SCEN Trecho 02 Ed. Sede do IBAMA Bloco A 1º andar CEP 70.818-900 -
Contato: (61)3316-1595 email:cohid.sede@ibama.gov.br

**DESPACHO COORDENAÇÃO HIDRELÉTRICA
COHID/CGENE/DILIC**

Documento:
Origem:
Processo:
Assunto:

Destinatário: *Bruno Melo* Data: *28/8/15*

1º Despacho: *Para elaboração do análise.*

Frederico Queiroga do Amaral
Coordenador de Energia Hidrelétrica
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Destinatário: Data: ___/___/___

2º Despacho:

Destinatário: Data: ___/___/___

3º Despacho:

Destinatário: Data: ___/___/___

4º Despacho:

Destinatário: Data: ___/___/___

5º Despacho:

Destinatário:

Data: ____/____/____

6º Despacho:

Destinatário:

Data: ____/____/____

7º Despacho:

Destinatário:

Data: ____/____/____

9º Despacho:

Destinatário:

Data: ____/____/____

10º Despacho:



MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: *ET*
Nº. 02091.0161 *58* /2015- *10*
Recebido em: 24/08/2015
Luciana dos Santos Oliveira
Chefe de Unidade LICAD/IBAMA

COH/DILIC/IBAMA
FLS. 9420
RUB.

Porto Velho, 21 de agosto de 2015.



Ao Senhor
Thomaz Miazaki de Toledo
Diretor de Licenciamento
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA
Brasília - DF

Nº. Ref. Santo Antônio Energia/PVH: 0541/2015
Assunto: Encerramento do Convênio Fundação Universidade de Brasília e Santo Antônio
Energia – FUB/SAE


Senhor Diretor,

Cumprimentando-o, cordialmente, a Santo Antônio Energia – SAE, considerando o vencimento do convênio, firmado em junho de 2011, com a Fundação Universidade de Brasília, referente a guarda dos dados sismológicos gerados pelo processo de monitoramento sismológico da região de interesse da UHE Santo Antônio, previsto para junho de 2015, a SAE protocolou junto à UnB a correspondência SAE/PVH 0162/2015 (anexo 01) em 25 de março de 2015, solicitando a renovação deste convênio. Em 07 de agosto de 2015, a UnB protocolou, no escritório da SAE, o Ofício nº 0473/2015/FUB-UnB (anexo 02) por meio do qual informou sobre o indeferimento do pedido de renovação.

Diante dessa resposta da UnB, a SAE informa que vai procurar parcerias com outras instituições que tenham interesse em firmar convênio para guarda de dados gerados pelas estações sismológicas da UHE Santo Antônio e que, no momento, os dados estão sendo guardados pela empresa, no escritório de Porto Velho e também pelo Professor da Unb, João Willy Correa Rosa que, além de garantir a guarda dos dados vai providenciar que os mesmos fiquem disponíveis em uma área virtual do *Web Site* da UnB, conforme informado pelo Professor em correspondência de 18/08/2015 (anexo 03).

Sendo o que se apresenta para o momento, a SAE renova votos de estima e consideração e, mantém-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,


Santo Antônio Energia S.A.
Guilherme Abbad Silveira
Gerente de Sustentabilidade

Guilherme Abbad Silveira
Gerente de Sustentabilidade
Santo Antônio Energia

EM BRANCO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
SCEN Trecho 02 Ed. Sede do IBAMA Bloco A 1º andar CEP 70.818-900 -
Contato: (61)3316-1293 Fax(61) 3316-1952 – email: cgtmo.sede@ibama.gov.br

**DESPACHO COORDENAÇÃO DE HIDRELÉTRICAS
COHID/CGENE/IBAMA.**

Documento:
Origem:
Empreendimento:
Processo:
Assunto:

Destinatário: *Eduardo Wagner* **Data:** *28/8/15*

1º Despacho: *Para conhecimento.*

Francisco Queiroga do Amaral
Coordenador de Energia Hidrelétrica
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Destinatário: **Data:** ____ / ____ / ____

2º Despacho:

Destinatário: **Data:** ____ / ____ / ____

3º Despacho:

Destinatário: **Data:** ____ / ____ / ____

4º Despacho:

Destinatário: **Data:** ____ / ____ / ____



EM BRANCO

Porto Velho, 20 de Março de 2015

Ilustríssimo Senhor
Professor Ivan Marques de Toledo Camargo
Presidente da Fundação Universidade de Brasília
Campus Universitário Darcy Ribeiro
Asa Norte
Brasília - DF

Recebido em
25/3/15
Clarissa dos S. Matias Borges
Secretária Executiva
Mat. 1040723
IGD - UnB

Nº. Ref.: Santo Antônio Energia/PVH: 0162/2015

Assunto: Renovação do Convenio visando a Colaboração no Monitoramento Sismológico da UHE Santo Antônio.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, cordialmente, a Santo Antônio Energia ("SAE"), faz referencia ao Convênio visando a Colaboração no Monitoramento Sismológico da UHE Santo Antônio ("Convênio"), firmado entre a SAE e a Fundação Universidade de Brasília ("UNB") em 14 de junho de 2011, para informar o quanto segue:

- I. Considerando que o Convênio foi celebrado conforme previsão do Programa de Monitoramento Sismológico, elaborado a partir do Projeto Básico Ambiental da UHE Santo Antônio ("PBA");
- II. Considerando que Convênio tem por objeto o apoio na aquisição e na guarda dos dados sismológicos gerados pelo Monitoramento Sismológico da UHE Santo Antonio e que UNB, através de seu Instituto de Geociências, é responsável pelo apoio técnico e instrumentação desta atividade;
- III. Considerando que o convênio tem vigência de 48 meses;
- IV. Considerando o interesse da SAE na manutenção do Programa de Monitoramento Sismológico, encaminhando relatórios periódicos ao IBAMA, conforme determinado pela condicionante 2.1 da Licença de Operação nº 1044/2011 ("LO");

EM DRAGU



- V. Considerando o interesse da SAE em manter a parceria estabelecida com a UNB, permitindo que o Programa de Sismologia tenha seu prosseguimento conforme preceituam o PBA e as condicionantes da LO;
- VI. Considerando que o prazo de vigência das Licenças de Operação de empreendimentos licenciados pelo IBAMA é de no mínimo 04 anos, conforme Artigo 18, inciso III, da Resolução CONAMA nº 237;

A SAE propõe a celebração de novo Convênio visando o Monitoramento Sismológico da UHE Santo Antônio nos mesmos moldes do anterior, mantendo assim a parceria firmada entre SAE e UNB no monitoramento sismológico da UHE Santo Antônio, pelo que encaminha a minuta anexa, para análise e posterior assinatura, reiterando seu firme desígnio de manutenção deste programa.

Sendo o que se apresenta para o momento, a SAE renova votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Carolina Mariani
Coord. de Meio Ambiente
Santo Antônio Energia

Santo Antônio Energia S.A.
Guilherme Abbad Silveira
Gerente de Sustentabilidade

EM BRANCO

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E A SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A., VISANDO A COLABORAÇÃO NO MONITORAMENTO SISMOLÓGICO DA UHE SANTO ANTÔNIO.

A SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A, com filial na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, no Cantieiro de Obras UHE Santo Antônio – Margem Esquerda, s/nº, Bloco 1, Zona Rural, CEP: 76.805-812, inscrita no CNPJ sob o nº 09.391.823/0002-40, doravante denominada **CONCEDENTE** neste ato representada por seus diretores, Diretor Presidente Eduardo de Melo Pinto, brasileiro, casado, e Diretor Carlos Hugo Annes de Araújo, brasileiro, casado, ambos com endereço na Avenida das Nações Unidas, 4777, 6º andar, São Paulo/SP, abaixo assinados, de acordo com seu Estatuto Social e a **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – Instituição Federal de Ensino Superior**, Fundação Pública criada pela Lei n. 3.998, de 15/12/1961, instituída pelo Decreto n. 500, de 15/1/1962, inscrita no CNPJ sob o n. 00.038.174/0001-43, com sede no Campus Universitário Daroy Ribeiro, Asa Norte, Brasília, DF, doravante denominada **CONVENIENTE**, neste ato, representada por seu Presidente, Prof. José Geraldo de Sousa Junior, brasileiro, casado, residente domiciliado em Brasília, DF, portador do CPF n. 191.173.968-91 e do Registro Geral n. 250.536 SSP/DF, credenciado por Decreto Presidencial de 23/10/2008, publicado no DOU de 24/10/2008 e com a competência constante do respectivo estatuto, resolvem celebrar o presente Convênio, conforme autos do Processo FUB n. 23106.001391/2011-13, sujeitando-se no que couber à Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127, de 29.05.2008, ao Decreto n. 93.872, de 23 de dezembro de 1966, ao Decreto n. 6.170, de 25 de julho de 2007, à Lei n. 8.666/1993 e posteriores alterações, demais normas regulamentares e as cláusulas e condições ora pactuadas:

Do Objeto

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente convênio tem por objeto, o apoio na aquisição e na guarda dos dados sismológicos gerados pelo Monitoramento Sismológico da UHE Santo Antônio, localizada em Rondônia, projeto no qual a **Universidade de Brasília**, através do seu Instituto de Geociências, será responsável pela guarda e pelo apoio na aquisição dos dados sismológicos coletados durante o monitoramento sismológico do reservatório da UHE Santo Antônio e participará com apoio técnico e de instrumentação.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - É parte integrante do presente Convênio, como se nele estivesse transcrito, o Plano de Trabalho.

Das Obrigações dos Partícipes

CLÁUSULA SEGUNDA – Para consecução dos objetivos previstos neste instrumento, os partícipes se obrigam ao seguinte:

I – DO CONCEDENTE:

- liberar os recursos financeiros previstos para execução deste Convênio na forma estabelecida no Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho aprovado;
- prestar à **CONVENIENTE** informações técnicas e competências nos assuntos relativos às atividades previstas no Convênio;

EM BRANCO

- c) analisar, em conjunto, os relatórios parciais e final de atividades encaminhados pela CONVENIENTE;
- d) prover a CONVENIENTE, nas épocas próprias, dos recursos financeiros, nos termos do Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho;
- e) encaminhar para análise e parecer da CONVENIENTE toda solicitação de alterações na execução do projeto;
- f) exigir da CONVENIENTE a prestação de contas dos recursos financeiros a ela transferidos, obedecendo ao estabelecido na portaria nº 127, de 29 de maio de 2008;
- g) analisar a prestação de contas apresentada pela CONVENIENTE aprovando-a quando não contrariar a legislação pertinente.

II – CONVENIENTE:

- a) gerir financeira e contabilmente os recursos, de acordo com o Plano de Trabalho das atividades previstas;
- b) responsabilizar-se por todo o pessoal envolvido na execução dos serviços, os quais não terão qualquer vínculo empregatício com o CONCEDENTE; bem como todos os encargos decorrentes da execução do objeto pactuado, inclusive os de natureza trabalhista, previdenciários, sociais, fiscais, comerciais, tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente convênio;
- c) garantir os recursos humanos e materiais indispensáveis à execução das atividades previstas neste Convênio;
- d) encaminhar à CONCEDENTE Relatórios Semestrais da execução física das atividades previstas neste Convênio para análise e parecer;
- e) prestar contas à CONCEDENTE dos recursos orçamentários e financeiros, na forma e condições determinadas em normas e instruções vigentes;
- f) restituir o eventual saldo de recursos ao CONCEDENTE na conclusão, extinção, denúncia ou rescisão do presente Convênio.

Da Vigência

CLÁUSULA QUARTA – O presente Convênio terá vigência por prazo determinado de 48 (quarenta e oito) meses, a contar da data de sua assinatura.

Dos Recursos Financeiros

CLÁUSULA QUINTA – Para execução do objeto desse convênio a CONCEDENTE repassará à CONVENIENTE o valor anual de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para utilização estrita ao cumprimento do objeto pactuado. O valor total do convênio é de R\$80.000,00 (OITENTA MIL REAIS).

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – A liberação dos recursos obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho e guardará consonância com as etapas de apoio à aquisição e de guarda dos dados gerados no Monitoramento Sismológico da UHE Santo Antônio.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Os recursos serão depositados na Conta Única do Tesouro: Banco do Brasil (001); Agência: 1607-1; Conta Corrente: 170500-8.

EM BRANCO

Da Publicação

CLÁUSULA SEXTA - A eficácia do presente Convênio fica condicionada à sua publicação em tempo hábil no Diário Oficial da União, na forma de extrato, às expensas e por iniciativa da CONVENIENTE.

Dos Casos Omissos

CLÁUSULA SETIMA - Os casos omissos não previstos neste Convênio serão consultados às partes por escrito, e resolvidos conforme disposto na legislação aplicável, em especial Lei 8.666/1993, Decreto 93.872/1986, à Portaria Interministerial MP/INF/MCT nº 127, de 29.05.2008, e posteriores alterações.

Da Rescisão e da Denúncia e Alterações

CLÁUSULA OITAVA - O presente Convênio poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, por meio de Termos Aditivos; bem como rescindido e/ou denunciado de comum acordo entre os participantes, sendo que a qualquer tempo por inadição total ou parcial de quaisquer das obrigações ou condições pactuadas, e denunciado mediante notificação por escrito à parte inadimplente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem ônus e não prejudicando os trabalhos que estejam em curso.

Da Confidencialidade

CLÁUSULA NONA - Durante a vigência do Convênio, cada PARTE poderá disponibilizar à outra, informações confidenciais ou de sua propriedade, incluindo, mas não se limitando, idéias, conceitos, fórmulas, dados estratégicos, comerciais ou financeiros, dados ou informações sobre o mercado, clientes, parceiros, fornecedores ou equipamentos, documentos, plantas e desenhos de engenharia ou até mesmo correspondências doravante denominados em conjunto "INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL". Para os fins dos previstos nesta Cláusula, será considerada "INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL" aquelas informações fornecidas pela CONVENIENTE à CONCEDENTE expressamente definida como tal, ou toda e qualquer informação fornecida pela CONCEDENTE à CONVENIENTE:

- I. A INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL deverá ser mantida em sigilo absoluto pelas PARTES, incluindo, mas não se limitando a seus diretores, conselheiros, advogados, empregados, prepostos, associados, enfim, qualquer pessoa física ou jurídica que seja ligada direta ou indiretamente a qualquer uma das PARTES.
- II. Somente mediante autorização prévia, expressa e específica, por escrito, de uma das PARTES, poderá a outra revelar, no todo ou em parte, a INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL, bem como a existência do Convênio.
- III. É vedado à PARTE receptora revelar informação que tenha sido desenvolvida a partir de uma INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL e, também, desenvolver produtos, métodos ou serviços com base, tanto nas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, como nas demais informações e conhecimentos obtidos no desenvolvimento do propósito deste Convênio.
- IV. A PARTE receptora da INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL poderá independentemente do consentimento da PARTE que a houver divulgado, revelá-la desde que a referida INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL:
 - a) tenha sido comprovadamente conhecida pela PARTE receptora antes da data da revelação pela PARTE divulgadora, hipótese em que a PARTE receptora deverá notificar

EM BRANCO

- a. PARTE divulgadora, informando e comprovando o seu conhecimento anterior à divulgação pela outra PARTE;
- b) seja de domínio público ou tome-se disponível para o público independentemente da ação ou omissão da PARTE receptora; ou
- c) revelação seja obrigatória por força da legislação vigente ou por força de ordem judicial, e desde que a PARTE receptora notifique por escrito a PARTE divulgadora anteriormente à revelação.
- V. A PARTE receptora terá direito a revelar a INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL, recebida nos termos do presente Convênio, sem o prévio consentimento escrito da PARTE divulgadora, para as pessoas que tenham efetiva necessidade de conhecer tais informações para fins de análise e avaliação do objeto deste Convênio, desde que cada uma delas esteja vinculada às condições de confidencialidade deste Convênio. Caso solicitado, cada PARTE terá a obrigação de informar à outra, por escrito, os seus prepostos que terão acesso à INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL.
- VI. Toda e qualquer INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL revelada conforme o Convênio permanecerá de propriedade exclusiva da PARTE que a houver revelado.
- VII. As obrigações de confidencialidade acima previstas permanecerão em vigor pelo prazo de 10 (dez) anos após o término deste Convênio, sob pena de responsabilidade da CONVENIENTE por eventuais perdas e danos.

Do Foro

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília, DF, para dirimir as questões surgidas do presente Convênio e que não puderem ser decididas pela via administrativa, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo, assinam as partes o presente Convênio em duas vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem, para todos os efeitos jurídicos e legais.

Brasília, ___ de _____ de 2011.


José Gerardo de Sousa Junior
Presidente da FUB

Eduardo de Melo Pinto
Diretor Santo Antônio Energia

Carlos Hugo Annes de Araújo
Diretor Santo Antônio Energia

Testemunhas:

1. Pela FUB:
Nome:
CPF:
2. Pela Santo Antônio Energia S.A.:
Nome:
CPF:

EM BRAIN



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Ofício n. 0535 /2011/FUB-UnB

Brasília, 23 de maio de 2011.

A Sua Senhoria o Senhor
Eduardo de Melo Pinto
Diretor-Presidente da Santo Antônio Energia S/A
Canteiro de Obras UHE Santo Antônio, margem esquerda, bloco 1, zona rural
76805-812 Porto Velho, RO

Assunto: Convênio que entre si celebram a FUB e a Santo Antônio Energia S/A.

Senhor Diretor-Presidente,

Encaminho a Vossa Senhoria duas vias assinadas do Convênio que entre si celebram a Fundação Universidade de Brasília e a Santo Antônio Energia S/A, visando à colaboração no monitoramento sísmológico da UHE Santo Antônio

Após aprovação e a assinatura de Vossa Senhoria e de sua testemunha, solicito datar as vias e restituir uma para a Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos desta Universidade, localizada no Campus Universitário Darcy Ribeiro, Prédio da Reitoria, 2º andar, sala A3-11/5, telefone (61) 3307-2237 e telefax (61) 3307-3208, para fins de registro.

Atenciosamente,

José Geraldo de Sousa Junior
Reitor

COHIDILIC/IBAMA

2011/05/23

EM BRANCO

EM BRANCO



Ofício n. 0473 /2015/FUB-UnB

Brasília, 29 de julho de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor
Guilherme Abbad Silveira
Gerente de Sustentabilidade
Santo Antônio Energia
Rua Dom Pedro II, n. 637, 5º andar, sala 510 – Caiari
76801-910 Porto Velho/RO



Assunto: Renovação de convênio entre a Fundação Universidade de Brasília e a Santo Antônio Energia.

Ref.: Santo Antônio Energia/PVH: 0162/2015.

Senhor Gerente,

Em atenção ao ofício acima referenciado, comunico que convênio firmado entre a Fundação Universidade de Brasília e a Santo Antônio Energia, com vigência até o dia 30 de junho de 2015, foi analisado na 240ª reunião do Conselho do Instituto de Geociências desta Universidade, o qual indeferiu a renovação do referido convênio.

Por oportuno, informo que não há nenhuma previsão de despesa com o saldo financeiro do convênio, sendo que este foi devolvido quando da apresentação de prestação de contas.

Atenciosamente,

Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor

SUC 0728/2015

EM BRANCO



Universidade de Brasília

Brasília, 18 de Agosto de 2015

Ao Senhor
Guilherme Abbad Silveira
Gerente de Sustentabilidade da Santo Antônio Energia S.A.
Canteiro de Obras UHE Santo Antônio
Margem Esquerda, s/nº, Bloco 1 – Zona Rural
76.805-812 – Porto Velho, RO

Ref. Convênio FUB-SAE

Prezado Senhor,

Tendo em vista que o Convênio FUB-SAE não será mais renovado pela FUB, coloco-me à disposição para armazenar os dados gerados pelo Programa de Monitoramento Sismológico da UHE Santo Antônio em minha sala, no Instituto Central de Ciências, no Campus Darcy Ribeiro, da UnB. Esclareço ainda que providenciarei para que os dados coletados fiquem disponíveis em uma área virtual do web site da UnB, de forma que possam ser acessados de forma livre.

Informo que uma cópia digital de todos os dados coletados no âmbito do programa será encaminhada periodicamente à Santo Antônio Energia S.A., para armazenamento também no Escritório Central da empresa, em Porto Velho, RO.

Agradecemos a atenção de V.Sa. e colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos que porventura sejam necessários.

Atenciosamente,

Prof. João Willy Corrêa Rosa
Gestor do Convênio FUB-SAE
Instituto de Geociências
Universidade de Brasília
70.910-900 – Brasília, DF

30/08/2015

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
 DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL



AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA
 Nº 0201.000508/2008-99

AUTORIZAÇÃO Nº 630/2015

VALIDADE
 6 MESES A PARTIR DA ASSINATURA

ATIVIDADE LEVANTAMENTO MONITORAMENTO RESGATE/SALVAMENTO

TIPO FAUNA TERRESTRE BIOTA AQUÁTICA

EMPREENHIMENTO: UHE Santo Antonio

EMPREENDEDOR: Santo Antônio Energia S/A

CNPJ: 09.391.823/0002-40

CTF: 5662584

ENDEREÇO: Centro Empresarial, Rua Dom Pedro II, nº 637, SL 510, Bairro Caiari

CONSULTORIA RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE CETACEOS: Sete Soluções Consultoria e Tecnologia Ambiental Ltda

CNPJ: 02.052.511/0001-82

CTF: 233317

COORDENADOR GERAL DA ATIVIDADE: Eduardo Lima Sábado

CPF: 609.697.416-34/ 227524

CONSULTORIA RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE ICTIOFAUNA:

CNPJ/CTF: 02.052.511/0001-82/5300275

Rumo Ambiental Consultoria e Serviços Ltda

ENDEREÇO: Av. do Contorno 808- Bairro Funcionários -Belo Horizonte-MG

COORDENADOR GERAL DA ATIVIDADE: Vasco Campos Torquato

CPF/CTF: 256.583.286-91/2890618

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE: Resgate de biota aquática durante implantação de ensecadeira no leito do rio madeira, no eixo do barramento da UHE Santo Antônio, durante a investigação de erosão em rocha na bacia de dissipação do Vertedouro Principal, imediatamente a jusante do barramento bem como no sistema de transposição peixes.

ÁREAS AMOSTRAIS: Ensecadeira de jusante da bacia de dissipação do vertedouro principal.

PETRECHOS: redes de arrasto, tarrafas, puças, redes de espera, maca de transporte para cetáceos, colchões de espuma e demais equipamentos auxiliares para o resgate.

DESTINAÇÃO DO MATERIAL: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

ESTA AUTORIZAÇÃO NÃO PERMITE

1. CAPTURA/COLETA/TRANSPORTE/SOLTURA DE ESPÉCIES EM ÁREA PARTICULAR SEM O CONSENTIMENTO DO PROPRIETÁRIO;
2. CAPTURA/COLETA/TRANSPORTE/SOLTURA DE ESPÉCIES EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS, ESTADUAIS, DISTRITAIS OU MUNICIPAIS, SALVO QUANDO ACOMPANHADAS DA ANUÊNCIA DO ÓRGÃO ADMINISTRADOR COMPETENTE;
3. COLETA DE QUAISQUER ESPÉCIES, EXCETO NOS CASO DE ANIMAIS QUE MORREREM NO PROCESSO DE RESGATE, MESMO QUE PERTENCENTES À ESPÉCIES AMEAÇADAS, OS QUAIS DEVEM SER LISTADOS PARA O IBAMA E ENCAMINHADOS ÀS INSTITUIÇÕES DEPOSITÁRIAS, SE HOVER POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO CIENTÍFICO DO MATERIAL;
4. COLETA DE MATERIAL BIOLÓGICO POR TÉCNICOS NÃO LISTADOS NO VERSO DESTA;
5. EXPORTAÇÃO DE MATERIAL BIOLÓGICO;
6. ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO, NOS TERMOS DA REGULAMENTAÇÃO CONSTANTE NA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.186-16, DE 23 DE AGOSTO DE 2001.

Observação: As Autorizações obtidas por meio do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) não podem ser utilizadas para a captura e/ou coleta de material biológico referente ao processo de licenciamento ambiental de empreendimentos.

LOCAL E DATA DE EMISSÃO:
 Brasília,

24 AGO 2015

AUTORIDADE EXPEDIDORA (ASSINATURA E CARIMBO):

Thomas Mizuaki de Toledo
 Diretor de Licenciamento Ambiental
 DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA
Nº 02001.000508/2008-99

AUTORIZAÇÃO Nº 630/ 2015

VALIDADE
6 MESES A PARTIR DA ASSINATURA

NOMES:

EQUIPE TÉCNICA

CPF/CTF:

Vasco Campos Torquato	256.583.286-91/2890618
Gabriel Villela Torquato	062.985.056-95/2890478
Thiago Villela Torquato	001.168.956-08/5300070
Luiz Antônio Rocha	191.119.406-20/60653
João Pedro Corrêa Gomes	050.857.556-77/1895958
Tiago CasarimPessali	050.321.876-66/514255
Gustavo Ribeiro Rosa	089.586.086-41/5416098
Gilberto Nepomuceno Salvador	013.342.156-26/1040317
Eduardo Lima Sábato	609.697.416-34/227524
Danielle dos Santos lima	008.7444.446-16/468.168
Waleska Gravena	036.488.619-64/2105196
Mariana Paschoalini Frias	089.318.616-93/5682376
Beatriz M. Calera	715.208.722-91/4979076
Miriam Marmontel	238.965.070-87 /1807317
Gilson Moreira Rios	008.148.165-92/5051963

CONDICIONANTES

1. Válida somente sem emendas e/ou rasuras.
2. O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, bem como suspender ou cancelar esta autorização caso ocorra:
 - 2.1. violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - 2.2. omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da autorização;
 - 2.3. superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
3. A ocorrência de situações descritas nos itens "2.1)" e "2.2)" acima, sujeita os responsáveis, incluindo toda a equipe técnica, à aplicação de sanções previstas na legislação pertinente.
4. O pedido de renovação, caso necessário, deverá ser protocolado 60 (sessenta) dias antes de expirar o prazo de validade desta autorização. A renovação somente poderá ser concedida após o recebimento e análise do relatório especificado no item 7.
5. As equipes em campo deverão estar de posse das autorizações **válidas** durante a execução das atividades de monitoramento que envolvam ações de captura, coleta e transporte de fauna aquática. Durante as atividades, a(s) equipe(s) deverão ser composta por no mínimo 1 (um) profissional designado por esta Autorização.
6. Qualquer alteração na equipe ou metodologia deve ser solicitada oficialmente ao Ibama. Ressalta-se que a substituição e/ou indicação de novos integrantes deve vir acompanhada dos respectivos CPFs, CTFs regulares, ARTs e links para os Currículos Lattes.
7. Em até 30 (trinta) dias após o término do resgate, a coordenação do projeto deverá encaminhar relatório impresso e assinado pelo coordenador e demais técnicos responsáveis, e também em meio digital, contendo:
 - a) Lista das espécies encontradas, forma de registro e habitat, destacando as espécies ameaçadas de extinção, endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência as passíveis de serem utilizadas como indicadoras de qualidade ambiental, as de importância econômica, as potencialmente invasoras e as migratórias.
 - b) Esforço e eficiência amostral, parâmetros de riqueza e abundância das espécies, índice de diversidade e demais análises estatísticas pertinentes, contemplando a sazonalidade em cada área amostrada.
 - d) Anexo digital com lista de dados brutos dos registros de todos os espécimes – forma de registro, local georreferenciado (coordenadas UTM e respectiva zona, Datum SAD-69), Habitat e data.
 - e) Detalhamento de captura, triagem e dos demais procedimentos a serem adotados para os exemplares capturados ou coletados, informando o tipo de identificação, registro e biometria.
 - f) Em até 90 (noventa) dias contados do final do prazo de validade desta Autorização, encaminhar a Declaração de Recebimento original ou autenticada, emitida pela Instituição de depósito, contendo o número de espécimes recebidos, nome científico, data e local de coleta, e número de tombamento. Esse prazo poderá ser prorrogado mediante a apresentação de documentação contendo justificativa a ser analisada pelo Ibama.
8. Observar as restrições estabelecidas pela Portaria MMA nº 445/2014 e Instrução Normativa MMA 02/2015.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



PAR. 02001.003298/2015-10 COHID/IBAMA

Assunto: Análise dos documentos 0377/2015(02001.012260/2015-38) e 0482/2015 (02001.014907/2015-66) solicitando Autorização de captura, coleta e transporte de material biológico da proveniente do resgate da bacia de dissipação da UHE Santo Antonio.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

REFERENCIA: CT 02001.014907/2015-66/, CT 02001.012260/2015-38/

Ementa: Trata-se da análise dos documentos para emissão de Autorização de captura, coleta e transporte de material biológico proveniente do resgate de bióta aquática da bacia de dissipação.

1. Trata-se da solicitação de Autorização de Coleta, Captura e Transporte de Material Biológico da UHE Santo Antônio, relativa à atividade de resgate de peixes e cetáceos na bacia de dissipação do Vertedouro Principal da UHE Santo Antônio. O empreendedor solicitou emissão da referida ACCTM por meio do documento Santo Antônio Energia PVH nº 0377/2015, protocolada em 30/06/2015 (Protocolo: 02001.012260/2015-38).
2. A atividade a ser realizada foi apresentada a equipe técnica do Ibama em reunião realizada no dia 15/06/2015, na sede do IBAMA, com informações dos procedimentos a serem realizados durante a construção da ensecadeira para manutenção da bacia de dissipação do Vertedouro Principal.
3. A SAE apresentou a estimativa do lançamento da ensecadeira (a 151m do barramento), que se dará quando a cota do rio Madeira, a jusante do barramento, atingir a elevação de 48,90m, o que permitirá o fechamento dos vãos do vertedouro principal, possibilitando as ações construtivas da ensecadeira. A data provável para essa cota estava prevista para o dia 01/08/2015.
4. A SAE informou, por meio da carta SAE 381/2015, que a intervenção consistirá no lançamento de ensecadeira de enrocamento com vedação externa a jusante, aproveitando o material oriundo das ensecadeiras do leito do rio (GG4), cuja remoção está prevista para o mesmo período da construção da ensecadeira de fechamento do canal de restituição do vertedouro principal. Segundo o empreendedor, *"as atividades de engenharia previstas para esta intervenção, são semelhantes a outras já realizadas durante a implantação da Usina, pelo que serão realizadas em conformidade com o Estudo de Impacto Ambiental e o Projeto Básico Ambiental, aprovado pelo IBAMA."*
5. Por meio da correspondência SAE 482/2015 (protocolo 02001.0014907/2015-66), a SAE informou que a remoção da referida ensecadeira, após os procedimentos de manutenção na bacia, será de forma mecânica e hidráulica. A partir da elevação 53m até a elevação 51m, a remoção será feita mecanicamente, sendo o material destinado ao bota fora existente na margem esquerda. Já a remoção hidráulica será realizada com a operação regular do vertedouro principal, em função da impossibilidade de retirada do material remanescente da ensecadeira com equipamentos de terraplanagem por conta das elevações do NA para o período. O volume estimado para ser removido é de 86mil/m³.

Set



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

6. Segundo a SAE, *“não é esperada formação de pluma de dispersão de sedimento durante a remoção hidráulica da ensecadeira, como já identificado nos estudos desenvolvidos no modelo reduzido do empreendimento, tendo em vista que: (i) a remoção hidráulica será majoritariamente composta de material pelado e granuloso, como pedras e matacos; (ii) do turbilhonamento do VTP garantirá a dispersão uniforme do material em suspensão; e (iii) da abertura gradual das comportas do VTP, conforme o Plano de Operação de Comportas.”*. No 4º relatório semestral, a SAE indica, considerando a remoção da ensecadeira do GG4, que *“Conforme comprovados na retirada das outras ensecadeiras o volume de sedimentos que serão incorporados no escoamento do rio é insignificante em relação ao volume de água defluente em qualquer período hidrológico.”*
7. Durante essas atividades, a avaliação intensificada dos dados gerados no monitoramento em tempo real da temperatura da água, condutividade elétrica, OD, pH e turbidez possibilitarão a mensuração de possíveis alterações limnológicas no trecho a jusante do barramento.
8. Segundo a SAE, será executado um plano de monitoramento da qualidade da água na área ensecada, com a instalação de bombas de recalque para manter a oxigenação e temperatura da água. O monitoramento será realizado pelo menos 3 vezes ao dia, utilizando-se uma sonda multiparamétrica para aferição de OD, pH, temperatura e profundidade em diferentes pontos do recinto.
9. Os peixes recolhidos vivos, serão liberados no leito do rio Madeira, em local pré-determinado.
10. O Empreendedor salienta que em virtude do tempo corrido para resgate, somente serão realizadas amostragens para biometria e estimada biomassa e o peso médio dos peixes resgatados. Os que não puderem ser identificados no local, serão acondicionados em bombonas a formol 10% para posterior identificação em laboratório.
11. Os peixes que vierem a óbito, deverão ser identificados em nível de espécie, quantificados, registrados e destinados adequadamente, além de emitir relatório circunstanciado informando ao órgão licenciador.
12. O Plano de resgate da ensecadeira, lista todos os equipamentos necessários para captura, acondicionamento, biometria e soltura dos exemplares. Anexo ao documento, foram entregues o Plano de Trabalho de Resgate de Ictiofauna; Plano de Resgate de Cetáceos; Cadastro Técnico Federal da equipe técnica; CV Lattes; declaração de recebimento de material ictiológico e de material zoológico; tabelas contendo o nome da equipe técnica e anotações de responsabilidade técnica dos coordenadores da atividade.
13. Em virtude de haver algumas dúvidas da equipe do IBAMA quanto aos procedimentos, foi solicitada a equipe da SAE informações complementares a carta PVH 0377/2015, com análise sobre os impactos ambientais decorrentes desta atividade.
14. Em atendimento a esta solicitação a SAE encaminhou a carta PVH 0482/2015 protocolada sob o número 02001.014907/2015-66 no dia 05/08/2015, com o mapeamento dos riscos e levantamento de todas as atividades envolvidas no resgate e as medidas de controle dos riscos para biota aquática.
15. Vale ressaltar que o Ibama analisa somente os itens que dizem respeito aos impactos ambientais decorrentes da atividade.
16. No documento citado, a SAE encaminhou Plano de Resgate no Sistema de

Just



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



Transposição (STP), em decorrência da necessidade de rebaixamento do nível de água do reservatório de modo a aumentar a segurança na área ensecada. Esse plano de trabalho se mostrou necessário em virtude de que alguns trechos do STP, ficarão com fluxo de água reduzido pelo rebaixamento do reservatório quando o mesmo atingir a cota inferior à cota mínima de operação do STP.

17. Segundo a SAE, o trecho do sistema que ficará com nível rebaixado, estará restrito à porção inicial do canal, podendo oferecer risco à fauna aquática, em caso de interrupção do fluxo de montante.

18. De acordo com a SAE, menores níveis d'água facilitarão a captura de peixes, com observação do limite que permite manutenção da biomassa acumulada em cada tanque e de água corrente, essencial à oxigenação da água. Ainda segundo a SAE, nos tanques em que a biomassa exigir manutenção de maior quantidade de água será inserida água com auxílio de caminhões-pipa. É crucial que durante essa operação de resgate seja feito o monitoramento intensivo da qualidade da água nos tanques do STP, de forma a fornecer informações para subsidiar a gestão da qualidade da água, nos moldes daquele proposto no plano de resgate na ensecadeira.

19. A SAE informou sobre a equipe técnica responsável pela atividade e manejo dos animais que será composta pelos profissionais:

Nome	CPF/CTF
Vasco Campos Torquato	256.583.286-91/2890618
Gabriel Villela Torquato	062.985.056-95/2890478
Thiago Villela Torquato	001.168.956-08/5300070
Luiz Antônio Rocha	191.119.406-20/60653
João Pedro Corrêa Gomes	050.857.556-77/1895958
Tiago CasarimPessali	050.321.876-66/514255
Gustavo Ribeiro Rosa	089.586.086-41/5416098
Gilberto Nepomuceno Salvador	013.342.156-26/1040317

20. A SAE apresentou Plano de Resgate de cetáceos, caso fiquem aprisionados na ensecadeira da bacia de dissipação.

21. Segundo o Empreendedor haverá troca de informações entre as equipes de resgate de ictiofauna e equipe de fauna, para comunicação de ocorrência de cetáceos na área da ensecadeira.

22. Segundo o plano as informações referentes as atividades serão compiladas em planilhas específicas, a serem delineadas e realizados registros fotográficos.

23. Aproveitando a captura de cetáceos, serão coletadas amostra de tecido cutâneo (cerca 1cm³) na nadadeira dorsal de cada animal capturado para análises genéticas.

24. A equipe de resgate para cetáceos será composta por:

Nome	CPF/CTF
Eduardo Lima Sábado	609.697.416-34/227524
Danielle dos Santos lima	008.7444.446-16/468.168

Handwritten signature



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Waleska Gravena	036.488.619-64/2105196
Mariana Paschoalini Frias	089.318.616-93/5682376
Beatriz M. Calera	715.208.722-91/4979076
Miriam Marmontel	238.965.070-87 /1807317
Gilson Moreira Rios	008.148.165-92/5051963

25. Pelo exposto nos planos de trabalho apresentados pelo empreendedor entende-se não haver óbices na emissão de Autorização de Coleta, Captura e Transporte de Material Biológico. Encaminho em anexo ACCTMB para as providências cabíveis.

Brasília, 17 de agosto de 2015

Sara Quizia

Sara Quizia Correa Mota
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

À DILIC,
De acordo.
Em 21/08/15,

Regina Coeli
Regina Coeli Montenegro Genérino
Coordenadora-Geral de
Infraestrutura de Energia Elétrica
CGENE/DILIC/IBAMA

De acordo
17/8/15

Erivaldo
Erivaldo Queiroga do Amaral
Coordenador de Energia Hidrelétrica
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

DIGITALIZADO NO IBAMA

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: *Parby*
Nº. 02001.0165 *70* /2015-*21*
Recebido em: 27/08/2015
Assinatura *W. Abad*

COORDILIC/IBAMA
FLS. 9434



DIGITALIZADO NO IBAMA

Porto Velho, 25 de agosto de 2015.

Ao Senhor
Thomaz Miazaki de Toledo
Diretor de Licenciamento
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA
Brasília - DF

Nº. Ref. Santo Antônio Energia/PVH: 0535/2015
Assunto: Intervenção em Área de Preservação Permanente para acesso ao rio Madeira

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o cordialmente, a Santo Antônio Energia ("SAE"), em continuidade ao processo de licenciamento ambiental da UHE Santo Antônio, em fase de renovação da Licença de Operação nº 1.044/2011 emitida por este Órgão Licenciador, vem consulta-lo quanto à possibilidade de intervenção em trecho específico da Área de Preservação Permanente ("APP") para de acesso ao rio Madeira.

O questionamento ora formulado tem origem em recente manifestação da Cooperativa dos Garimpeiros do rio Madeira ("COOGARIMA") quanto à possibilidade de revitalização de antigo acesso ao rio Madeira, integralmente contido na APP da UHE Santo Antônio, para acesso a direitos minerários compreendidos no rio Madeira que seriam detidos pela COOGARIMA.

Desde já adiantamos que a SAE não possui qualquer ingerência sobre as atividades da COOGARIMA ou de seus cooperados, de maneira que não pode garantir a regularidade ambiental ou de seus direitos minerários. Igualmente, eventual intervenção pela SAE não pode ser confundida com atividades desenvolvidas pela COOGARIMA.

Sendo o que se apresenta para o momento, a SAE renova votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Santo Antônio Energia S.A.
Guilherme Abbad Silveira
Gerente de Sustentabilidade

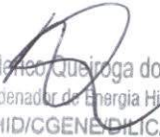
Guilherme Abbad Silveira
Gerente de Sustentabilidade
Santo Antônio Energia

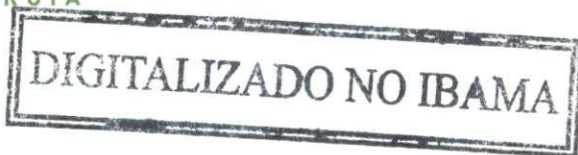
A Alenandra Duim e
Leonora Souza para elaborar

Ofício - CSEM em resposta.

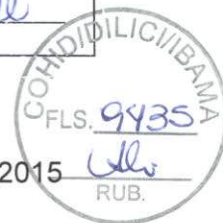
Pego que por tal, consultem
o PACUERA da UHE, para verificar
se há regramento estabelecido para
implantação de cunha no APP.

28/8/15


Frederico Queiroga do Amaral
Coordenador de Energia Hidrelétrica
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA



Porto Velho, 25 de agosto de 2015



Ao Senhor

Thomaz Miazaki de Toledo

Diretor de Licenciamento

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA

Brasília - DF

Nº Ref.: Santo Antônio Energia/PVH: 0546/2015

Assunto: Envio do Plano de Trabalho para Controle de Macrófitas Aquáticas da UHE – Santo Antônio no Rio Madeira e Relatórios.

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o, cordialmente, a Santo Antônio Energia – SAE encaminha via digital o Plano de Trabalho para Controle de Macrófitas Aquáticas da UHE – Santo Antônio no Rio Madeira e os seguintes Relatórios:

- I. Relatório (até Junho 2015) - Monitoramento do Programa de Hidrobiogeoquímica (Avaliação Ambiental), da UHE Santo Antônio no Rio Madeira.
- II. Relatório Semestral do Projeto Monitoramento Hidrobiogeoquímico Humano de Mercúrio da População Ribeirinha do rio Madeira na Área de Influência Direta do Reservatório da UHE Santo Antônio no Rio Madeira.
- III. Relatório 10 - da Fase de Operação - Monitoramento Limnológico e de Macrófitas Aquáticas, da UHE Santo Antônio no Rio Madeira.
- IV. Programa de Flora - Relatório do Subprograma de Monitoramento da Sucessão Vegetacional – Fase de Pós-enchimento.

Sendo o que se apresenta para o momento, a SAE coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Santo Antônio Energia S.A.
Guilherme Abbad Silveira
Gerente de Sustentabilidade

Guilherme Abbad Silveira
Gerente de Sustentabilidade
Santo Antônio Energia

A Leonora Souza para
análise no contexto da renovação
da LO da referida UHE.

28/8/15


Frederico Queiroga do Amaral
Coordenador de Energia Hidrelétrica
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA



COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Coordenador de Energia Hidrelétrica
Frederico Queiroga do Amaral

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO	
Documento - Tipo:	<i>Carta</i>
Nº. 02001.0165	<i>68/2015-92</i>
Recebido em:	27/08/2015
<i>Wmull</i>	
Assinatura	

Porto Velho, 25 de agosto de 2015.



Ao Senhor
Thomaz Miazaki de Toledo
Diretor de Licenciamento
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA
Brasília - DF

Nº. Ref. Santo Antônio Energia/PVH: 0548/2015



Assunto: Respostas à Ofícios e Pareceres

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o, cordialmente, e em cumprimento à solicitação realizada por meio das correspondências SAE/PVH 0424/2015 e SAE/PVH 0467/2015, a Santo Antônio Energia S.A. ("SAE"), encaminha o documento abaixo nominado, em uma via impressa e uma via digital, com os anexos.

"Resposta aos ofícios:

- OF. 02001.006180/2015-43 DILIC/IBAMA – encaminha o PT Nº 02001.001170/2015-11 COHID/IBAMA;
- PAR 02001.002322/2015-01 COHID/IBAMA;
- OF. 02001.005088/2015-66 CGENE/IBAMA – encaminha a NT 02001.000812/2015-65 COHID/IBAMA"

A SAE renova votos de estima e consideração e, mantém-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,



Santo Antônio Energia S.A.
Guilherme Abbad Silveira
Gerente de Sustentabilidade

A equipe 1 para análise
da documentação no contexto
da renovação da LO do
projeto.

28/8/16



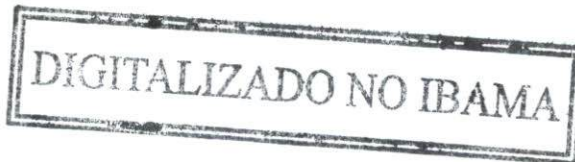
Frederico Queiroga do Amaral
Coordenador de Energia Hidrelétrica
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA



MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Outros
Nº. 02001.0165 71/2015-76
Recebido em: 27/08/2015
Assinatura Miriele



Porto Velho, 25 de agosto de 2015



Ao Senhor
Thomaz Miazaki de Toledo
Diretor de Licenciamento
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA
Brasília - DF

Nº. Ref. Santo Antônio Energia/PVH: 0549/2015

Assunto: Solicitação de Renovação de Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico Nº 121/2009.

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o, cordialmente, a Santo Antônio Energia – SAE encaminha a Solicitação de Renovação de Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico Nº 121/2009, processo IBAMA nº 02001.00508/2008-99 com validade até 14/09/2015.

Anexo, segue a Autorização nº 121/2009, as Tabelas 1 e 2, com as informações atualizadas da empresa responsável e da equipe técnica, Plano de Trabalho do Programa de Monitoramento Limnológico e de Macrófitas Aquáticas atualizado, cópia dos CTF e Declaração de Aptidão Individual.

Sendo o que se apresenta para o momento, a SAE renova votos de estima e consideração e aguarda a emissão da renovação da referida autorização.

Atenciosamente,

Santo Antônio Energia S.A.
Guilherme Abbad Silveira
Gerente de Sustentabilidade

Guilherme Abbad Silveira
Gerente de Sustentabilidade
Santo Antônio Energia

A Sora Metagora
elaborou análise e minuta
da ACCT renovada.

28/8/15

1

[Faint, illegible text]

EM BRANCO

[Faint, illegible text]

Tabela 1 - Informações gerais sobre o empreendedor e a empresa de consultoria

		Empreendedor	Consultoria
Nome		Santo Antônio Energia S.A.	Ecology Brasil
Responsável		Guilherme Abbad Silveira	Gina Luisa C Boemer
CNPJ		09391823/0001-60	017666050001-50
CTF		3987180	35253/02
Telefones	Empresa	(69) 3216-1603	(21) 2108-8700
	Fax	(69) 3216-1603	(21) 2108-8709
	Celular	(69) 99932118	(21) 99269-5599
E-Mail		guilhermeabadd@santoantonioenergia.com.br	gina.boemer@ecologybrasil.com.br
Endereço para contato		Rua Dom Pedro II, nº637 - SL510 - Bairro Caiari - Porto Velho - RO - CEP76801910	Rua da Assembleia, 100 - 6 andar - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20011-904
Tempo de vigência do contrato		n/a	outubro/2015 a outubro/2017

EM BRANCO

Tabela 2 - Informações sobre os coordenadores e equipe técnica responsável pela consultoria

Profissional	Formação	Função	CPF	CTF
Gina Luisa de Carvalho Boemer	Bióloga, mestre e doutora em Engenharia Ambiental (USP)	Coordenação Geral	171838118-24	590812 590815
João Durval Arantes Júnior	Biólogo, mestre em Engenharia Ambiental (USP) e doutor em Ecologia (UFSCar)	Coleta e coordenação do monitoramento limnológico	273412138-76	3942539
Michele Ferreira Lima	Bióloga, mestre em Ecologia (UFJF)	Coleta, análise dos dados físicos e químicos e elaboração dos relatórios	057244676-40	4905761
Anderson Rocha Gripp	Biólogo, mestre e doutorando em Ecologia (UFRJ)	Coleta, análise dos dados físicos e químicos e elaboração do relatório	104533647-56	2444648
Rafael Marques Almeida	Biólogo, mestre e doutorando em Ecologia (UFJF)	Coleta, análise dos dados físicos e químicos e elaboração dos relatórios	082302726-03	4785241
Marcia Vera Grandezi	Química Industrial (FOC-SP)	Coleta, análise dos dados físicos e químicos e coordenação dos trabalhos de campo	225187228-07	5455525
Alcídio Cuiósio Filho	Técnico Lab. Limnologia (UFSCar)	Coleta de macrófitas e organismos bentônicos	058927048-66	2344523
Vera Lúcia de Moraes Huszar	Bióloga, professora e doutora do Museu Nacional (UFRJ)	Coordenação dos estudos da comunidade fitoplanctônica	220618940-20	712191
José Valdecir de Lucca	Biólogo, doutor em Engenharia Ambiental (USP)	Análise da comunidade bentônica	112849748-47	2318023
Dario Pires de Carvalho	Biólogo, mestre e doutorando (UNIR)	Analista de Sócio Ambiental da Santo Antônio Energia	011637987-77	665014



EM BRANCO

Continuação da Tabela 2

Profissional	Link CV Lattes	N Reg. Cons. de Classe	E-mail
Gina Luisa de Carvalho Boemer	http://lattes.cnpq.br/4074084531280615	CRBio 35253/02-D	gina.boemer@ecologybrasil.com.br
João Durval Arantes Júnior	http://lattes.cnpq.br/1811499879300642	CRBio 35214/01-D	joao.durval@ecologybrasil.com.br
Michele Ferreira Lima	http://lattes.cnpq.br/9992750306813136	CRBio-62141/04-D	michele.lima@ecologybrasil.com.br
Anderson Rocha Gripp	http://lattes.cnpq.br/5747006337228970	CRBio-84871/02-D	anderson.rocha@ecologybrasil.com.br
Rafael Marques Almeida	http://lattes.cnpq.br/9945977195928327	Diploma UFJF/MG 110291 (Livro G-175, folha 346)	rafaelmarques@yahoo.com.br
Marcia Vera Grandezi		CRQ 211749/SP.	marcia.grandezi@ecologybrasil.com.br
Alcídio Culósio Filho			alcidio@ufscar.br
Vera Lúcia de Moraes Huszar	http://lattes.cnpq.br/9822692027567405	CRBio 000840	vhuszar@gbl.com.br
José Valdecir de Lucca	http://lattes.cnpq.br/3788906209075387	CRBio 33913/01	limnotec@hotmail.com
Dario Pires de Carvalho	http://lattes.cnpq.br/4541131108793140	CRBio 52942/06-D	dariocarvalho@santoantonioenergia.com.br



EM BRANCO



DECLARAÇÃO DE APTIDÃO INDIVIDUAL

Eu, Dario Pires de Carvalho, brasileiro, CPF 01162798777, Biólogo, inscrito no CRBio sob o número 52942/06-D, declaro para os devidos fins estar apto para a execução de atividades relacionadas a coleta de amostras de água, organismos planctônicos, bentônicos e macrófitas aquáticas bem como análises laboratoriais físicas, químicas e biológicas, inseridas no Programa de Monitoramento Limnológico da UHE Santo Antônio, Porto Velho - RO.

Declaro ainda possuir Cadastro Técnico Federal IBAMA, (nº 665014), atualizado e sem pendências.

Porto Velho, 25 de agosto de 2015.

A handwritten signature in blue ink, which appears to read "Dario Pires de Carvalho". The signature is written over a horizontal line.

Dario Pires de Carvalho
Biólogo

EM DRAHUU



DECLARAÇÃO DE APTIDÃO INDIVIDUAL

Eu, Anderson da Rocha Gripp, brasileiro, CPF 104533647-56, Biólogo, inscrito no CRBio sob o número 84871/02-D, declaro para os devidos fins estar apto para a execução de atividades relacionadas a coletas de amostras de água, organismos planctônicos, bentônicos e macrófitas aquáticas, bem como análises laboratoriais físicas, químicas e biológicas, inseridas no Programa de Monitoramento Limnológico da UHE Santo Antônio, Porto Velho – RO.

Declaro ainda possuir Cadastro Técnico Federal IBAMA, (nº 2444648), atualizado e sem pendências.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2015



Anderson da Rocha Gripp

Biólogo

EM BRANCO



DECLARAÇÃO DE APTIDÃO INDIVIDUAL

Eu, Gina Luísa Carvalho Boemer, brasileira, CPF 17183811824, Bióloga, inscrita no CRBio sob o número 35253/02-D, declaro para os devidos fins estar apta para a execução de atividades relacionadas a coletas de amostras de água, organismos planctônicos, bentônicos e macrófitas aquáticas, bem como análises laboratoriais físicas, químicas e biológicas, inseridas no Programa de Monitoramento Limnológico da UHE Santo Antônio, Porto Velho - RO.

Declaro ainda possuir Cadastro Técnico Federal IBAMA, (nº 590815), atualizado e sem pendências.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2015

Gina Luísa Carvalho Boemer
Bióloga

EM BRANCO



DECLARAÇÃO DE APTIDÃO INDIVIDUAL

Eu, João Durval Arantes Junior, brasileiro, CPF 273412138-76, Biólogo, inscrito no CRBio sob o número 35214/01-D, declaro para os devidos fins estar apto para a execução de atividades relacionadas a coletas de amostras de água, organismos planctônicos, bentônicos e macrófitas aquáticas, bem como análises laboratoriais físicas, químicas e biológicas, inseridas no Programa de Monitoramento Limnológico da UHE Santo Antônio, Porto Velho - RO.

Declaro ainda possuir Cadastro Técnico Federal IBAMA, (nº 3942539), atualizado e sem pendências.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2015

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'João Durval Arantes Júnior', written over a horizontal line.

João Durval Arantes Júnior
Biólogo

EM BRANCO



DECLARAÇÃO DE APTIDÃO INDIVIDUAL

Eu, Marcia Vera Grandezi da Silva, brasileira, CPF 225187228-07, Química, inscrita no CRQ sob o número 04265334, declaro para os devidos fins estar apta para a execução de atividades relacionadas a coletas de amostras de água, organismos planctônicos, bentônicos e macrófitas aquáticas, bem como análises laboratoriais físicas, químicas e biológicas, inseridas no Programa de Monitoramento Limnológico da UHE Santo Antônio, Porto Velho - RO.

Declaro ainda possuir Cadastro Técnico Federal IBAMA, (nº 5455525), atualizado e sem pendências.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2015

Marcia V. G. Silva

Marcia Vera Grandezi da Silva
Química

EM BRANCO



DECLARAÇÃO DE APTIDÃO INDIVIDUAL

Eu, Michele Ferreira Lima, brasileira, CPF 057244676-40, Bióloga, inscrita no CRBio sob o número 62141/02-D, declaro para os devidos fins estar apta para a execução de atividades relacionadas a monitoramentos, coleta de amostras físicas, químicas e biológicas, bem como análises físicas e químicas laboratoriais, inseridas no Programa de Monitoramento Limnológico e de Macrófitas Aquáticas da UHE Santo Antônio, Porto Velho - RO.

Declaro ainda possuir Cadastro Técnico Federal IBAMA, (nº 4905761), atualizado e sem pendências.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2015

Michele Ferreira Lima

Limnóloga

EM BRANCO



DECLARAÇÃO DE APTIDÃO INDIVIDUAL

Eu, Rafael Marques Almeida, brasileiro, CPF 08230272603, Biólogo, inscrito no CRBio sob o número 93741/04-D, declaro para os devidos fins estar apta para a execução de atividades relacionadas a coletas de amostras de água, organismos planctônicos, bentônicos e macrófitas aquáticas, bem como análises laboratoriais físicas, químicas e biológicas, inseridas no Programa de Monitoramento Limnológico da UHE Santo Antônio, Porto Velho – RO.

Declaro ainda possuir Cadastro Técnico Federal IBAMA (nº 4785241), atualizado e sem pendências.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2015

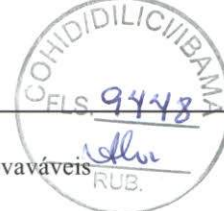
Rafael M. Almeida

Rafael Marques Almeida
Biólogo

EM BRANCO



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR



Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
590815	07/08/2015	07/08/2015	07/11/2015

Dados básicos:

CPF: 171.838.118-24
Nome: GINA LUISA CARVALHO BOEMER

Endereço:

logradouro: RUA GENERAL GLICÉRIO
N.º: 58 Complemento: AP 402
Bairro: LARANJEIRAS Município: RIO DE JANEIRO
CEP: 22245-120 UF: RJ

**Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras
e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP**

Código	Descrição
22-2	construção de barragens e diques

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa física está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	9K2J83H7QP6NQILV
------------------------------	------------------

EM BRANCO



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR



Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
2444648	07/08/2015	07/08/2015	07/11/2015

Dados básicos:

CPF: 104.533.647-56

Nome: ANDERSON DA ROCHA GRIPP

Endereço:

logradouro: RUA DAS LARANJEIRAS

N.º: 363

Complemento: APTO 406

Bairro: LARANJEIRAS

Município: RIO DE JANEIRO

CEP: 22240-005

UF: RJ

**Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras
e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP**

Código	Descrição
21-4	Análises laboratoriais
20-41	utilização do patrimônio genético natural - coleta de material biológico com finalidade científica ou didática

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa física está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA

Código CBO	Ocupação
2211-05	Biólogo
2211-05	Biólogo
2211-05	Biólogo

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa física está em conformidade com as obrigações cadastrais do CTF/AIDA.

A inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA constitui declaração, pela pessoa física, do cumprimento de exigências específicas de qualificação ou de limites de atuação que porventura sejam determinados pelo respectivo Conselho de Fiscalização Profissional.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/AIDA não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades, especialmente os documentos de responsabilidade técnica, qualquer o tipo e conforme regulamentação do respectivo Conselho de Fiscalização Profissional, quando exigíveis.

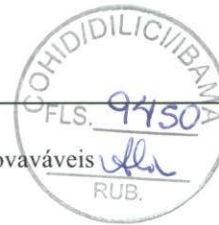
O Certificado de Regularidade no CTF/AIDA não produz qualquer efeito quanto à qualificação e à habilitação técnica da pessoa física inscrita.

Chave de autenticação	924RBKK7L5YR1NCT
------------------------------	------------------

EM BRANCO



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR



Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
3942539	07/08/2015	07/08/2015	07/11/2015

Dados básicos:

CPF: 273.412.138-76
Nome: JOÃO DURVAL ARANTES JUNIOR

Endereço:

logradouro: RUA PRUDENTE DE MORAES
N.º: 302 Complemento: 903
Bairro: IPANEMA Município: RIO DE JANEIRO
CEP: 22420-040 UF: RJ

**Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras
e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP**

Código	Descrição
23-26	Recursos Hídricos
22-2	construção de barragens e diques
20-41	utilização do patrimônio genético natural - coleta de material biológico com finalidade científica ou didática

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa física está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	6SMU6NNWT5QVXA2G
------------------------------	------------------

EM BRANCO



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR



Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
5455525	11/08/2015	11/08/2015	11/11/2015
Dados básicos:			
CPF: 225.187.228-07			
Nome: MARCIA VERA GRANDEZI DA SILVA			
Endereço:			
logradouro: RUA MEXICO			
N.º: 945	Complemento: APTO 501		
Bairro: NOVA PORTO VELHO	Município: PORTO VELHO		
CEP: 76820-190	UF: RO		
Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP			
Código	Descrição		
21-4	Análises laboratoriais		
Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa física está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.			
O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades			
O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.			
Chave de autenticação		M2Y99K7R69S4KBZ4	

EM BRANCO



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR



Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
4905761	07/08/2015	07/08/2015	07/11/2015
Dados básicos:			
CPF: 057.244.676-40			
Nome: MICHELE FERREIRA LIMA			
Endereço:			
logradouro: AVENIDA RAINHA ELIZABETH DA BÉLGICA			
N.º: 540		Complemento: 405	
Bairro: IPANEMA		Município: RIO DE JANEIRO	
CEP: 22081-042		UF: RJ	
Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP			
Código	Descrição		
23-1	usina hidroelétrica		
Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa física está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.			
O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades			
O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.			
Chave de autenticação		ALX1BF9DR5X86NG9	

EM BRANCO



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

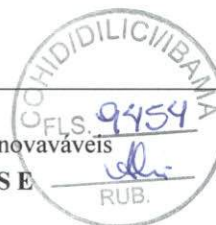


Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
4785241	10/08/2015	10/08/2015	10/11/2015
Dados básicos:			
CPF: 082.302.726-03			
Nome: RAFAEL MARQUES ALMEIDA			
Endereço:			
logradouro: RUA FLORIANO PEIXOTO 789/AP.402			
N.º: 789-402		Complemento:	
Bairro: CENTRO		Município: JUIZ DE FORA	
CEP: 36015-440		UF: MG	
Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP			
Código	Descrição		
22-2	construção de barragens e diques		
Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa física está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.			
O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades			
O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.			
Chave de autenticação		C2R45V5AW7IXF5H3	

EM BRANCO



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
**CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES E
INSTRUMENTOS DE DEFESA AMBIENTAL**



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Data de última atualização:	14/05/2015	Data de validade:	14/05/2017
CPF: 011.627.987-77			
NOME: DARIO PIRES DE CARVALHO			
LOGRADOURO: AVENIDA CALAMA			
N.º: 634	COMPLEMENTO:		
MUNICÍPIO: PORTO VELHO	UF: RONDONIA		
Ocupações e áreas de atividades declaradas:			
Biólogo			
Realizar consultoria e assessoria na área biológica e ambiental			
16/03/2015			

TERMOS DA INSCRIÇÃO NO CTF/AIDA

A inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA constitui declaração, pela pessoa física, do cumprimento de exigências específicas de qualificação ou de limites de atuação que porventura sejam determinados pelo respectivo Conselho de Fiscalização Profissional.

A inscrição no CTF/AIDA não desobriga a pessoa física da obtenção de:



- i) licenças, autorizações, permissões, concessões, ou alvarás;
- ii) documentos de responsabilidade técnica, qualquer o tipo e conforme regulamentação do respectivo Conselho de Fiscalização Profissional;
- iii) demais documentos exigíveis por órgãos e entidades federais, distritais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades; e
- iv) do Comprovante de Inscrição e do Certificado de Regularidade emitidos pelo Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP, quando esses também forem exigíveis.

O Comprovante de Inscrição no CTF/AIDA não produz qualquer efeito quanto à qualificação e à habilitação técnica da pessoa física inscrita.

EM BRANCO

05766 605/002-31



 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL		
AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO		
PROCESSO IBAMA Nº 02001.000508/2008-99	AUTORIZAÇÃO Nº 121/2009 1ª RENOVAÇÃO	VALIDADE 14/09/2015
ATIVIDADE: <input type="checkbox"/> LEVANTAMENTO <input checked="" type="checkbox"/> MONITORAMENTO <input type="checkbox"/> RESGATE/SALVAMENTO		
TIPO: <input type="checkbox"/> RECURSOS FAUNÍSTICOS <input type="checkbox"/> RECURSOS PESQUEIROS		
EMPREENHIMENTO: Usina Hidrelétrica de Santo Antônio		
EMPREENDEDOR: Santo Antônio Energia S/A		
CNPJ: 09.391.823/0001-60	CTF: 3987180	
ENDEREÇO: Rua Tabajara, 834, Bairro Olaria, Porto Velho, RO, CEP 76801-316		
CONSULTORIA RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE: Ecology Brasil		
CNPJ/CPF: 017666050001-50	CTF: 35253/02	
ENDEREÇO: Rua da Assembleia, 100 - 6 andar - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20011-904		
COORDENADOR GERAL DA ATIVIDADE: Gina Luisa de Carvalho Boemer		
CPF: 171838118-24	CTF: 590812	
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE: Monitoramento Limnológico e de Macrófitas Aquáticas na região do UHE Santo Antônio		
ÁREAS AMOSTRAIS: Áreas de influência da UHE Santo Antônio no rio Madeira em Rondônia.		
PETRECHOS: Rede de plâncton.		
DESTINAÇÃO DO MATERIAL: Museu de História Natural "Prof. Mario Tolentino" da Universidade Federal de São Carlos, seção Limnologia, para o depósito de espécimes-testemunhos devidamente preservados proveniente do Programa de Monitoramento Limnológico e de Macrófitas Aquáticas; e Laboratório de Ficologia do Departamento de Botânica, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, para parte das amostras de fitoplâncton adequadamente preservadas a serem coletadas no Programa de Monitoramento Limnológico e de Macrófitas Aquáticas.		
ESTA AUTORIZAÇÃO NÃO PERMITE		
<ol style="list-style-type: none"> Captura/coleta/transporte/soltura de espécies em área particular sem o consentimento do proprietário; Captura/coleta/transporte/soltura de espécies em unidades de conservação federais, estaduais, distritais ou municipais, salvo quando acompanhadas da anuência do órgão administrador competente; Coleta/transporte de espécies listadas na Instrução Normativa MMA nº03/2003 e anexos CITES, bem como as INs MMA 05/04 e 52/05 e no Livro Vermelho de Espécies Ameaçadas; Coleta de material biológico por técnicos não listados no verso desta; Exportação de material biológico; Acesso ao patrimônio genético, nos termos da regulamentação constante na Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001. 		
Observação: As Autorizações obtidas por meio do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) não podem ser utilizadas para a captura e/ou coleta de material biológico referente ao processo de licenciamento ambiental de empreendimentos.		
AS CONDICIONANTES DESTA AUTORIZAÇÃO ESTÃO LISTADAS NO VERSO DESTA FOLHA		
LOCAL E DATA DE EMISSÃO: Brasília, DF 1 NOV 2012	AUTORIDADE EXPEDIDORA (ASSINATURA E CARIMBO):  Gisela Damm Forattini Diretora de Licenciamento Ambiental DILIC/IBAMA Diretora	

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA
Nº 02001.000508/2008-99

AUTORIZAÇÃO Nº 121/2009
1ª RENOVAÇÃO

VALIDADE
14/09/2015

EQUIPE TÉCNICA

NOMES	CTF
Gina Luisa de Carvalho Boemer	590812
João Durval Arantes Júnior	3942539
Michele Ferreira Lima	4905761
Anderson Rocha Gripp	2444648
Dario Pires de Carvalho	665014
Marcia Vera Grandezi	5455525
Rafael Marques Almeida	4785241
Alcídio Culósio Filho	2344523
Vera Lúcia de Moraes Huszar	712191
José Valdecir de Lucca	2318023

CONDICIONANTES

1. Esta autorização é válida somente sem emendas e/ou rasuras;
2. O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, bem como suspender ou cancelar esta autorização caso ocorra:
 - a) violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - b) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da autorização;
 - c) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
3. A ocorrência de situações descritas nos itens "2.a)" e "2.b)" acima sujeita os responsáveis, incluindo toda a equipe técnica, à aplicação de sanções previstas na legislação pertinente;
4. O pedido de renovação, caso necessário, deverá ser protocolado 30 (trinta) dias antes de expirar o prazo de validade desta autorização;
5. Qualquer alteração de equipe técnica ou de empresa de consultoria deverá ser previamente comunicada ao IBAMA. Ressalta-se que a substituição e/ou indicação de novos integrantes na equipe deve vir acompanhada dos respectivos CPFs, CTFs e links para os currículos lattes;
6. As equipes em campo deverão estar de posse das autorizações válidas durante a execução das atividades de levantamento que envolvam ações de captura, coleta e transporte. Durante as atividades, cada equipe em campo deverá ser composta por no mínimo 1 (uma) pessoa constante nominalmente na respectiva autorização.
7. A equipe técnica deverá estar com o CTF válido durante toda o período de vigência desta autorização.
7. A metodologia de coleta, captura e transporte do material deve seguir ao estabelecido no processo de licenciamento ambiental da UHE Santo Antônio, no âmbito de Programa de Monitoramento Limnológico e de Macrófitas Aquáticas.

9456

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica



MEM. 02001.013241/2015-29 COHID/IBAMA

Brasília, 27 de agosto de 2015

Ao Senhor Superintendente da GABIN/RO

Assunto: Solicitação de apoio logístico em vistoria - UHE Santo Antônio.

1. Em atenção aos processos de licenciamento ambiental da UHE Santo Antônio, comunico que será realizada vistoria técnica no empreendimento, durante o período de 08 a 11/09/2015, com objetivo de acompanhar o resgate de peixes na enseada (manutenção da bacia de dissipação do vertedouro principal) e a retirada de macrófitas do igarapé Florida.
2. A equipe da Sede que acompanhará a atividade é composta por 2 (dois) técnicos, sendo eles: Sara Quízia Mota e Natália Monteiro.
3. Desta forma, considerando os deslocamentos necessários, bem como o acompanhamento da atividade, solicito apoio logístico e técnico do Núcleo de Licenciamento Ambiental para a realização da vistoria.

Atenciosamente,


FREDERICO QUEIROGA DO AMARAL
Coordenador da COHID/IBAMA

EM BRANCO



PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SECRETARIA DE EXECUÇÕES DA TUTELA COLETIVA
6º OFÍCIO – 3ª CCR / 4ª CCR

ÚNICO – PR/RO-17869/2015

Lucia

MMA/IBAMA/SUPES/RO
Documento - tipo: <i>Ofício</i>
Nº 02024 <i>003197</i> /20 <i>15</i> - <i>81</i>
Recabido em: <i>27/08/15</i>

OFÍCIO Nº 3213/2015/MPF/PR-RO – 6º OFÍCIO – 4ª CCR.

Porto Velho/RO, de agosto de 2015.

Ao Senhor
PAULO BALTAZAR DINIZ
Superintendente do IBAMA no Estado de Rondônia
Av. Governador Jorge Teixeira, nº 3559 – Costa e Silva
Porto Velho — Rondônia



Referência: DOCUMENTO/ÚNICO 14441/2015.
(Favor, ao responder fazer referência ao procedimento em epígrafe).

Senhor Superintendente,

A fim de instruir o documento supra, sirvo-me do presente para requisitar a Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, e no prazo de 10 (dez) dias, informações ATUALIZADAS sobre as seguintes questões:

1. Quais as condicionantes de licenças: Prévia, instalação, Operação foram atendidas completamente e seus resultados; quais as que ainda estão em andamento e seus resultados; quais as que precisam ser atendidas e por que ainda não foram;
2. Resultado da topobatimetria de Montante e Jusante da **UHE Santo Antônio**, no Rio Madeiro até a foz do Rio Amazonas, dos últimos 10 anos, 2005 a 2015.
3. Quais as estações de monitoramento que estão ativas, servindo para análise de diagnóstico;
4. Cópia do EIA/RIMA final e a complementação solicitada das suas UHEs: Santo Antônio e **Jirau**.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para mais informações.

[Assinatura]
GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI CUNHA
Procuradora da República


DIGITALIZADO

DIGITALIZADO

ao NKA,

Para atender.

Em 27.08.2015


Ana Maria Pereira Novaes
Chefe de Gabinete/IBAMA-RO
Portaria nº. 12/2014

A CGENE,

P/ providências e encaminhamentos

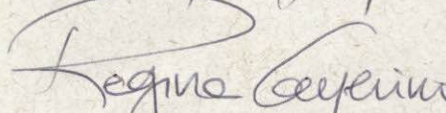

Alexandre Carvalho
Técnico Administrativo
Matrícula: 2175863
DILIC/IBAMA

01/09/2015

A COHID 2,

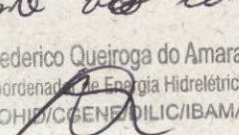
Favor elaborar minuta
de resposta ao MPF

Em 04/09/15,


Regina Coeli Montenegro Generino

Regina Coeli Montenegro Generino
Coordenadora-Geral de
Infraestrutura de Energia Elétrica
CGENE/DILIC/IBAMA

A Alexandra Duim
Foi elaborado de resposta,
encaminhando documentos
pertinente ao caso.


Frederico Queiroga do Amaral
Coordenador de Energia Hidrelétrica
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

08/09/15



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Divisão Técnico Ambiental-RO
Núcleo de Licenciamento Ambiental-Ro



MEM. 02024.001532/2015-14 NLA/RO/IBAMA

Porto Velho, 27 de agosto de 2015

Ao Senhor Diretor do DILIC

Assunto: **Encaminhando Ofício Nº 3213/2015/MPF/PR-RO - 6º OFICIO - 4º CCR**

1. Venho por intermédio deste encaminhar o documento em epígrafe (Ofício nº 3213/2015/MPF/PR-RO - 6º OFICIO - 4º CCR, solicitando questionamentos ali elencados referente à UHE de Santo Antônio, no Rio Madeira.
2. Informo que foi solicitada a **dilação de prazo por 15 (quinze) dias** conforme Ofício 02024.000937/2015-27, de 27.08.2015

Atenciosamente,


CICERO VITORINO DE SOUZA
Analista Ambiental do NLA/RO/IBAMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Superintendência do Ibama no Estado de Rondônia-RO
Gabinete-Ro
Av. Governador Jorge Teixeira, Nº 3559, Porto Velho-RO
CEP: 76803-599 e (69) 3217-2701
www.ibama.gov.br



OF 02024.000937/2015-27 GABIN/RO/IBAMA

Porto Velho, 27 de agosto de 2015.

À Senhora
Gisele Dias Oliveira Bleggi Cunha
Procuradora da República da Ministério Público Federal-Pr/Rondônia
Rua José Camacho, 3307 Bairro Embratel
PORTO VELHO - RONDONIA
CEP.: 76820886

CÓPIA

PIA

Assunto: **Solicitando dilação de prazo para resposta ao Ofício Nº 3213/2015/MPF/PR-RO - 6º OFICIO - 4º CCR**

Senhora Procuradora da República,

1. Visando atender o pleito desta Superintendência, e em atenção aos questionamentos constantes da Requisição em epígrafe, informo que os atos administrativos emitidos por esta Unidade, no âmbito dos processos de Licenciamento Ambiental Federal, estão tecnicamente vinculados à Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC.

2. Eventuais questionamentos sobre os procedimentos e as decisões adotadas serão esclarecidos diretamente pela DILIC, conforme o disposto no Memorando Circular Nº 17/DILIC/IBAMA, datado de 13.05.2011.

3. Diante do exposto, solicito prorrogação do prazo concedido por 15 (quinze) dias, para que em tempo hábil seja possível atender o referido pleito, uma vez que esse é um processo conduzido pela Coordenação de Hidrelétricas - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA-DF

Atenciosamente,

ORIGINAL FOI ASSINADO

ROBERTO FERNANDES ABREU



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Superintendência do Ibama no Estado de Rondônia-RO
Gabinete-Ro
Av. Governador Jorge Teixeira, Nº 3559, Porto Velho-RO
CEP: 76803-599 e (69) 3217-2701
www.ibama.gov.br

Superintendente Substituto do IBAMA

CÓPIA

CÓPIA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental



MEM. 02001.013312/2015-93 DILIC/IBAMA

Brasília, 31 de agosto de 2015

Ao Senhor Diretor da DIPRO

Assunto: **Sanção administrativa em desfavor da Santo Antonio Energia e Naturae Consultoria Ambiental**

1. Encaminho cópia do Parecer Técnico 02001001170/2015-11/COHID/IBAMA, que analisou os relatórios semestrais da UHE Santo Antonio, bem como o relatório de resgate de peixes no Sistema de Transposição, resultando em morte de 6.200 kg peixes, ocorrida entre os dias 07 e 28 de agosto de 2014.
2. Diante do exposto, solicito que seja emitida sanção administrativa em desfavor da Santo Antônio Energia SA, co-responsabilizando a Systema Nature Consultoria Ambiental Ltda, considerando a morte de peixes de diferentes espécies durante o resgate no Sistema de Transposição, sob sua responsabilidade técnica, sendo esta ação diretamente relacionada à atividade executada pelo empreendedor.
3. Segue em anexo os documentos citados para complementar as informações sobre o resgate.
4. Para tanto, encaminho dados do empreendedor e da Consultoria :

Nome do Empreendedor: Santo Antônio Energia

CNPJ: 09.391.823/0001-60CTF: 3.987.180

Representante Legal: GUILHERME ABBAD SILVEIRA

CTF:605.950.941-04

Telefone: (0xx69) 3216-1679 - FAX: (0xx11) 3702-2804 Processo Administrativo de Licenciamento Ambiental nº 02001.000508/2008-88

Nome da Consultoria: Systema Naturae Consultoria Ambiental Ltda

CNPJ: 05.379.133/0001-34 CTF: 249930



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental

Endereço: Rua 58 nº 217, Jardim Goiás - CEP: 74.810-250 Goiania -GO

Representante Legal: Nelson Jorge da Silva Junior

CPF: 233.380.241-34 CTF: 249927

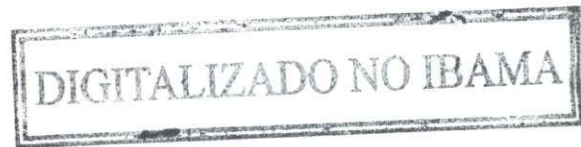
Atenciosamente,


/ **THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO**
Diretor da DILIC/IBAMA

Marcus Vinicius L. C. de Melo
Diretor de Licenciamento Ambiental
Substituto
DILIC/IBAMA

Porto Velho, 27 de agosto de 2015.

Ao Senhor
Thomaz Miazaki de Toledo
Diretor de Licenciamento Substituto
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Brasília - DF



Nº. Ref. Santo Antônio Energia/PVH: 0555/2015.

Assunto: Retificação das Autorizações nº 256/2013 e nº 257/2013 de captura, coleta e transporte de material biológico.

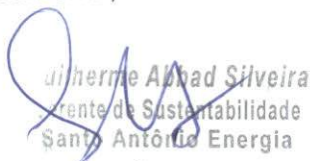
Senhor Diretor,

Cumprimentando-o, cordialmente, a Santo Antônio Energia – SAE encaminha documentação complementar ao pedido de atualização das autorizações de captura, coleta e transporte de material biológico (ACCTMB) Nº 256/2013 e Nº 257/2013 realizado por meio da correspondência SAE/PVH: 0265/2015 e protocolado em 30/06/15 (protocolo: 02001.012259/2015-110).

Em anexo, seguem as declarações de aptidão individual dos funcionários Juliano Tupan Coragem e Francisco José Medeiros de Carvalho.

Sendo o que se apresenta para o momento, a SAE renova votos de estima e consideração e aguarda a emissão das ACCTMB atualizadas.

Atenciosamente,



Guilherme Abbad Silveira
Gerente de Sustentabilidade
Santo Antônio Energia

Santo Antônio Energia S.A.
Guilherme Abbad Silveira
Gerente de Sustentabilidade

À analista Tatiana Mencon,
para análise e providências.

Em 03/09/2015

Henrique

Henrique Marques Ribeiro da Silva
Coordenador de Energia Hidrelétrica
Substituto



DECLARAÇÃO DE APTIDÃO INDIVIDUAL

Eu, Francisco José Medeiros de Carvalho, brasileiro, CPF 740.177.212-49, Biólogo, inscrito no CRBio sob o número 90466/06-D, funcionário da Santo Antônio Energia, declaro para os devidos fins estar apto para a execução da atividade de resgate de fauna e ictiofauna na área do canteiro de obras e no reservatório da UHE Santo Antônio no rio Madeira, Rondônia.

Declaro ainda possuir Cadastro Técnico Federal IBAMA, (nº 5618861), atualizado e sem pendências.

Porto Velho, 27 de agosto de 2015

Francisco José Medeiros de Carvalho
Analista de Brigada Ambiental PL

EM BRANCO



DECLARAÇÃO DE APTIDÃO INDIVIDUAL

Eu, Juliano Tupan Coragem, CPF 833.124.042-15, Biólogo, inscrito no CRBio sob o número 73314/06-D, funcionário da Santo Antônio Energia, declaro para os devidos fins estar apto para a execução da atividade de resgate de fauna e ictiofauna na área do canteiro de obras e no reservatório da UHE Santo Antônio no rio Madeira, Rondônia.

Declaro ainda possuir Cadastro Técnico Federal IBAMA, (nº 3451455), atualizado e sem pendências.

Porto Velho, 27 de agosto de 2015

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'J' and 'C' with a horizontal line across the middle.

Juliano Tupan Coragem
Analista de Brigada Ambiental SR

EM BRANCO

Porto Velho, 27 de agosto de 2015.



Ao Senhor
Thomaz Miazaki de Toledo
Diretor de Licenciamento
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA
Brasília - DF

Nº Ref.: Santo Antônio Energia/PVH: 0554/2015


Assunto: Encaminha Relatório Final do Programa de Preservação do Patrimônio Paleontológico
– UHE Santo Antônio, RO.

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o, cordialmente, a Santo Antônio Energia – SAE encaminha o Relatório Final do Programa de Preservação do Patrimônio Paleontológico da UHE Santo Antônio, em uma via impressa e uma via em meio digital (CD-ROM). Vale ressaltar que os anexos do relatório estão somente na via digital.

Sendo o que se apresenta para o momento, a SAE coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,


Guilherme Abbad Silveira
Gerente de Sustentabilidade
Santo Antônio Energia

Santo Antônio Energia S.A.
Guilherme Abbad Silveira
Gerente de Sustentabilidade

A equipe para comissionamento,
Segue o encaminhamento ao
DNPM. 14/9/15


Frederico Queiroga do Amaral
Coordenador de Energia Hidrelétrica
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica



MEM. 02001.013731/2015-25 COHID/IBAMA

Brasília, 08 de setembro de 2015

Ao Senhor Coordenador da CCOMP

Assunto: Compensação ambiental da UHE Santo Antônio - Renovação de Licença de Operação - LO nº 1044/2011.

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica (UHE) Santo Antônio, nº 02001.000508/2008-99, solicito atualização das informações prestadas por meio da Nota Técnica nº 02001.000761/2015-71 CCOMP/IBAMA, quanto ao atendimento da condicionante 2.35, da LO nº 1044/2011, bem como a avaliação do Programa de Compensação Ambiental, tendo em vista a requisição de Renovação da Licença de Operação para a UHE Santo Antônio.

2. Se houver necessidade de alteração do texto da condicionante 2.35, da LO nº 1044/2011 do empreendimento em questão, é importante que seja indicada na avaliação.

3. Adicionalmente, informo que o 7º Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais, e o 1º Relatório Consolidado pós LO, apresentados pela Santo Antônio Energia (SAE), encontram-se disponível para consulta no link:

<http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Santo%20Antonio%20%28Rio%20Madeira%29/Relatorios/POS%20LO/7%C2%BA%20Relat%C3%B3rio%20Semestral%20P%C3%B3sLO/>

Atenciosamente,

FREDERICO QUEIROGA DO AMARAL
Coordenador da COHID/IBAMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1745
www.ibama.gov.br

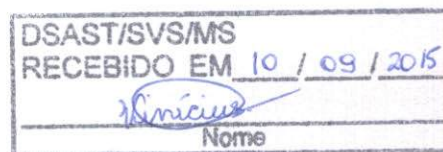


OF 02001.010071/2015-21 DILIC/IBAMA

Brasília, 09 de setembro de 2015.

Ao Senhor
Carlos Augusto Vaz de Souza
Diretor da Svs/Dsast Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalho
Edifício Principal, SCS Quadra 04, Conj. A, 6º andar
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70304000

Assunto: **Licenciamento da UHE Santo Antônio - Renovação de Licença de Operação - LO nº 1044, de 14/09/2011.**



Senhor Diretor,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica (UHE) Santo Antônio, nº 02001.000508/2008-99, solicito manifestação desse órgão, quanto à execução das atividades previstas no Programa de Saúde Pública, incluindo o Plano de Ação de Controle da Malária e ao atendimento das condicionantes 2.32 e 2.34 "c" da Licença de Operação (LO) nº 1044/2011, e quanto à execução das atividades previstas no Programa de Monitoramento Hidrobiogeoquímico Humano, de forma a subsidiar a análise do Ibama tendo em vista a requisição de renovação da LO da referida UHE.

2. Adicionalmente, informo que o 7º Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais pós LO e o 1º Relatório Consolidado pós LO, apresentados pela Santo Antônio Energia (SAE), encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico

<http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Santo%20Antonio%20%28Rio%20Madeira%29/Relatorios/POS%20LO/7%C2%BA%20Relat%C3%B3rio%20Semestral%20P%C3%B3sLO/>

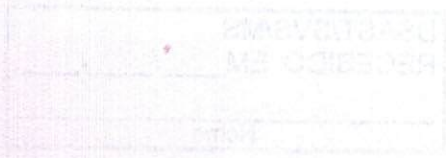
3. Pedimos a gentileza de prestar resposta no prazo de 30 (trinta) dias.

Atenciosamente,



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1745
www.ibama.gov.br

MARCUS VINICIUS LEITE CABRAL DE MELO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1745
www.ibama.gov.br

FUNAI/SEPRO
RECEBIDO EM: 10 / 09 / 20 15
ASSINATURA
Prot.: 08620 056826 / 20 15 - 22



OF 02001.010072/2015-75 DILIC/IBAMA

Brasília, 09 de setembro de 2015.

Ao Senhor
ARTUR NOBRE MENDES
Diretor Substituto da Dpds-Funai-Mj
Setor Bancário Sul, Quadra 02, Lote 14, Ed. Cleto Meireles, 6º andar.
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70070120

Assunto: **Licenciamento da UHE Santo Antônio - Renovação de Licença de Operação - LO nº 1044, de 14/09/2011.**

Senhor Diretor Substituto,

1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica (UHE) Santo Antônio, nº 02001.000508/2008-99, solicito manifestação desta Fundação, quanto à execução das atividades previstas no Programa de Apoio às Comunidades Indígenas e ao atendimento da condicionante 2.34, "a" da Licença de Operação (LO) nº 1044/2011, de forma a subsidiar a análise do Ibama tendo em vista a requisição de Renovação da Licença de Operação para a UHE Santo Antônio.

2. Adicionalmente, informo que o 7º Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais pós LO e o 1º Relatório Consolidado pós LO, apresentados pela Santo Antônio Energia (SAE), encontram-se disponível para consulta no link:

<http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Santo%20Antonio%20%28Rio%20Madeira%29/Relatorios/POS%20LO/7%C2%BA%20Relat%C3%B3rio%20Semestral%20P%C3%B3sLO/>

3. Pedimos a gentileza de prestar resposta no prazo de 30 (trinta) dias.

Atenciosamente,

MARCUS VINICIUS LEITE CABRAL DE MELO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1745
www.ibama.gov.br



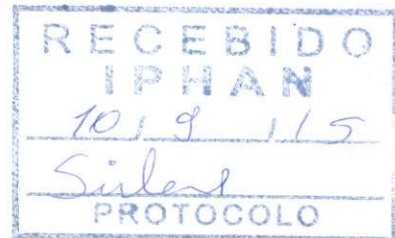
OF 02001.010073/2015-10 DILIC/IBAMA

Brasília, 09 de setembro de 2015.

À Senhora
Rosana Pinhel Mendes Najjar
Diretora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SEPS Quadra 713/913 Sul, Bloco D, Edifício IPHAN, Térreo - Asa Sul
BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CEP.: 70390135

Assunto: **Licenciamento da UHE Santo Antônio - Renovação de Licença de Operação - LO nº 1044, de 14/09/2011.**

Senhora Diretora,



1. Em atenção ao processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica (UHE) Santo Antônio, nº 02001.000508/2008-99, solicito manifestação deste Instituto, quanto à execução das atividades previstas no Programa Relacionado ao Patrimônio Arqueológico, Pré-Histórico e Histórico e ao atendimento da condicionante 2.34, "b" da Licença de Operação (LO) nº 1044/2011, de forma a subsidiar a análise do Ibama tendo em vista a requisição de Renovação da Licença de Operação para a UHE Santo Antônio.

2. Adicionalmente, informo que o 7º Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais após emissão de Licença de Operação e o 1º Relatório Consolidado pós LO, apresentados pela Santo Antônio Energia (SAE), encontram-se disponível para consulta no link:

<http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Santo%20Antonio%20%28Rio%20Madeira%29/Relatorios/POS%20LO/7%C2%BA%20Relat%C3%B3rio%20Semestral%20P%C3%B3sLO/>



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1745
www.ibama.gov.br

3. Pedimos a gentileza de prestar resposta no prazo de 30 (trinta) dias.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'M. V. L. Cabral de Melo'.

MARCUS VINICIUS LEITE CABRAL DE MELO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1292
www.ibama.gov.br



OF 02001.010117/2015-10 CGENE/IBAMA

Brasília, 09 de setembro de 2015.

Ao Senhor
Guilherme Abbad Silveira
Gerente da Santo Antônio Energia S/A
RUA DOM PEDRO II, 637 - 5º ANDAR - SALA 510 - CENTRO EMPRESARIAL
PORTO VELHO - RONDONIA
CEP.: 76801910

Assunto: **Resposta ao documento SAE/PVH 0535/2015, referente a acesso à Área de Preservação Permanente (APP) da UHE Santo Antônio.**

REFERENCIA: CT 02001.016570/2015-21/

Senhor Gerente

1. Em atendimento ao documento em epígrafe, no qual questiona a possibilidade de revitalização de antigo acesso, em Área de Preservação Permanente (APP) da UHE Santo Antônio, em razão de interesse a direitos minerários detidos pela Cooperativa dos Garimpeiros do rio Madeira (GOOGARIMA), informo que:

1.1. Conforme preconiza a Política Nacional dos Recursos Hídricos, Lei nº 9.433/97, art. 1º, IV, "*a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas*", nesse sentido, entende-se que os recursos hídricos devem estar disponíveis para todas as categorias de usuários com igualdade de oportunidade.

1.2. Em relação ao acesso ao reservatório, a Lei nº 12.651/2012, em seu art. 9º, expõe: "*É permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental*".

1.3. Ressalta-se que os usos e os limites previstos na legislação ambiental devem ser atendidos, não podendo o uso exceder a 10% (dez por cento) do total da APP, conforme expresso no art 5º, § 1º da Lei nº 12.651/2012.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1292
www.ibama.gov.br

1.4. Neste contexto, os 10% previsto legalmente, só pode ocorrer por Utilidade Pública, Interesse Social ou Baixo Impacto Ambiental, conforme art. 8º desta Lei: *“A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei”*.

2. Nesses casos previstos, é importante que a gestão da APP realizada pela Santo Antônio Energia, referente ao acesso, seja pactuada com acordo de uso entre as partes, dentro dos limites estabelecidos na legislação, de maneira a garantir o acesso ao recurso hídrico e à preservação da APP.

Atenciosamente,


REGINA COELI MONTENEGRO GENERINO
Coordenadora-Geral da CGENE/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1292
www.ibama.gov.br



OF 02001.010191/2015-28 CGENE/IBAMA

Brasília, 11 de setembro de 2015.

Ao Senhor

Josenias André de Macedo

Presidente da Associação dos Moradores e Produtores da Vila Nt

Rua Estrada da Cachoeira do Teotônio

PORTO VELHO - RONDONIA

CEP.: 78918260

Assunto: Resposta à Associação de Produtores e Moradores da Vila Nova de Teotônio - Protocolo IBAMA nº 02024.001988/2015-76.

Senhor Presidente,

1. Em atenção à carta enviada pela Associação de Produtores e Moradores da Vila Nova de Teotônio, protocolada no IBAMA sob o nº 02024.001988/2015-76, que solicita manifestação do órgão ambiental, referente à reativação do antigo acesso à Vila Nova de Teotônio, entre outras questões, apresento os seguintes esclarecimentos:

(i) Quanto à autorização para a elaboração de projetos que viabilizem a revitalização do antigo ramal de acesso à Vila Nova de Teotônio, bem como o seu Licenciamento Ambiental, esclareço que não compete ao IBAMA essas ações.

(ii) Em relação à responsabilidade do projeto e execução da obra, não cabe manifestação do IBAMA, uma vez que não consta previsão no Plano Básico Ambiental (PBA) de tal ação.

(iii) Quanto ao relatório de condições de vida dos reassentados da Vila Nova de Teotônio, informo que as atividades desenvolvidas no Programa de Remanejamento, no âmbito do Subprograma de Remanejamento da População Atingida; e Subprograma de Reorganização das Atividades Produtivas, são acompanhadas por meio de vistorias, realizadas pelas equipes técnicas do IBAMA/Sede/DF e da Superintendência do IBAMA/RO, na área de abrangência da UHE Santo Antônio, bem como por meio de relatórios técnicos, entregues semestralmente pelo empreendedor a este Instituto, os quais encontram-se disponíveis para consulta no site do Ibama, no seguinte endereço:

OK



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1292
www.ibama.gov.br

<http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Santo%20Antonio%20%28Rio%20Madeira%29/Relatorios/POS%20LO/>

(iv) A questão relacionada ao funcionamento das fossas sépticas, bem como problemas estruturais das casas nos reassentamentos estabelecidos pela SAE, tem sido assuntos recorrentes nos documentos técnicos emitidos pelo IBAMA. Recomendações no intuito de estabelecer ações para solucionar essas questões, no âmbito de todos os reassentamentos de responsabilidade da SAE, foram encaminhados ao empreendedor, por meio dos seguintes expedientes:

- Ofício nº 02001.008926/2014-72 CGENE/IBAMA (Anexo 01), que encaminhou NT nº 02001.001338/2014-16 COHID/IBAMA (Anexo 02);
- Ofício nº 02001.008996/2014 DILIC/IBAMA (Anexo 03), que enviou os Relatórios de Vistoria Técnica nº 002/2014 (Anexo 04) e nº 003/2014 (Anexo 05);
- Ofício nº 02001.014461/2014-99 DILIC/IBAMA (Anexo 06), o qual encaminhou Parecer nº 02001.004904/2014-33 COHID/IBAMA (Anexo 07).

(v) No que diz respeito aos projetos para geração de renda, bem como as condições da praia e do píer, o IBAMA solicitará esclarecimento por parte da SAE sobre esses pontos elencados; informo, ainda, que neste semestre será realizada vistoria técnica na região com a equipe do IBAMA/Sede/DF, com o objetivo de acompanhar a execução das ações previstas nos Programas Ambientais em desenvolvimento pela SAE.

2. Adicionalmente, informo que diante do cenário apontado pelo Relatório de Denúncia da Associação de Moradores e Produtores da Vila Nova de Teotônio, será solicitado ao Núcleo de Licenciamento Ambiental da Superintendência de Rondônia que realize, assim que possível, vistoria técnica ao referido reassentamento.

Atenciosamente,


REGINA COELI MONTENEGRO GENERINO
Coordenadora-Geral da CGENE/IBAMA

São Paulo, 11 de setembro de 2015.

Ao Senhor
Vicente Andreu Guillo
Diretor-Presidente
Agência Nacional de Águas – ANA
Setor Policial, área 5, Quadra 3, Bloco “m” sala 215.
70610-200 - Brasília-DF

Nº Ref.: SAE – SP nº 0000421/2015

Assunto: Níveis d'água no reservatório da UHE Santo Antônio
Outorga - Resolução ANA nº 167/12 – PBCA
Referência: Processo 02501.000048/2006

Prezado Senhor,

Fazemos referência ao Ofício nº 290/2015/AA-ANA, 11/08/15, por meio do qual essa Agência encaminha o Parecer Técnico nº 73/2015/COREG/SER, pelo qual estabelece uma nova cota de proteção, solicitando assim a realocação adicional de uma parte da área urbana de Jacy-Paraná, alteamento de um trecho da BR 364 e ponte rodoviária sobre o rio Jacy-Paraná.

Registramos que o Projeto Básico Consolidado Alternativo – PBCA da UHE Santo Antônio (aproveitamento ótimo do potencial do rio Madeira) foi aprovado pelo Despacho ANEEL nº 2.075/13, em 25/06/13, considerando a inclusão de 6 unidades geradoras e a elevação da cota de operação do reservatório para 71,3 m (com início de deplecionamento a partir da vazão de 36.200m³/s de forma a atingir a cota 70,5m quando a vazão estiver em 38.550m³/s).

Dessa forma, com base na aprovação do PBCA e à luz da Resolução ANA nº 167/12, de 14/05/12 (com regra operativa), o MME por meio da Portaria nº 94/13, de 04/11/13, publicou a nova garantia física da UHE Santo Antônio, que posteriormente ensejou na assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Assim, considerando a Resolução ANA nº 167/12, Despacho ANEEL nº 2075/13 e a Portaria MME nº 94/13, a SAE realizou investimentos para implantação dessas unidades geradoras adicionais, cuja operação comercial se dará gradativamente nos meses de agosto a novembro de 2016, e comercializou a energia com 28 Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica no Leilão ANEEL A-3/2014, com início de suprimento em janeiro de 2017.



EM BRANCO

Analisando o Ofício ANA nº 290/15, que se baseou em Ofícios emitidos pelo MME, ANEEL e ONS, entendemos ter havido um entendimento distinto por parte dessa Agência ao interpretar a orientação advinda do MME (Ofício nº 170/15-SE-MME, de 05/08/15) e definir novas condições de contorno para as regras operativas da UHE Santo Antônio, proporcionando mudanças em regulamentações e contratos, constituídos em atos juridicamente perfeitos, que culminaram em decisões empresariais e concretizações de contratos/compromissos, cujas consequências de sua aplicação resultariam em impactos extraordinários e desnecessários de cunho social e econômico/financeiro, com realocações de famílias, desmobilizações de equipamentos sociais (Estação de Tratamento de Água, Estação de Tratamento de Esgoto, Área Comunitária do Parque dos Buritis e Unidade de Pronto Atendimento Municipal) e alterações nas estruturas viárias.

Ressalte-se, por fim, que a SAE já tomou todas as medidas de proteção a Jacy-Paraná e ponte ferroviária, restando apenas o alteamento da BR 364. Nesse contexto, a Regra Operativa constante na Outorga, de cunho estrutural, precisa ser mantida, pois é suficiente para atender aos requisitos de proteção a Jacy-Paraná e BR 364 (após o alteamento), definidas à época do Projeto Executivo e confirmadas por meio de monitoramentos durante a cheia de 2015. Somente a partir da definição dos novos TRs de 50 e 100 anos, após a cheia 2014, é que se verifica a necessidade de se estabelecer uma complementação da atual Regra Operativa (Outorga) para manter as mesmas condições de segurança e empresariais já concretizadas, inclusive aquelas vinculadas a compromissos contratuais para suprimento de energia ao mercado Brasileiro.

Diante do exposto, solicitamos a reconsideração do referido Ofício, com reencaminhamento do mesmo aos Órgãos ora copiados, para restabelecimento do perfeito entendimento das condições que levaram a aprovação do PBCA, inclusive e em especial, com a manutenção dos termos da Resolução nº 167/2012-ANA, qual seja:

- N.A. máximo normal a montante = 71,3 m
- N.A. mínimo normal a montante = 70,5 m
- Regra Operativa:
 - a. A variação máxima diária de vazões defluentes não pode exceder a 1.919 m³/s, nos períodos em que o reservatório está em processo de deplecionamento, a menos que a variação diária das vazões afluentes supere este valor.
 - b. Operação a fio d'água no N.A. 70,5 m para vazões acima de 38.550 m³/s, vazão correspondente à média dos picos de cheias anuais.



EM BRANCO



Com relação ao item "b" da Regra Operativa, acima descrito, reiteramos nossa proposta para complementação da referida Regra, em conformidade com o Art. 1º - Inciso V da citada Outorga, em situações em que a UHE Santo Antônio não mais estaria operando suas UGs, por restrição de queda, para vazões superiores a 47.000 m³/s (que entendemos ser conjuntural, por corresponder a um TR de 20 anos), conforme Anexo, e respeitadas as condições aprovadas no PBCA da SAE.

Sendo o que nos apresenta, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.

Eduardo de Melo Pinto

Diretor Presidente

Cc.:

Luiz Eduardo Barata
Secretário-Executivo – MME

Altino Ventura Filho
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE – MME

Romeu Donizete Rufino
Diretor Geral – ANEEL

Hélio Neves Guerra
Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração – SCG – ANEEL

Hermes J. Chipp
Diretor Geral – ONS

Francisco José Arteiro de Oliveira
Diretor de Planejamento e Programação da Operação - ONS

Luiz Antônio Ehret Garcia
Diretor de Infraestrutura Rodoviária – Substituto - DNIT

Thomaz Miazaki de Toledo
Diretor de Licenciamento Ambiental - IBAMA

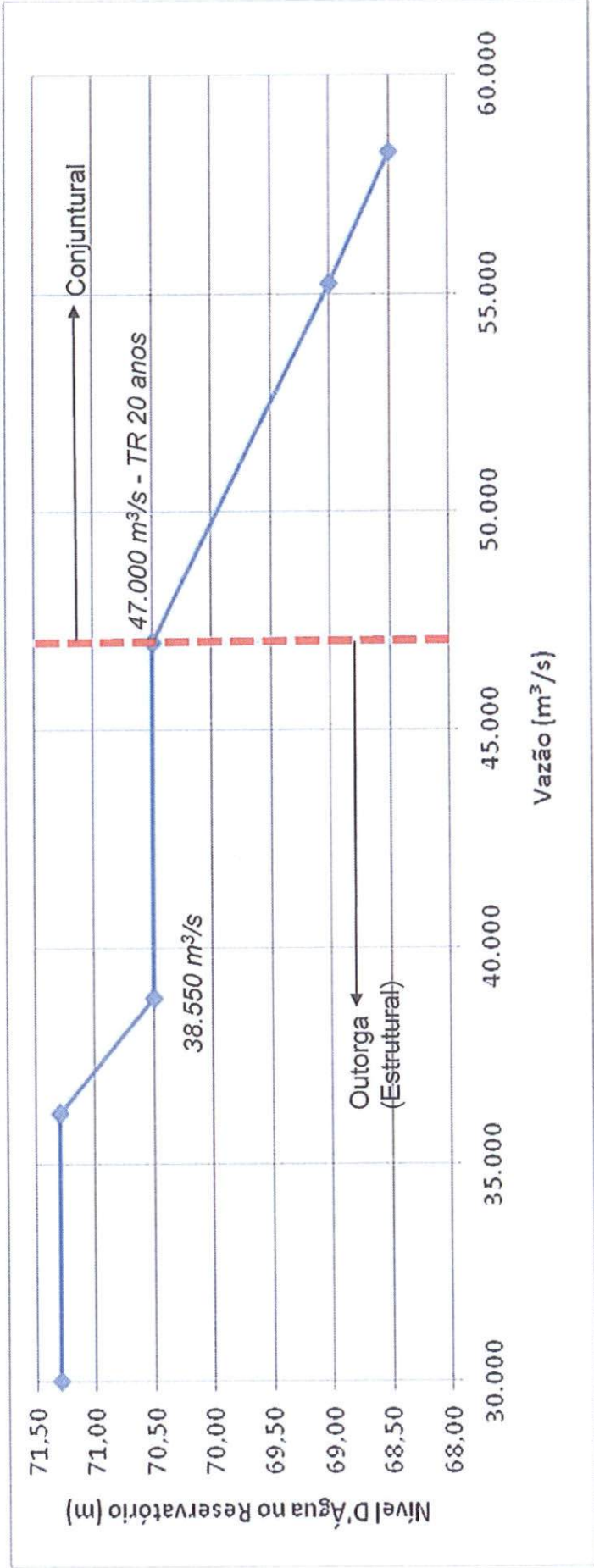
A equipe Iguaçu confirmada.

23/9/15



Frederico Queiroga do Amaral
Coordenador de Energia Hidrelétrica
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

ANEXO - PROPOSTA DE REGRA OPERATIVA COMPLEMENTAR DO RESERVATÓRIO DA UHE SANTO ANTÔNIO



Regra Operativa Complementar apresentada na Carta SAE nº 5.530/14, de 05/12/14



13

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Divisão Técnico Ambiental-RO
Núcleo de Licenciamento Ambiental-Ro



MEM. 02024.001611/2015-17 NLA/RO/IBAMA

Porto Velho, 14 de setembro de 2015

Ao Senhor Diretor do DILIC

Assunto: **Encaminhando Ofício nº 548/SEMPEDEC/2015**

1. Por intermédio deste, encaminho o Ofício N° 548/SEMPEDEC/2015 datado de 12/08/2015, reiterando outro Ofício N° 140/SEMPEDEC/2015, de 01/09/2015, que tratam sobre consulta sobre base de cálculo das compensações que são destinadas ao município através da UHE Jirau.
2. Seguem em anexo os referidos Ofícios.

Atenciosamente,


CICERO VITORINO DE SOUZA
Analista Ambiental do NLA/RO/IBAMA

Accomp,
para prestar informações ao
interessado.

22/09/15

Rodrigo Herles dos Santos
Assessor Técnico
DILIC/IBAMA
Port. 1.053

Ao Assessor Rodrigo,

Retorno o documento, por
não se tratar de compensação
ambiental do SAUC, sendo
compensação social.

28.09.15

Antônio Celso Junqueira Borges
Coordenador da Compensação
Ambiental
CCOMP/DILIC/IBAMA

A COHID 2,

Em tempo, encaminhado para ciência.
Favor minutar ofício de resposta informando
ao interessado que ~~o~~ NÃO há vínculo entre
as "compensações sociais" e a compensação
Ambiental, no qual exige ou prevê registro
com o valor da obra.

28/09/15

Rodrigo Herles dos Santos
Assessor Técnico
DILIC/IBAMA
Port. 1.053

A analista Alessandra Duim pf
minutar of. Dilic conforme orienta-
ções do assessor à Cohid 2.

Em 02/10/15

Henrique Marques Ribeiro da Silva
Coordenador de Energia Hidrelétrica
Substituto



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS ESPECIAIS
E DEFESA CIVIL - SEMPEDEC



Ofício nº 548/GAB/SEMPEDEC/2015

Porto Velho - RO, 01 de setembro de 2015.

Ao Senhor,
RENÊ LUIZ DE OLIVEIRA
Superintendente Estadual de Rondônia
M.M.A/IBAMA
Nesta

leuro

MMA/IBAMA/SUPES - RO
Documento - tipo: ...
Nº 02024.003313/2015 - 01
Recebido em: 02/09/15

Prezado Senhor,

Com nossos cordiais cumprimentos, reiteramos o Ofício nº 140/GAB/SEMEPE de 12 de agosto de 2014, que solicita revisão de compensações sociais firmadas com o Município de Porto Velho no ano de 2008, visto que a base de cálculo das referidas compensações foi alterada, como: valor da obra, aumento do número de turbinas, alteração da localização da usina de Jirau e ainda, readequações de processos a nova realidade vivida atualmente e não previstas no Município de Porto Velho.

Certos de contarmos com o apoio para que tenhamos uma cidade melhor, aguardamos retorno.

Atenciosamente,

Vicente Bessa Junior
VICENTE BESSA JUNIOR

Secretário Municipal de Programas Especiais e Defesa Civil – SEMPEDEC

*AO MLA,
Para providências.
10/09/15*

Renê Luiz de Oliveira
Superintendente Estadual
Posteria nº. 38/2014
IBAMA/RO

DIGITALIZADO

EM BRANCO

EM BRANCO



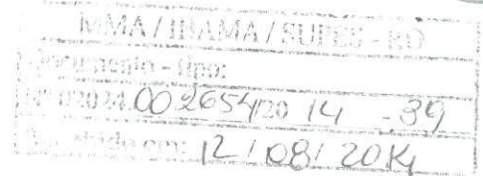
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINARIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS
- SEMEPE



Ofício nº 140/GAB/SEMEPE

Porto Velho (RO), 12 de agosto de 2014

Ilmo. SR.
RENÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Superintendente Estadual de Rondônia
M.M.A/IBAMA
NESTA



Lucio

Prezado Senhor,

Diante da situação de calamidade pública que se instalou no município de Porto Velho em 2014, solicitamos de vossa senhoria que interceda junto à "Presidência do IBAMA" e "Coordenação de licenciamento de hidrelétricas", responsável pelo plano básico ambiental – PBA das Usinas de Santo Antonio e Jirau, que determinem novas compensações sociais e ambientais para Porto Velho –RO, visto que os estudos iniciais que determinaram as compensações foram alteradas e modificados durante a construção das referidas usinas, e como consequência o agravamento de danos ambientais e sociais ao município.

Em anexo dados ilustrativo da situação que gerou o estado de calamidade Pública

Atenciosamente,


Vicente Bessa Junior
Secretario da SEMEPE

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Divisão Técnico Ambiental-RO
Núcleo de Licenciamento Ambiental-Ro



MEM. 02024.001608/2015-01 NLA/RO/IBAMA

Porto Velho, 14 de setembro de 2015

Ao Senhor Diretor do DILIC

Assunto: **Encaminhando Ofício nº 3399/2015/MPF/PR-RO/6º OFÍCIO - 4º CCR**

1. Venho por intermédio deste encaminhar o documento em epígrafe (Ofício nº 3399/MPF/PR-RO-6º OFÍCIO - 4º CCR) aduzindo ao Laudo de Exame Pericial de Análise Ambiental nº 0553/2014/SMA/IC/DPTC/PC/SESDEC/RO quanto ao relatório apresentado pela UHE Santo Antônio ao IBAMA (cópias anexas).

2. Informo que devido termos recebido o referido documento somente nesta data 11.09.2015 e o prazo estipulado pela Procuradoria fora de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do documento (01.09.2015) solicitamos dilatação do prazo por mais 15 dias através do Ofício 02024.000982/2015-81.

Atenciosamente,


CICERO VITORINO DE SOUZA
Analista Ambiental do NLA/RO/IBAMA

EM BRANCO

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA**

6º OFÍCIO – 3º CCR / 4º CCR – DEFESA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DO CONSUMIDOR.



OFÍCIO Nº 3399 /2015/MPF/PR-RO/6º OFÍCIO – 4º CCR

Porto Velho/RO, 27 de agosto de 2015.

Ao Senhor

PAULO BALTAZAR DINIZ

Superintendente do IBAMA no Estado de Rondônia

Av. Governador Jorge Teixeira, nº 3559 – Costa e Silva

Porto Velho — Rondônia

MMA / IBAMA / SUPES - RO
Documento - tipo: ...
Nº 02024.003.298/2015 - 54
Recebido em: 01/10/2015

Ana Paula

Referência: DOCUMENTO/ÚNICO-PR-RO 5042/2015.

(Favor, ao responder fazer referência ao procedimento em epígrafe).

Senhor Superintendente,

A fim de esclarecer fatos apontados no documento supra, requisito a Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, que verifique e adote as providências cabíveis em relação às incongruências apontadas pelo Laudo de Exame Pericial de Análise Ambiental nº 0553/2014/SMA/IC/DPTC/PC/SESDEC/RO quanto ao relatório apresentado pela **UHE Santo Antônio** ao IBAMA (cópias anexas).

Na oportunidade, solicito o encaminhamento das informações sobre as providências adotadas no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste expediente.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para outras informações que se fizerem necessárias.



GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI CUNHA
Procuradora da República

DIGITALIZADO

A NLA,
Por respto.

10/09/15

[Handwritten signature]
Renê Luiz de Oliveira
Superintendente Estadual
Portaria nº. 38/2014
IBAMA/RG

CANCELADO
EM BRANCO
CANCELADO

A CGENE:

Pl providências e encaminhamentos,
observando que este ofício é idêntico ao
Of. 3400/2015 (Doc. 02001.017177/2015-55)
encaminhada a esta Coordenação Geral no
dia 14/09/15. Ademais, salienta-se que
o NLA/RD solicitou a dilatação do prazo
por meio do OF 02024.000982/2015-81.

[Handwritten signature]
Renato Miranda, Carvalho
Técnico Administrativo
Matrícula 2175863
DILIC/IBAMA

21/09/2015

A Sora Mota para
juntar os processos.
22/09/15

[Handwritten signature]
Coordenador Geral
Coordenador Geral de Infraestrutura de
Energia Elétrica - Substituto
CGENE/DILIC/IBAMA

A analista Alessandra
por pertinência, infor-
mando que o referido
documento foi respondido
ao MP F/RO por meio da
I Formacao nº 02001.
00105/2015-79. em 21/09/15
e minutado of a CGENE.

Em 23/09/15

[Handwritten signature]
Sara Quiza C. Mota
Análise Ambiental
Mat 3308718



**LAUDO DE EXAME PERICIAL DE ANÁLISE AMBIENTAL
Nº 0553/2014/SMA/IC/DPTC/PC/SESEDEC/RO**

Página 1 de 15

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze (27/06/2014), neste Instituto de Criminalística, do Departamento de Polícia Técnica e Científica, de conformidade com a legislação e os dispositivos regulamentares vigentes, pelo Diretor do DPTC, Dr. Girlei Veloso Marinho, foi designado o Perito Criminal Biólogo **Glauber Simões Silva**, para proceder aos exames de Análise Ambiental, a fim de ser atendida a solicitação da 6ª Promotoria de Justiça – Promotoria do Meio Ambiente, formulada através do “OFÍCIO Nº 500/14-PJMA” datado de 04/06/2014, descrevendo com verdade e com todas as circunstâncias o que encontrar e bem assim esclarecer tudo quanto interessar possa.

1 HISTÓRICO

Aos vinte e oito dias do mês de maio de corrente ano (2014), em atendimento à solicitação oriunda da Promotoria do Meio Ambiente formulada através do Ofício nº 462/14-PJMA e por indicação do Diretor do Departamento de Polícia Técnica (Ofício 1.011/2014/IC/DPTC), este Signatário participou de uma reunião na sede desta Promotoria de Justiça, na comarca de Porto Velho/RO, a qual tratou do Programa de Acompanhamento das Atividades de Desmatamento e Resgate de Fauna na área de interferência direta; Programa de Conservação da Ictiofauna e Programa de Compensação Ambiental, todos relacionados aos empreendimentos das Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira (Santo Antônio e Jirau), donde resultou acordado a realização em data futura de exames periciais de Análise Ambiental.

Posteriormente, em atendimento ao Ofício de número 500/14-PJMA, da lavra da Promotora de Justiça do Meio Ambiente, Dra. Aídee Maria Moser Torquato Luiz, referendado pelo Diretor do Departamento de Polícia Técnica, Dr. Girlei Veloso Marinho, através do Memorando nº 16379/2014/DPTC-PVH/PC/RO – VirtuaDoc, e com anuência do Delegado Regional de São Miguel do Guaporé/RO, Dr. Juan Carlos Serrão de Oliveira, este Signatário produziu Relatório Técnico nº 103/2014/SECRIM-SMG informando que todas as providências necessárias para o início dos trabalhos periciais já haviam sido tomadas, bem como da reserva do período de 30 (trinta) dias, compreendendo as datas entre 12 de agosto e 10 de setembro de 2014 para conclusão dos feitos.

O Perito Criminal Relator permaneceu durante o período retro mencionado na comarca de Porto Velho, onde passou a desenvolver os trabalhos periciais pertinentes, seguindo rigorosamente o cronograma de atividades proposto no Relatório Técnico nº 103/2014/SECRIM-SMG. Os objetivos dos exames, a metodologia utilizada e os resultados obtidos são mostrados a seguir.

Glauber Simões

EM BRANCO

EM BRANCO



263



COHESPOLICIA/BAMA
FLS. 9482
RUB.

LAUDO DE EXAME PERICIAL DE ANÁLISE AMBIENTAL Nº 0553/2014/SMA/IC/DPTC/PC/SESEDEC/RO

Página 2 de 15

2 OBJETIVOS DOS EXAMES

Os exames ora realizados tiveram por finalidade proceder e fornecer à Autoridade Requerente a acurada análise comparativa entre as informações tratadas no Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira dos Relatórios de Acompanhamento dos Programas Ambientais Após a Emissão de Licença de Operação, emitidos pela empresa Santo Antônio Energia S/A (SAE), consorciada do empreendimento hidrelétrico do Rio Madeira UHE de Santo Antônio; e os Relatórios Técnicos Consolidados do Programa de Conservação da Ictiofauna emitidos pelos técnicos da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) em parceria com o Instituto de Pesquisas do Agronegócio Rondoniense (IEPAGRO).

A análise, ora realizada, objetivou comparar, identificar e relatar possíveis incongruências entre as informações existentes nos relatórios/resumos produzidos pelo empreendedor (SAE), em relação às informações dos relatórios técnicos emitidos pelas empresas UNIR/IEPAGRO, visando instruir, desta forma, os Autos do **Procedimento Preparatório 2013001010011035**, em trâmite na Promotoria do Meio Ambiente – 6ª Promotoria de Justiça – Ministério Público do Estado de Rondônia.

Os exames foram procedidos na comarca de Porto Velho/RO, junto à sede do Ministério Público do Estado de Rondônia, na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, 4º piso. No local foi permitido amplo acesso aos documentos relacionados aos empreendimentos hidrelétricos do Rio Madeira.

Informações complementares, inerentes à parte técnica dos Programas de Monitoramento da Atividade Pesqueira, foram obtidas, quando necessárias, através de visitas técnicas esporádicas ao Laboratório de Ictiologia e Pesca da Universidade Federal de Rondônia, demandando deslocamento entre essas unidades.

3 DOS EXAMES E DOS RESULTADOS

3.1 Metodologia

De posse da documentação necessária, os exames periciais foram iniciados no dia 13 de agosto de 2014 e seguiu como metodologia a avaliação e a análise comparativa entre:

- Os Relatórios Técnicos Consolidados do Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira, apresentados pela Equipe Técnica UNIR/IEPAGRO, referentes ao empreendimento UHE Santo Antônio, no período de 2009 a 2013; e
- Os 04 (quatro) primeiros Relatórios de Acompanhamento dos Programas Ambientais Após a Emissão de Licença de Operação, emitidos pela empresa SAE e referentes à UHE de Santo Antônio. Foram analisadas somente as informações relativas ao Subprograma de

EM BRANCO

EM BRANCO



**LAUDO DE EXAME PERICIAL DE ANÁLISE AMBIENTAL
Nº 0553/2014/SMA/IC/DPTC/PC/SESEDEC/RO**

Página 3 de 15
RUB.

Monitoramento da Atividade Pesqueira, componente da Seção 16, que trata do "PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA ICTIOFAUNA".

Após comparação analítica entre os relatórios, seguiu-se com os relatos de eventuais incongruências entre os mesmos.

4 DAS ANÁLISES E DISCUSSÃO

4.1 Análise do Primeiro Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais Após Emissão de Licença de Operação – Programa de Conservação da Ictiofauna – Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira

O primeiro Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais Após Emissão de Licença de Operação emitido pela empresa SAE data de 02 de maio de 2012 e apresenta relatos sobre o acompanhamento no período compreendido entre setembro de 2011 a março de 2012.

O item 15.1.3 do relatório trata do Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira e está subdividido em dois subitens: Situação Atual (15.1.3.1) e Atividades Futuras (15.1.3.2).

As informações contidas no subitem 15.1.3.1 deveriam estar estritamente alicerçadas às informações contidas no Relatório Técnico intitulado "Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira UHE Santo Antônio", que data de dezembro de 2011 e relata os estudos realizados no período de abril de 2009 a novembro de 2011 pelo Laboratório de Ictiologia e Pesca UNIR/IEPAGRO. O documento é encaminhado em conjunto na Seção ANEXOS/SEÇÃO 16/ Anexos 15.1, do Relatório da empresa SAE.

Após acurada análise comparativa entre as informações técnicas levantadas pelo relatório UNIR/IEPAGRO e o primeiro relatório/resumo da empresa SAE, foi possível identificar certas incongruências entre ambos, conforme seguem:

1º Relatório/resumo SAE afirma na página 116 que:

"Diminuições numéricas observadas na produção e CPUE nas localidades de Abunã, Teotônio e Jaci Paraná, concomitante a uma diminuição no número de desembarques e de pescadores registrados, provavelmente estão relacionadas ao fato de que uma grande parcela dos pescadores deixou de pescar para trabalhar na obra de construção dos empreendimentos hidrelétricos ou outros nas proximidades, ou ao fato de que, após reassentamento e indenização fundiária, alguns pescadores estão em processo de reorganização de sua atividade produtiva" (grifo nosso)

Repare agora na seguinte íntegra do parágrafo retirado das páginas 264 e 265 do Relatório UNIR/IEPAGRO:

EM BRANCO

EM BRANCO



**LAUDO DE EXAME PERICIAL DE ANÁLISE AMBIENTAL
Nº 0553/2014/SMA/IC/DPTC/PC/SESEDEC/RO**

*“A diminuição no número de pescadores e desembarques, com reflexo nos valores de produção de 2011, observada nas comunidades do Teotônio e de Jaci Paraná (Apêndice 6.B.), ambas áreas do Reservatório de Santo Antônio, pode ser explicada pela: i) migração dos pescadores para trabalharem na obra de construção dos empreendimentos hidrelétricos e ii) **diminuição na biomassa de peixes nos principais pesqueiros tradicionalmente utilizados pelos pescadores, devido a uma possível reestruturação desses locais como consequência da instalação dos empreendimentos.** Em Jaci Paraná, os pescadores que tradicionalmente pescavam na região do rio Jaci e seus tributários (Igarapés do Contra, Formoso e Branco), alagada com reservatório da Santo Antônio, alegam que os peixes que se alimentavam das frutas na mata de igapó desses igarapés, se afastaram, o que tornou pouco “rentável” a pescaria, levando os mesmos a procurarem outra atividade econômica na cidade. Já na Vila do Teotônio, os poucos pescadores que ainda estão na vila, alegam que não estão conseguindo os peixes nem para subsistência.” (grifo nosso).*

Como se vê, os técnicos da UNIR/IEPAGRO apuraram duas principais causas como sendo explicativas para o problema da diminuição do número de pescadores e desembarques nas comunidades de Teotônio e Jaci: a primeira, a migração dos pescadores para trabalharem na obra de construção dos empreendimentos hidrelétricos. Essa informação é repassada em conformidade no relatório da SAE.

Todavia, a segunda causa apontada pelos técnicos da UNIR/IEPAGRO (que foi negritada no texto) denuncia uma *“diminuição na biomassa de peixes nos principais pesqueiros”* *“... como consequência da instalação dos empreendimentos”*. Esse apontamento, assim como os relatos de que *“Em Jaci Paraná, os pescadores [...] alegam que os peixes que se alimentavam das frutas na mata de igapó destes igarapés, se afastaram o que tornou pouco “rentável” a pescaria”* e de que *“na Vila do Teotônio, os poucos pescadores que ainda estão na vila, alegam que não estão conseguindo os peixes nem para subsistência”* **foram completamente ignorados pela empresa SAE na confecção do 1º relatório de acompanhamento dos Programas Ambientais Pós LO.**

Além disso, como agravante, o relatório da empresa SAE menciona como provável causa para justificar as *“diminuições numéricas observadas na produção e CPUE nas localidades de Abunã, Teotônio e Jaci Paraná, concomitante a uma diminuição no número de desembarques e de pescadores registrados”* o *“fato de que, após reassentamento e indenização fundiária, alguns pescadores estão em processo de reorganização de sua atividade produtiva”*. **Esta informação não consta no relatório técnico da UNIR/IEPAGRO e, portanto, carece de referência técnica ou outra para ser validada.**

Alau by mais

EM BRANCO

EM BRANCO



**LAUDO DE EXAME PERICIAL DE ANÁLISE AMBIENTAL
Nº 0553/2014/SMA/IC/DPTC/PC/SESEDEC/RO**

Página 5 de 15

4.2 Análise do Segundo Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais Após Emissão de Licença de Operação – Programa de Conservação da Ictiofauna – Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira

O segundo Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais Após Emissão de Licença de Operação emitido pela empresa SAE data de 15 de outubro de 2012 e apresenta relatos sobre o acompanhamento no período compreendido entre março a agosto de 2012.

O item 15.1.3 do relatório trata do Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira e está subdividido em dois subitens: Situação Atual (15.1.3.1) e Atividades Futuras (15.1.3.2).

As informações contidas no subitem 15.1.3.1 deveriam estar estritamente alicerçadas às informações contidas no Relatório Técnico intitulado “Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira UHE Santo Antônio”, produzido pela equipe técnica do Laboratório de Ictiologia e Pesca UNIR/IEPAGRO. Esse relatório data de junho de 2012 e relata os estudos realizados no período de março a maio do mesmo ano e segue encaminhado na Seção ANEXOS/SEÇÃO 16/ Anexo 15.1, em conjunto com o 2º Relatório da empresa SAE.

Após acurada análise comparativa entre as informações técnicas levantadas pelo relatório UNIR/IEPAGRO e o segundo relatório/resumo da empresa SAE, foi possível identificar novas incongruências entre ambos:

2º Relatório/resumo SAE afirma na página 92 que:

“Após refinamento de dados históricos recentes sobre desembarque pesqueiro no flutuante do Cai N’Água, foi possível observar de diminuição da produção nos anos que antecederam o início das obras da UHE Santo Antônio. A despeito disso e das várias lacunas nos dados, é constatado que desde o início das obras, a produção desembarcada manteve-se dentro da mesma ordem de magnitude (FIGURA 15.7)” (grifo nosso)

EM BRANCO

EM BRANCO



LAUDO DE EXAME PERICIAL DE ANÁLISE AMBIENTAL
Nº 0553/2014/SMA/IC/DPTC/PC/SESDEC/RO

Página 6 de 15

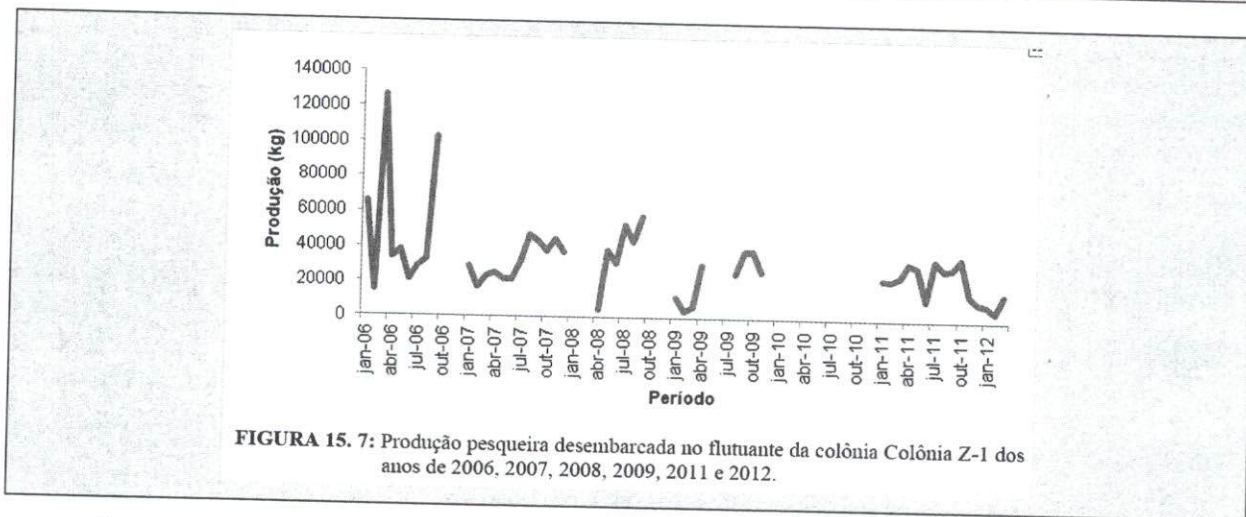


FIGURA 15. 7: Produção pesqueira desembarcada no flutuante da colônia Colônia Z-1 dos anos de 2006, 2007, 2008, 2009, 2011 e 2012.

É consenso que entre o final do ano de 2006 e início do ano de 2007 há um nítido declínio no patamar de produção, que antes alcançava valores acima de 120.000 Kg e após limitou-se a produzir menos de 60.000 Kg de pescado.

A afirmação da empresa SAE de que “desde o início das obras” (que data de setembro de 2008), “a produção desembarcada manteve-se dentro da mesma ordem de magnitude” é verdadeira, todavia **omite uma informação importante que foi levantada pela equipe UNIR/IEPAGRO**: a de que, embora a relação não se mostrasse significativa para o período estudado, existe uma tendência de queda de produção entre os anos de 2007 a 2012, cujo coeficiente se mostrou negativo, indicando que essa tendência ficará ainda mais pronunciada em um prazo mais longo. Vide trecho abaixo:

Trecho retirado das páginas 186, 187 e 188 do relatório técnico UNIR/IEPAGRO (março a maio de 2012):

“Na figura 4.3 há uma certa tendência de queda da produção (Y) entre os anos (X) 2007 a 2012, embora a relação não tenha sido estatisticamente significativa, o coeficiente é negativo o que nos leva a supor que num prazo mais longo, e com mais dados, essa tendência irá ficar mais pronunciada ($Y = 46834 - 457.36X$; $R^2=0,18$, não significativo; $p<0,05$; $n=54$).

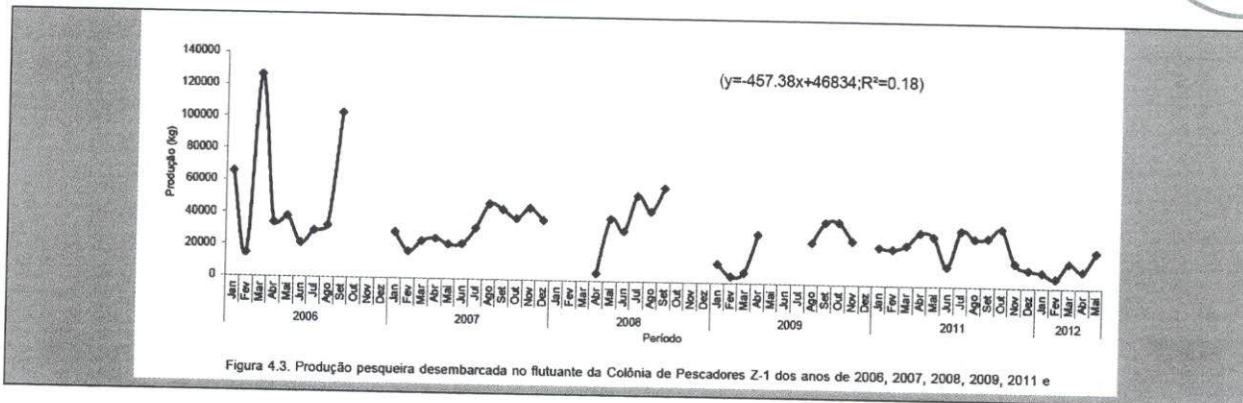
Uma diminuição numérica na produção é observada nos meses de outubro a dezembro/11 e janeiro a março/12 quando comparado aos anos anteriores, coincidindo com a época em que os pescadores indicam a diminuição do pescado durante as pescarias e nos desembarques, principalmente das espécies de bagres, como a dourada e o filhote. Nos acompanhamentos diários no Cai n’água, tanto pelo coletor quanto pelo técnico responsável, essa diminuição da produção pesqueira desembarcada foi perceptível. A causa dessa variação deve ser melhor investigada.” (grifo nosso)

EM BRANCO

EM BRANCO



LAUDO DE EXAME PERICIAL DE ANÁLISE AMBIENTAL
Nº 0553/2014/SMA/IC/DPTC/PC/SESDEC/RO



Os apontamentos do relatório técnico UNIR/IEPAGRO sobre “*tendência de queda da produção*”, corroborada com a informação de que “*Nos acompanhamentos diários no Cai n’água, tanto pelo coletor quanto pelo técnico responsável, essa diminuição da produção pesqueira desembarcada foi perceptível*” (trechos grifados no texto), entre outras colocações, **demonstram relevância e deveriam constar nos relatórios da empresa SAE.**

Essa percepção de queda de produção mencionada no relatório UNIR/IEPAGRO condiz com aquilo que se espera no que tange as alterações provocadas por esse tipo de empreendimento e tão logo identificadas precisam estimular ações para prevenir ou mitigar o problema.

4.3 Análise do Terceiro Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais Após Emissão de Licença de Operação – Programa de Conservação da Ictiofauna – Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira

Em 15 de outubro de 2012 foi produzido pela empresa SAE o 3º (terceiro) Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais Após Emissão de Licença de Operação, referente ao período compreendido entre abril de 2009 a dezembro de 2012.

O item 15.1.3.1 do referido relatório, que trata da Situação Atual do Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira, limita-se a encaminhar o “Relatório Técnico Consolidado – 1º Ano Pós Enchimento do Reservatório”, na forma do Anexo 15.2.

Sobre o Relatório encaminhado em anexo, o qual traz resultados obtidos no âmbito do Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira, em nota introdutória, a empresa SAE esclarece que:

Os resultados aqui apresentados utilizam, como base, o Banco de Dados do Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira – SMP da SAE, contido no arquivo do MS-Access encaminhado ao IBAMA por meio da correspondência SAE/PVH 0110/2013 protocolada em 08/03/2013. A planilha MS-Excel, em que

EM BRANCO

EM BRANCO



**LAUDO DE EXAME PERICIAL DE ANÁLISE AMBIENTAL
Nº 0553/2014/SMA/IC/DPTC/PC/SESDEC/RO**

consta a consulta extraída do referido Banco de Dados e usada como base para elaboração das análises, é encaminhada no ANEXO 15.1 do 3º Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais Após Emissão da Licença de Operação.

Os dados foram levantados pela equipe técnica do Instituto de Pesquisas do Agronegócio Rondoniense – IEPAGRO em parceria com a Universidade Federal de Rondônia – UNIR, **com análise e consolidação realizada pela equipe técnica da SAE.**

São apresentados ainda resultados obtidos da área a montante do reservatório de Santo Antônio, cujos resultados foram encaminhados em conjunto com os do SMP da SAE pela equipe técnica do IEPAGRO/UNIR. Os dados brutos referentes a estas localidades pertencem ao empreendimento UHE Jirau, responsável pelo monitoramento da área, e não foram encaminhados à SAE, sendo apresentados somente os resultados consolidados.

A discussão apresentada ao longo do relatório tem por foco a variação temporal (anual) dos principais indicadores referentes à atividade pesqueira como todo, das espécies mais desembarcadas e das espécies-alvo para o PCI, com ênfase na comparação do período anterior ao enchimento do reservatório da UHE Santo Antônio com o primeiro ano após o enchimento (2012), conforme solicitação do Parecer Técnico Nº 282/2013 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. (grifo nosso)

Como se vê, esse relatório é o único (dos selecionados para exame) que traz uma análise realizada somente por técnicos da própria empresa SAE. Conforme mencionado, os dados que serviram de base para o relatório foram extraídos do “Banco de Dados do Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira – SMP da SAE, contido no arquivo do MS-Access encaminhado ao IBAMA por meio da correspondência SAE/PVH 0110/2013” protocolada em 08/03/2013. A planilha MS-Excel, em que consta a consulta extraída do referido Banco de Dados e usada como base para elaboração das análises, é encaminhada no ANEXO 15.1”.

Restou prejudicado ao Perito Relator proceder análise comparativa e verificar a procedência das informações para este terceiro Relatório/resumo apresentado pela empresa SAE, ora por falta de acesso à todas as informações que embasaram o relatório e que permitissem a comparação, ora pela falta de clareza quanto aos parâmetros utilizados pelos técnicos da empresa nessas análises.

Alauber Soares

EM BRANCO

EM BRANCO



**LAUDO DE EXAME PERICIAL DE ANÁLISE AMBIENTAL
Nº 0553/2014/SMA/IC/DPTC/PC/SESDEC/RO**

4.4 Análise do quarto Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais Após Emissão de Licença de Operação – Programa de Conservação da Ictiofauna – Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira

Em primeiro de outubro de 2013 foi produzido pela empresa SAE o 4º (quarto) Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais Após Emissão de Licença de Operação, referente ao período compreendido entre março e agosto de 2013.

O item 15.1.3.1 do referido relatório, que trata da Situação Atual do Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira, deveria apresentar informações resumidas com base no Relatório Técnico intitulado “Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira UHE Santo Antônio”, produzido pelas equipes do Laboratório de Ictiologia e Pesca UNIR/IEPAGRO, contendo dados técnicos consolidados do monitoramento no período de abril de 2009 a junho de 2013.

O relatório técnico UNIR/IEPAGRO retro mencionado, inclusive, segue encaminhado como anexo do 4º Relatório/resumo SAE, na Seção ANEXOS/SEÇÃO 16/Anexo 15.1.

Pois bem, após acurada análise comparativa entre as informações de ambos os relatórios, foi possível identificar certas incongruências entre eles, além de realizar outras constatações.

A seguir os principais resultados da análise:

4º Relatório/resumo SAE afirma na página 61 que:

*“Entre os períodos pós e pré-reservatório é possível observar uma queda nos valores numéricos de pescadores que participaram do monitoramento, e esta é mais acentuada na área do reservatório de Santo Antônio. **Motivos que levaram à diminuição da participação dos pescadores incluem: estabelecimento de vínculo empregatício em outras atividades, alegada diminuição da rentabilidade da pesca e pressões supostamente exercidas pela Colônia Z-1 para que os pescadores deixem de contribuir com Monitoramento Pesqueiro da SAE;**” (grifo nosso)*

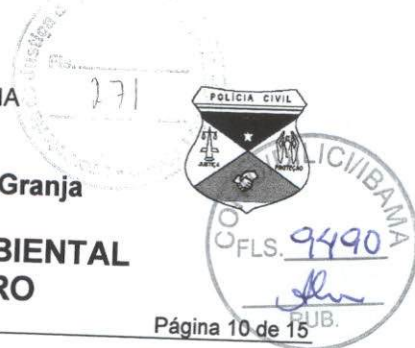
Observe a seguir como foi levantada essa informação pela equipe técnica UNIR/IEPAGRO:

Trecho retirado das páginas 12 e 68 (Apêndice 4.4) do relatório técnico UNIR/IEPAGRO (abril de 2009 a junho de 2013):

“Dentre os 274 pescadores entrevistados, 45,26% responderam que não estão atuando na pesca. Dentre as justificativas para a desistência, de modo geral, algumas respostas coincidiram entre as comunidades entrevistadas, onde a

EM BRANCO

EM BRANCO



**LAUDO DE EXAME PERICIAL DE ANÁLISE AMBIENTAL
Nº 0553/2014/SMA/IC/DPTC/PC/SESEDEC/RO**

principal mudança da atividade ocorreu após a implantação das UHEs no Madeira. Segundo os entrevistados identificados como desistentes, o principal motivo (37%) que os levaram a desistir da atividade foram "os impactos das usinas" e, por isso, passaram a desenvolver a atividade apenas para fins de consumo. Seguindo o mesmo argumento, 3,2% dos entrevistados abandonaram a atividade devido a "diminuição da produtividade e rentabilidade da pesca provocada pela implantação das usinas". O segundo motivo mais apontado para a desistência da atividade foi que os entrevistados estão em trabalhos formais (12,9%) ou em trabalhos informais e/ou temporários (20,16%). Ver detalhamento dos principais motivos por localidade no Apêndice 4.4." (grifo nosso)

Apêndice 4.4 Principais motivos da desistência da atuação na atividade pesqueira de acordo com os pescadores entrevistados, por localidade. Os valores correspondem ao número de respondentes por localidade, número de respondentes por motivo apresentado e porcentagem relativa (%).

Número amostral	Jacy Paraná	Cachoeira do Teotônio	Porto Velho	São Sebastião	Novo Engenho Velho	São Carlos	Nazaré	Calama	total	(%)
Número de pescadores entrevistados	27	16	10	32	22	85	17	65	274	
Número de pescadores desistentes	7	8	0	23	15	43	11	17	124	45,26
Principais Motivos										
- Oportunidade de trabalho formal (carteira assinada)		2		8		4			16	12,90
- Oportunidade de trabalho informal e ou temporário	3			4		12		2	25	20,16
- A diminuição da produtividade e rentabilidade da pesca em função das usinas levou-o a abandonar a atividade					4				4	3,23
- O impacto das usinas das usinas sobre as pescarias levou a pescar somente para consumo	4	4		7	8	15	8		46	37,10
- O pescador não mora na comunidade		1		4	3	9		7	24	19,35
- Aposentou-se									2	1,61
- Não pesca por motivos de doenças		1				1			2	1,61
						2	3	2	7	5,65

Restou evidente que o principal motivo para a desistência da atuação na atividade pesqueira, levantada pela equipe técnica UNIR/IEPAGRO, qual seja "O impacto das usinas sobre as pescarias levou a pescar somente para consumo", com mais de 37% (trinta e sete por cento) dos apontamentos, **foi completamente ignorado na feitura do relatório da empresa SAE, que sequer o menciona entre as causas.**

A empresa SAE também incluiu em seu relatório que um dos "motivos que levaram à diminuição da participação dos pescadores" inclui: "pressões supostamente exercidas pela Colônia Z-1 para que os pescadores deixem de contribuir com Monitoramento Pesqueiro da SAE". Porém, **esse motivo não foi mencionado nos relatórios técnicos UNIR/IEPAGRO e carece de fonte indicativa de sua origem.**

Handwritten signature

EM BRANCO

EM BRANCO



LAUDO DE EXAME PERICIAL DE ANÁLISE AMBIENTAL
Nº 0553/2014/SMA/IC/DPTC/PC/SESEDEC/RO

Na sequência do relatório SAE, na mesma página 61, é apresentada uma tabela, conforme segue:

TABELA 15. 1

Produção pesqueira (toneladas), soma do Esforço registrado (pescador.dia) e CPUE média (kg.pescador⁻¹.dia⁻¹) registrados no conjunto das amostragens nas diferentes localidades, no âmbito do Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira, antes (desde abril 2009) e após o fechamento do reservatório (após setembro 2013) da UHE Santo Antônio.

Localidade	Pré			Pós		
	Produção	Esforço	CPUE	Produção	Esforço	CPUE
Cachoeira do Teotônio	216,0	5923	47,2	3,5	256	12,6
Jaci Paraná	37,1	4630	12,5	15,9	2418	11,0
Porto Velho	23,0	2023	17,2	10,0	350	25,7
São Sebastião	17,4	1474	12,6	9,0	848	10,8
São Carlos	61,5	3625	19,7	18,5	1072	19,9
Cuniã	73,8	4222	21,2	36,1	2073	19,6
Nazaré	13,6	1289	11,9	8,7	632	15,0
Calama	119,7	5590	28,1	50,1	2322	25,9
Humaitá	415,0	23999	18,8	316,9	18376	18,0

Essa tabela 15.1 apresentada no 4º Relatório da empresa SAE não consta no relatório técnico UNIR/IEPAGRO e também não esclarece de onde foram extraídos os dados. Além do mais, o título da tabela resultou em dúvida, mormente ao trecho destacado a seguir:

TABELA 15. 1

Produção pesqueira (toneladas), soma do Esforço registrado (pescador.dia) e CPUE média (kg.pescador⁻¹.dia⁻¹) registrados no conjunto das amostragens nas diferentes localidades, no âmbito do Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira, antes (desde abril 2009) e após o fechamento do reservatório (após setembro 2013) da UHE Santo Antônio.

Não está claro o que foi considerado para efeito de pré e de pós reservatório. Afinal, quando foi formado o reservatório? Nessa tabela o mês de "setembro de 2013" é tido como data para o fechamento do reservatório, mas o terceiro relatório de acompanhamento dos programas ambientais, produzido pela própria empresa SAE, considerava o ano de 2012 como sendo o "primeiro ano após o enchimento".

Conforme mencionado anteriormente, os dados mostrados na tabela não apresentam fonte técnica e não são alicerçados pelo relatório UNIR/IEPAGRO (pelo menos não de forma evidente). Além disso, na continuidade do relatório são apresentadas interpretações equivocadas acerca desses dados:

4º Relatório/resumo SAE afirma na página 61 que:

"A CPUE média na região do reservatório diminuiu do pré para o pós-enchimento, em função da queda da CPUE na região da Cachoeira do Teotônio."

EM BRANCO

EM BRANCO



**LAUDO DE EXAME PERICIAL DE ANÁLISE AMBIENTAL
Nº 0553/2014/SMA/IC/DPTC/PC/SESEDEC/RO**

Página 12 de 15

Isso se deve principalmente à submersão da cachoeira e seus pedrais, de onde os pescadores retiravam altos rendimentos, a despeito da pesca na localidade ser considerada ilegal e predatória. Após o enchimento, com a troca dos petrechos e pesqueiros da região, o rendimento pesqueiro registrado foi comparável aos valores observados em Jacy Paraná, tanto antes como depois do enchimento. Na jusante, a CPUE variou entre antes e depois do enchimento nas diferentes localidades sem padrão definível (TABELA 15. 1);” (grifo nosso)

Foi destacado em sublinhado no texto acima o trecho em que a empresa SAE afirma que a pesca na localidade da Cachoeira do Teotônio era tida como ilegal e predatória, além de apontar essa característica como justificativa para os altos rendimentos da produção local no período de pré enchimento do reservatório. Entretanto, **não cabe à empresa SAE inferir sobre a questão da legalidade da pesca na região.** Destarte, essa inferência, além de desprovida de referencial técnico, vai de encontro à explanação dada pelo relatório da equipe UNIR/IEPAGRO, conforme segue:

Trecho retirado da página 46 do relatório técnico UNIR/IEPAGRO (abril de 2009 a junho de 2013):

A área do reservatório, em especial a Cachoeira do Teotônio, exibiu queda significativa nos valores de produção e CPUE entre 2011 e 2012, o que pode estar relacionado as modificações ocorridas neste ambiente com a formação do reservatório e homogeneização da paisagem, que pode levar a diminuição da ocorrência de algumas espécies (Merona et al., 2010). Além de diminuir as “áreas boas” para a pesca na concepção dos pescadores locais.

[...]

Essa mudança na composição específica das capturas, verificada principalmente na área do reservatório entre os períodos pré e pós-reservatório, pode também refletir a mudança de petrecho de pesca. Por exemplo, as tarrafas, coves e físgas utilizados principalmente na captura de peixes liso de médio e grande porte, em pedrais e poços, foram substituídas por malhadeiras, utilizadas nas margens e igarapés na captura de espécies de pequeno porte.

Como se vê, **não foram as imposições legais que provocaram o câmbio dos petrechos de pesca tradicionalmente utilizados pelos pescadores, mas sim as imposições advindas das alterações ecossistêmicas do local,** sobretudo “as modificações ocorridas neste ambiente com a formação do reservatório e homogeneização da paisagem, que pode levar a diminuição da ocorrência de algumas espécies (Merona et al., 2010). Além de diminuir as “áreas boas” para a pesca na concepção dos pescadores locais”.

EM BRANCO

EM BRANCO



LAUDO DE EXAME PERICIAL DE ANÁLISE AMBIENTAL
Nº 0553/2014/SMA/IC/DPTC/PC/SESEDEC/RO

Outra observação está na comparação que o relatório SAE faz entre os valores de rendimento pesqueiro da Cachoeira do Teotônio e de Jacy Paraná:

“Após o enchimento, com a troca dos petrechos e pesqueiros da região, o rendimento pesqueiro registrado foi comparável aos valores observados em Jacy Paraná, tanto antes como depois do enchimento”.

Essa comparação não pode ser realizada, haja vista a acentuada diferença entre os graus de magnitude para a atividade pesqueira envolvendo as duas localidades.

Na página 62 do relatório SAE é apresentada uma outra tabela (Tabela 15.2):

TABELA 15. 2

Receita líquida (valor de venda do pescado menos custo da pescaria: gelo, combustível e rancho) média dos desembarques nas diferentes localidades, antes e após fechamento do reservatório, e Desvio Padrão. Dados do Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira: antes (desde abril 2009) e após o fechamento do reservatório (após setembro 2013) da UHE Santo Antônio.

Área	Localidade	Pré		Pós	
		Receita	Desvio	Receita	Desvio
Reservatório	Cachoeira do Teotônio	R\$ 241,39	R\$ 348,65	R\$ 153,96	R\$ 377,03
	Jacy Paraná	R\$ 285,38	R\$ 385,39	R\$ 243,81	R\$ 316,29
	Porto Velho	R\$ 503,46	R\$ 1.233,39	R\$ 381,40	R\$ 912,44
	São Sebastião	R\$ 269,27	R\$ 248,95	R\$ 277,95	R\$ 269,30
Jusante	São Carlos	R\$ 145,62	R\$ 179,96	R\$ 131,10	R\$ 116,66
	Cuniã	R\$ 102,05	R\$ 130,38	R\$ 87,48	R\$ 139,46
	Nazaré	R\$ 130,55	R\$ 208,31	R\$ 89,18	R\$ 78,12
	Calama	R\$ 408,33	R\$ 727,79	R\$ 471,40	R\$ 705,01
	Humaitá	R\$ 735,85	R\$ 1.569,60	R\$ 886,66	R\$ 1.492,87
Total Geral		R\$ 287,97	R\$ 718,49	R\$ 352,94	R\$ 847,56

Essa tabela 15.2, não consta no relatório técnico UNIR/IEPAGRO e também não deixa claro de onde foram extraídos os dados. Além do mais, o título também resultou em dúvida quanto à fase de Pré e Pós enchimento, tal qual tabela anterior.

EM BRANCO

EM BRANCO



**LAUDO DE EXAME PERICIAL DE ANÁLISE AMBIENTAL
Nº 0553/2014/SMA/IC/DPTC/PC/SESEDEC/RO**

Página 14 de 15 UB.

Na página 62 do 4º relatório SAE consta o seguinte trecho:

*"Na jusante, as principais espécies foram as mesmas atente e depois do represamento (FIGURA 15. 6): o pacu-comum (*Mylosoma duriventre/M. aureum*), a curimatã (*P. nigricans*), o jaraqui-escama-grossa (*Semaprochilodus insignis*), a jatuarana (*B. amazonicus*) e a dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*);"*

Veja como é mencionado o mesmo trecho no relatório UNIR/IEPAGRO (página 30 do Relatório abril de 2009 a junho de 2013):

*"Na área a jusante se destacaram cinco espécies ao longo dos quatro anos monitorados: o pacu-comum (*Mylosoma duriventre/M. aureum*), a curimatã (*P. nigricans*), o jaraqui-escama-grossa (*Semaprochilodus insignis*), a jatuarana (*B. amazonicus*) e a dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*). **Entretanto, o desembarque de algumas destas espécies, mesmo mantendo sua importância, apresentou diminuição numérica na fase pós-reservatório, com exceção do jaraqui, que se manteve (Figura 3.26).**" (grifo nosso)*

Como pode-se observar, o trecho que foi negritado acima, de grande relevância, não foi transcrito no relatório da empresa SAE.

Na página 64 do relatório SAE consta:

*"A contribuição do pescado que vem de regiões fora do estado de Rondônia, como Lábrea e Manaus, especialmente os grandes bagres, aumentou de 191kg de pescado na fase pré reservatório para 9.160kg na fase pós, segundo registros do flutuante Cai N'Água, da Colônia de Pescadores Z-1, de Porto Velho. **O aumento da demanda por bagres "nobres" e o alto preço praticado para estas espécies, em relação às demais, na região provavelmente estimulam essa prática. Além disso, há a possibilidade de ganhos extra, pois os atravessadores vêm dos portos da Amazônia Central para adquirir tambaqui oriundo das pisciculturas de Rondônia, que é muito apreciado em Manaus e arredores, e acabam por trazer os bagres desembarcados em seus portos de origem, a maioria pescada no Alto Solimões;**" (grifo nosso)*

O trecho destacado acima (trecho negritado) não consta no relatório UNIR/IEPAGRO e são conclusões que carecem de referencial técnico.

Albuquerque / mais

EM BRANCO

EM BRANCO



5 CONCLUSÃO

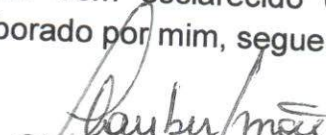
Diante do acima exposto, este Signatário concluiu que os resumos aqui analisados sobre o Monitoramento da Atividade Pesqueira, componentes dos Relatórios de Acompanhamento dos Programas Ambientais Após a Emissão de Licença de Operação emitidos pela empresa SAE não estavam devidamente indexados às respectivas informações técnicas dos Relatórios Técnicos Consolidados do Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira, apresentados pela Equipe Técnica UNIR/IEPAGRO, referentes ao empreendimento UHE Santo Antônio, no período de 2009 a 2013.

Dentre as principais incongruências levantadas, de um modo geral os relatórios da empresa SAE apresentaram:

- a) Omissão de informações levantadas pela equipe técnica responsável pelos estudos, entre as quais, de muita relevância para a atividade de monitoramento;
- b) Interpretação e transcrição tendenciosa dos dados técnicos, visando o auto favorecimento da empresa SAE em seus interesses; e
- c) Acréscimos de tabelas e informações sem qualquer referencial bibliográfico, ou outro de ordem técnica, e sem a devida indexação ao respectivo Relatório de Monitoramento da Atividade Pesqueira emitido pela equipe UNIR/IEPAGRO.

Conclui-se, também, que as informações resumidas acerca do subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira, que foram repassadas pela empresa SAE ao IBAMA, não continham análise de todos os apontamentos relevantes levantados pela equipe técnica e que as poucas análises existentes visaram, de um modo geral, tirar o foco dos impactos negativos produzidos pelos empreendimentos das usinas na atividade pesqueira da região, ora por omissão desses dados, ora por distorções interpretativas, aqui tratadas como incongruências.

Tendo por bem esclarecido o assunto, encerra-se o presente laudo que redigido e elaborado por mim, segue devidamente assinado.


Glauber Simões Silva
Perito Criminal - 300104241

EM BRANCO

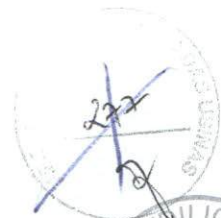
EM BRANCO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

em defesa da sociedade

Grupo de Trabalho Operacional das Promotorias Cíveis
e da Tutela Coletiva



TRECHOS DOS RELATÓRIOS 1º, 2º e 4º

REFERENTE AO LAUDO DE EXAME PERICIAL DE ANÁLISE AMBIENTAL

Nº 0553/2014/SMA/IC/DPTC/PC/SESDEC/RO

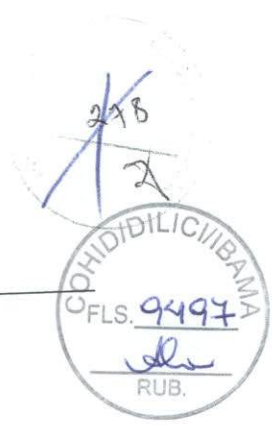
EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
em defesa da sociedade

Grupo de Trabalho Operacional das Promotorias Cíveis
e da Tutela Coletiva



1º RELATÓRIO

EM BRANCO

EM BRANCO



QUADRO 14.9

Dados quantitativos acumulados de espécimes que foram encaminhados ao CETAS no período de 16/09 de 2011 a 05/04 de 2012.

	Margem direita	Margem esquerda	Ilhas	TOTAL
Aves	27	32	0	59
Mamíferos	13	25	01	39
Répteis	39	66	07	112
Anfíbios	2	0	0	2
TOTAL	81	123	08	212

No período de 04/02/2011 a 01/03 de 2012, um total de 199 espécimes vivos foram recolhidos do CETAS para destinação pelo IBAMA, conforme ANEXO 14.3.

Do quantitativo apresentado no QUADRO 14.9 19 animais ainda permanecem no CETAS sendo duas aves adultas e 17 ovos de ave em incubação.

A lista dos espécimes advindos das operações de resgate de fauna durante o enchimento destinados para instituições científicas encontra-se no ANEXO 14.4.

14.3.2 Atividades Futuras

- Continuação do monitoramento e eventual resgate de fauna no reservatório, nas áreas consideradas prioritárias, até que o IBAMA se manifeste com relação ao encerramento da atividade.

15 SEÇÃO 16 – PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA ICTIOFAUNA

15.1 Situação Atual

Em atendimento à condicionante 2.1 da Licença de Operação N° 1044/2011, o Programa de Conservação da Ictiofauna (PCI) continua em execução. O andamento dos Subprogramas e atividades desenvolvidas no âmbito do Programa é apresentado nos subitens abaixo.

No QUADRO 15.1 são relacionados os Anexos do presente relatório relativos ao PCI.

EM BRANCO

EM BRANCO

QUADRO 15.1
Anexos do Programa de Conservação da Ictiofauna

Documento	Número do Anexo
Relatório Técnico Semestral do Programa de Monitoramento e Conservação de Ictiofauna – Dezembro de 2011	15.1
Relatório “Caracterização genética de populações de grandes bagres migradores e Characiformes do rio Madeira, na região da Cachoeira de Teotônio – Dez/11”	15.2
Relatório Final – Avaliação da Passagem de Peixes Pelo Vertedouro Principal da UHE Santo Antônio	15.3
Relatório Transposição Manual Seletiva de Peixes	15.4
Relatórios Ocorrência de Peixes no STP	15.5

As correspondências encaminhadas ao IBAMA no período, e que tratam de assuntos do PCI, são apresentadas no **QUADRO 15.2**.

QUADRO 15.2
Correspondências referentes ao Programa de Conservação da Ictiofauna encaminhadas ao IBAMA de 14/09/2011 a 13/04/2012.

Correspondência SAE/PVH N°	Assunto Ref.	Protocolo IBAMA
1110/2011	Atendimento condicionantes de 30 dias da LO 1044/2011	17/10/2011
1159/2011	Atendimento condicionantes de 45 dias da LO 1044/2011	01/11/2011
1210/2011	Atendimento condicionantes de 60 dias da LO 1044/2011	23/11/2011
004/2012	Prorrogação do prazo de atendimento à Condicionante 2.25, alínea “b”	05/01/2012
0195/2012	Atendimento condicionantes de 180 dias da LO 1044/2011	23/03/2012
0205/2012	Autorização de resgate de peixes	27/03/2012

15.1.1 Subprogramas de Ecologia e Biologia e Inventário Taxonômico

15.1.1.1 Situação atual

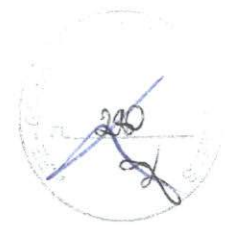
- Continuidade dos trabalhos de laboratório;
- Realização da 23ª, 24ª, 25ª (agosto, outubro e dezembro de 2011) e 26ª (fevereiro/março de 2012) campanhas de campo;
- Campanha expandida (janeiro 2012);
- Elaboração de relatórios técnicos

O Subprograma apresenta como resultados principais:

- Foram coletados, desde início do Programa, 193.258 exemplares de 837 espécies de peixes. Destas, poucas são abundantes (apenas 40 espécies tiveram mais de 1000 exemplares capturados) e a grande maioria é representada por poucos exemplares
- Há elevada riqueza de espécies de peixes associada à baixa abundância em todos os habitats estudados, seja para os peixes de meia-água (amostrados com malhadeiras) (**FIGURA 15.1**), da região litorânea (rede de cerco) (**FIGURA 15.2**) ou da calha do rio Madeira (arrasto bentônico) (**FIGURA 15.3**). Especialmente, a riqueza e

EM BRANCO

EM BRANCO



diversidade amostradas com os diferentes aparelhos se mantiveram altas em todos os pontos, variando sem tendência definida. Exceção foi a riqueza aferida com o arrasto bentônico, em que se registrou diminuição na zona de corredeiras e aumento em direção às planícies de inundação de montante e de jusante.

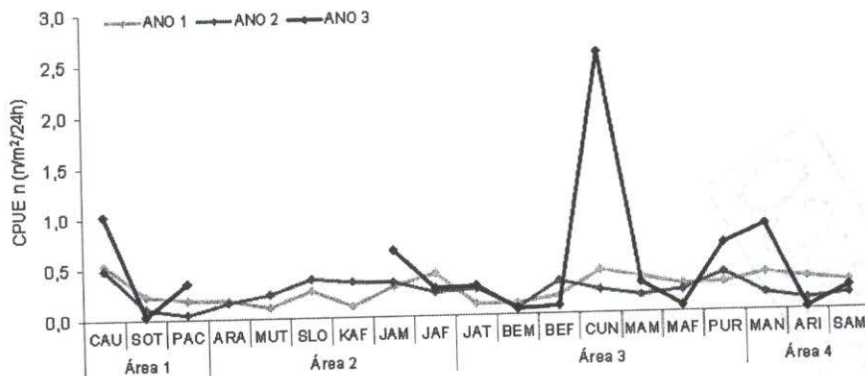


FIGURA 15. 1: Captura por Unidade de Esforço para número de exemplares (CPUE n) por local de coleta com capturas com malhadeira nas áreas 1, 2, 3 e 4 do rio Madeira

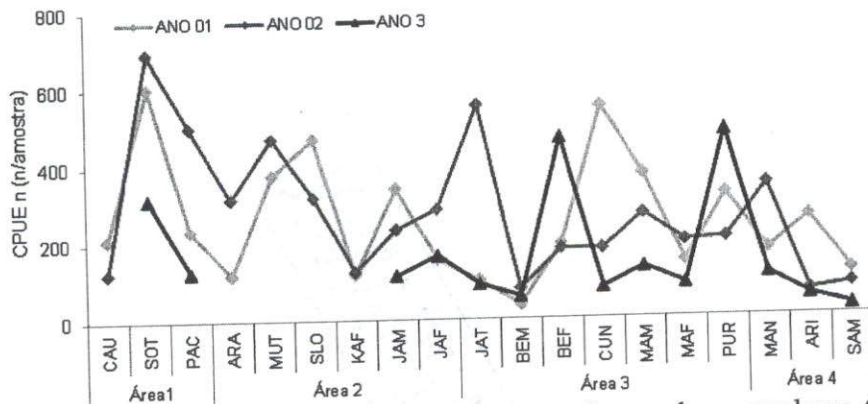


FIGURA 15. 2: Captura por Unidade de Esforço para número de exemplares (CPUE n) por local de coleta com capturas com rede de cerco nas áreas 1, 2, 3 e 4 do rio.

EM BRANCO

EM BRANCO

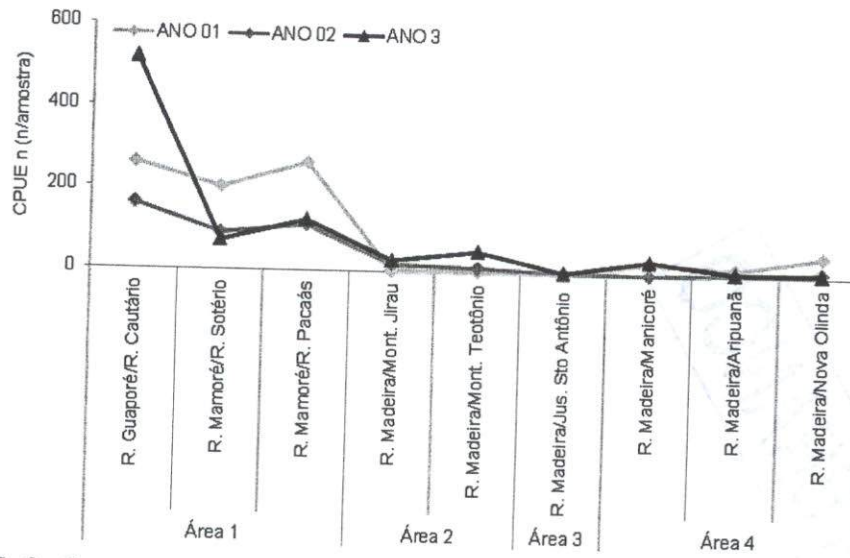


FIGURA 15. 3: Captura por Unidade de Esforço para número de exemplares (CPUE n) por local de coleta com capturas com arrasto bentônico nas áreas 1, 2, 3 e 4 do rio Madeira

- O padrão de riqueza e diversidade observado para o período foi o mesmo que nos períodos anteriores, embora tenha sido constatadas diferenças na composição específica.
- A composição da assembléia de peixes foi mais similar em áreas mais próximas.
- As maiores abundâncias de peixes ocorreram nas áreas com maior extensão de planícies de inundação, nos pontos a jusante ou montante do trecho de corredeiras. Não houve variação de número de espécies de cada categoria trófica nos diferentes pontos. Em todos, predominaram os peixes de níveis tróficos mais altos, sendo os piscívoros nas zonas de corredeiras e os carnívoros nas planícies de inundação.
- Nos trechos de planície de inundação, composição da ictiofauna está associada à vasta disponibilidade de recursos alóctones oriundos das várzeas igapós, que sustentam a ictiofauna e suas presas. A zona de corredeiras é, para muitas das espécies, zona de passagem, e para muitas outras, constitui-se em uma barreira geográfica entre os seus habitats ótimos, que são a planície de inundação a montante e a jusante.
- Branquinhas, jaraquis, curimatã e tambaqui são mais abundantes na zona de planície de inundação. Já os bagres como babão e filhote se concentram nas zonas de corredeiras. Isso se explica pela disponibilidade de alimento que cada grupo consome. A dourada, migradora, teve grande abundância na planície, onde se alimenta, e nas corredeiras, por onde passa para reproduzir rio acima. Não se registrou endemismos para qualquer um dos trechos estudados. A presença exclusiva de algumas espécies de peixes no trecho de corredeiras, local a ser diretamente afetado pelos empreendimentos hidrelétricos, revela a existência de uma compartimentação/zonação ictiofaunística ao longo do rio Madeira.

EM BRANCO

EM BRANCO

15.1.1.2 Atividades Futuras

As atividades a serem realizadas são a continuidade:

- dos trabalhos de laboratório;
- das campanhas de campo, de periodicidade bimestral;
- das Campanhas expandidas, de periodicidade semestral;
- das análises de dados e elaboração de relatórios técnicos.

15.1.2 Subprograma de Ictioplâncton

15.1.2.1 Situação Atual

As atividades desenvolvidas durante o período deste relatório compreenderam:

- Triagem e identificação de larvas de peixes coletadas em campo;
- Análises estatísticas para verificar distribuição espacial e temporal de larvas de peixe no canal do rio Madeira e foz do rio Madeira;
- Análise da distribuição espaço-temporal e da abundância de larvas de espécies de interesse comercial (espécies-chave);
- Elaboração de relatórios;
- Início da modelagem numérica da passagem de ovos, larvas e juvenis pelas turbinas.

Como resultados principais: tem-se:

- Lago Cuniã representa divisor de águas para composição das assembléias de larvas, que são distintas a montante e a jusante deste (**FIGURA 15. 4**).
- Abundância larvas aumenta no sentido montante-jusante e na foz dos tributários em relação a trechos do Madeira a montante destes, com ligeira queda no trecho de corredeiras (**FIGURA 15. 5** e **FIGURA 15. 6**). Dentro do trecho de corredeiras, o rio Jaci Paraná teve a maior contribuição no aporte de larvas para o Madeira.
- Foram dois os picos observados na abundância de larvas durante 01 ano de estudo. O primeiro foi na estação seca, com máximas no mês de agosto. O segundo foi da enchente ao início das cheias. De maneira geral, a diferença entre meses foi mais perceptível nos trechos a montante da cachoeira de Santo Antônio.
- Em relação aos fatores abióticos, condutividade, pH e Temperatura apresentaram correlação significativa com a densidade de larvas (Spearman $p < 0,05$) e nenhum desses parâmetros teve correlação com a densidade de ovos.
- Famílias mais importantes em termos de larvas coletadas com redes de ictioplâncton no período foram Pimelodidae, Curimatidae, Anostomidae e Characidae. Com rede de arrasto de fundo (*trawl net*), a esmagadora maioria (87,72%) foi de Pimelodidae.

EM BRANCO

EM BRANCO

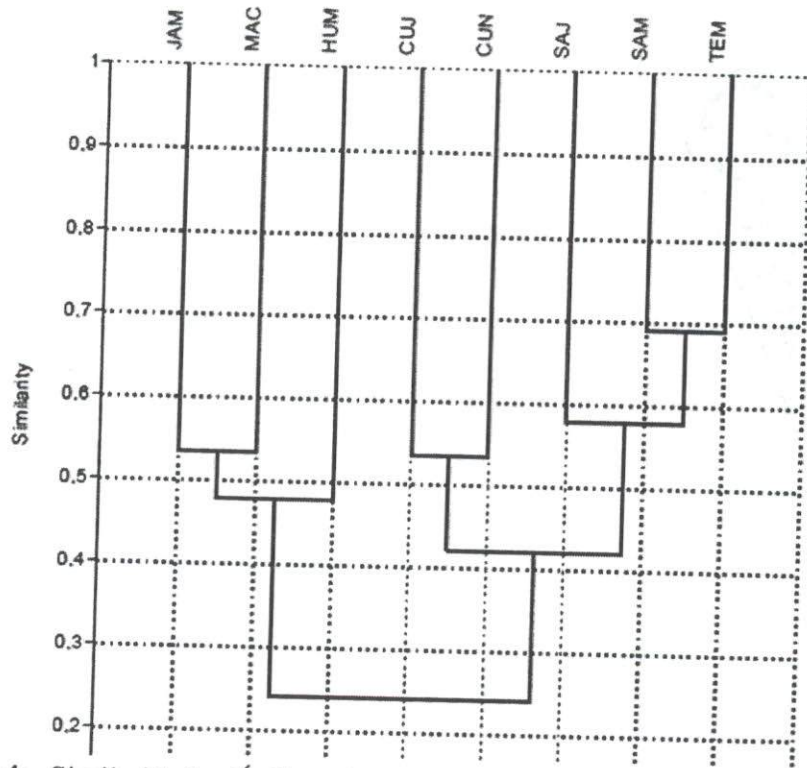


FIGURA 15. 4: Similaridade (Índice de Bray-Curtis) entre pontos da composição e abundância específica de larvas coletadas com rede de ictioplâncton. TEM – montante de Teotônio, SAM – montante de Santo Antônio, SAJ – Jusante de Santo Antônio, CUJ – cujubim, JAM – confluência com o rio Jamari, CUN – Confluência com o Paraná do lago Cuniã, MAM – Confluência com o rio Machado, HUM – Humaitá

EM BRANCO

EM BRANCO

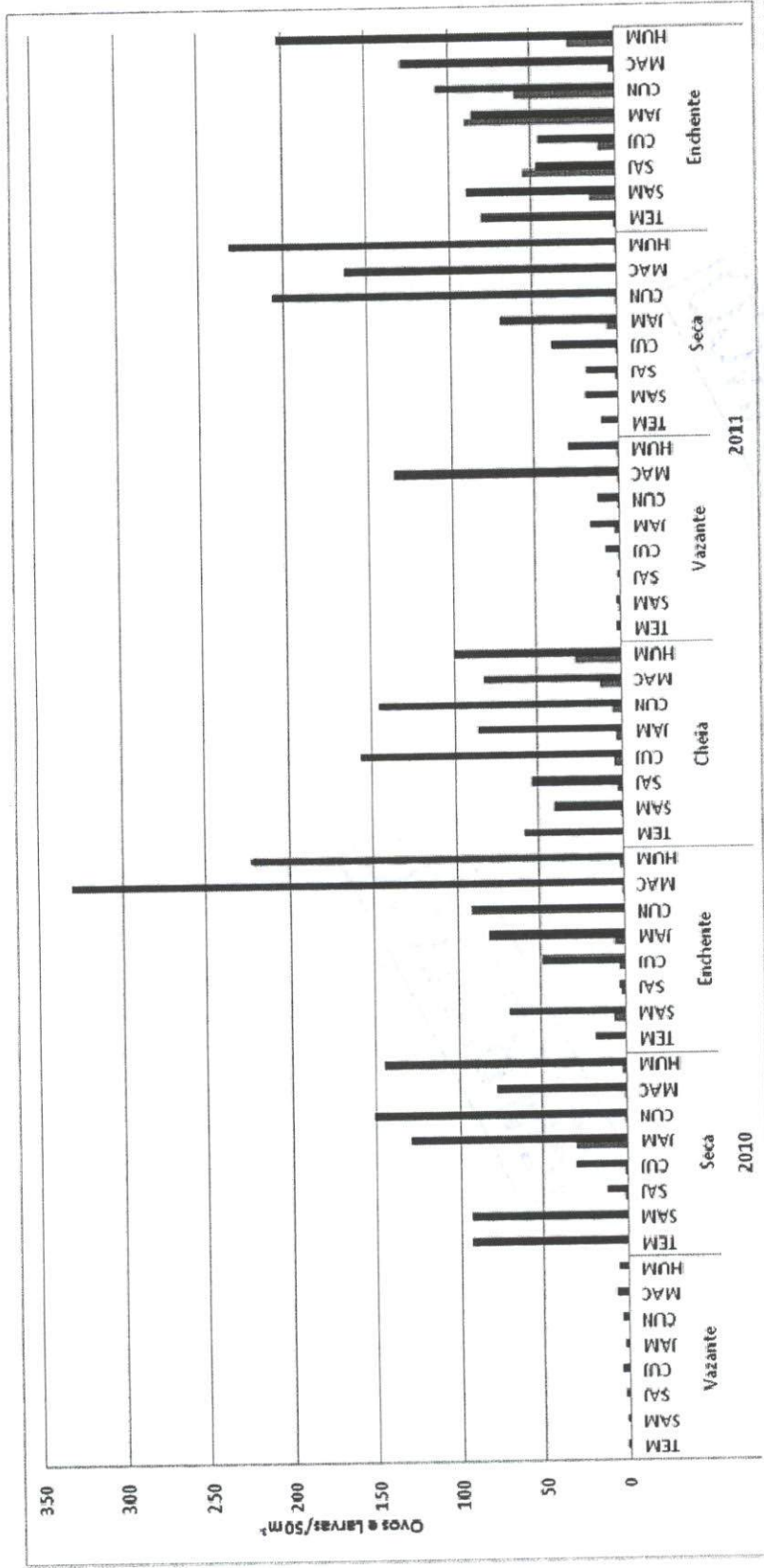


FIGURA 15. 5: Densidade média de larvas/50m³ e ovos/50m³ de peixes na coluna de água no rio Madeira no biênio 2010/2011 considerando-se períodos hidrológicos e locais de captura. Colunas cinza (ovos) e colunas pretas (larvas). F(1, 849)=5,8285, p=,01698 Larvas por ano; F(7, 849)=9,5764, p=,00000 larvas por local; F(1, 849)=5,1309, p=,02375 Ovos por ano; F(7, 849)=3,1835, p=,00248 ovos por local. TEM – montante de Teotônio, SAM – montante de Santo Antônio, SAJ – Jusante de Santo Antônio, CUI – cujubim, JAM – confluência com o rio Jamari, CUN – Confluência com o Paraná do lago Cuniã, MAM – Confluência com o rio Machado, HUM – Humaitá.

COHIDILICIVIBAMA
FLS. 9504
RUB.

EM BRANCO

EM BRANCO

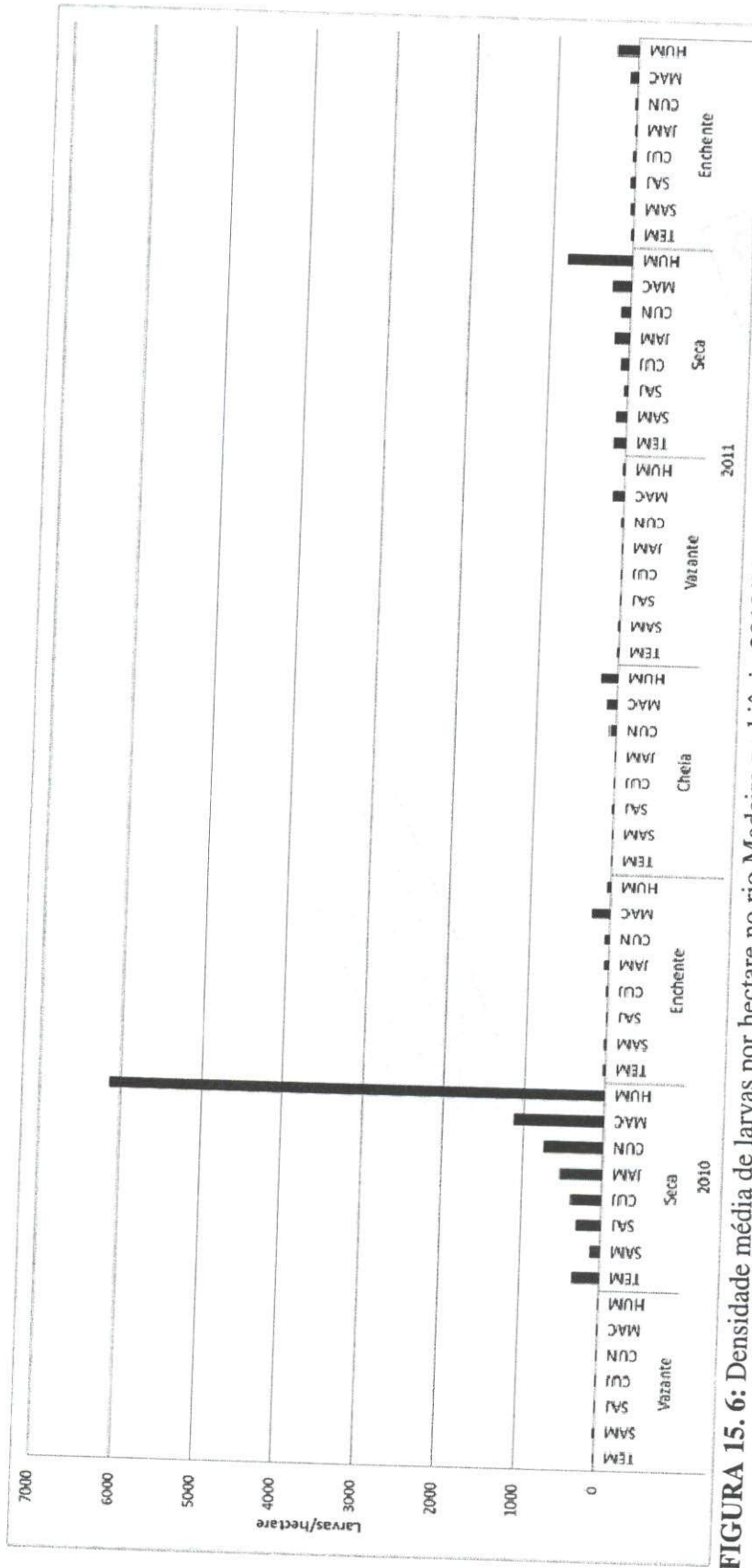


FIGURA 15. 6: Densidade média de larvas por hectare no rio Madeira no biênio 2010/2011 considerando-se períodos hidrológicos e locais de captura. ANOVA (F(7, 323)=2,5040, p=,01616) entre locais e (F(1, 329)=2,0856, p=,14965) entre os dois anos. TEM – montante de Teotônio, SAM – montante de Santo Antônio, SAJ – Jusante de Santo Antônio, CUI – Confluência com o rio Jamari, CUN – Confluência com o Paraná do lago Cuni, MAM – Confluência com o rio Machado, HUM

EM BRANCO

EM BRANCO

TABELA 15.1

Densidade (indivíduos/50m³) de larvas das espécies alvos de Characiformes no rio Madeira, de acordo com os períodos hidrológicos por local de captura nos anos de 2010 e 2011..

Espécie	Período	TEM		SAM		SAJ		CUJ		JAM		CUN		MAC		HUM	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
<i>B. amazonicus</i>	Enchente	3,01	3,24	1,44	6,17	2,11	1,38	2,97	1,16	1,83	2,46	2,17	4,35	1,93	1,23	3,01	
	Seca			0,56		0,56	1,36		6,93							1,20	
	Enchente							3,29									
<i>C. macropomum</i>	Enchente	13,80		10,31		28,52		116,92		25,52		20,50		25,04		19,40	
	Cheia	10,55		24,20		10,55		10,78		12,52		18,16		11,16		180,50	
<i>Potamorhina spp.</i>	Enchente									22,76		8,62		0,48		28,61	
	Vazante	0,55															
<i>P. nigricans</i>	Cheia	1,74		1,93		3,11		5,56		7,64		17,40		3,37		93,65	
	Enchente	2,19								14,98		5,64		2,36		51,33	

NOTAS: TEM – montante de Teotônio, SAM – montante de Santo Antônio, SAJ – Jusante de Santo Antônio, CUJ – cujubim, JAM – confluência com o rio Jamari, CUN – Confluência com o Paraná do lago Cuniã, MAM – Confluência com o rio Machado, HUM – Humaitá

283

COHIDILCIVIBAMA
C.FLS. 9506
RUB.

EM BRANCO

EM BRANCO

TABELA 15.2

Densidade (indivíduos/hectare) de larvas das espécies do gênero *Brachyplatystoma* no rio Madeira, nos períodos hidrológicos e por local de captura nos anos de 2010 e 2011.

Período/Espécies	TEM		SAM		SAI		CUI		JAM		CUN		MAC		HUM		
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	
CHEIA																	
<i>B. capapretum</i>																	
<i>B. filamentosum</i>																	
<i>B. vaillantii</i>	4,16						4,19										
ENCHENTE																	
<i>B. capapretum</i>										3,54				6,51			3,99
<i>B. filamentosum</i>	12,88	4,01	7,83	5,59	5,52												
<i>B. platynemum</i>					7,99	3,74	9,01	4,18	5,09	18,69	5,74	5,74		33,42	12,98		
<i>B. rousseauxii</i>														20,54	46,51		
<i>B. vaillantii</i>	6,77		7,41	4,30	4,26	3,53	-		32,49	4,87				39,71		179,17	40,32
SECA																	
<i>B. capapretum</i>																	
<i>B. filamentosum</i>	5,13				4,95												
<i>B. platynemum</i>	5,18		9,96		9,14				11,07		1,25			8,24			
<i>B. rousseauxii</i>	5,18		4,40		4,90		4,31		9,20		3,33			6,74			
VAZANTE																	
<i>B. capapretum</i>																	
<i>B. filamentosum</i>																	
<i>B. platynemum</i>																	
<i>B. rousseauxii</i>																	
<i>B. vaillantii</i>																	
<i>B. capapretum</i>																	
<i>B. filamentosum</i>																	
<i>B. platynemum</i>																	
<i>B. rousseauxii</i>																	
<i>B. vaillantii</i>																	

NOTAS: TEM – montante de Teotônio, SAM – montante de Santo Antônio, SAJ – Jusante de Santo Antônio, CUI – Confluência com o rio Cuiabá, MAM – Confluência com o rio Machado, HUM – Humaitá.

EM BRANCO

EM BRANCO

15.1.2.2 Atividades Futuras

- Continuidade dos trabalhos de laboratório;
- Continuidade das campanhas de campo, de periodicidade bimestral;
- Continuidade das Campanhas expandidas, de periodicidade semestral;
- Continuação das análises de dados e elaboração de relatórios técnicos;

15.1.3 Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira

15.1.3.1 Situação Atual

As atividades desenvolvidas foram:

- Continuidade do apontamento da pesca nas comunidades;
- Continuidade das campanhas mensais.
- Georeferenciamento dos locais de pesca e conhecimento ecológico local dos pescadores do médio rio Madeira.
- Elaboração de estudo de resiliência socioecológica dos pescadores na área de influência da UHE de Santo Antônio

E como resultados principais destacam-se:

- A atividade pesqueira na área de estudo foi classificada como artesanal de pequena escala. Apesar de multiespecificidade da pesca na região, com aproximadamente 70 espécies sendo comercializadas, apenas sete espécies representam 60% das capturas da produção total. As pescarias realizadas na área de estudo contribuem com apenas 2% da produção total registrada na Amazônia brasileira.
- O número de pescadores, embarcações, os valores de produção e de CPUE foram maiores nas comunidades a jusante. Em todo o trecho estudado, apesar de algumas variações na produção desembarcada, não se observou tendência de aumento ou diminuição da CPUE ao longo do monitoramento e as variações entre os meses são mais fortes do que a variação entre os anos. Mesmo quando comparados os valores de CPUE com o período do EIA-RIMA, não foram observadas tendências de diminuição.
- Diminuições numéricas observadas na produção e CPUE nas localidades de Abunã, Teotônio e Jaci Paraná, concomitante a uma diminuição no número de desembarques e de pescadores registrados, provavelmente estão relacionadas ao fato de que uma grande parcela dos pescadores deixou de pescar para trabalhar na obra de construção dos empreendimentos hidrelétricos ou outros nas proximidades, ou ao fato de que, após reassentamento e indenização fundiária, alguns pescadores estão em processo de reorganização de sua atividade produtiva.

EM BRANCO

EM BRANCO

- Foi realizado levantamento do Conhecimento Ecológico Local e percepção dos pescadores de São Sebastião e Novo Engenho Velho sobre o rio e o reservatório. Foi estimada a resiliência ecológica da pesca.

EM BRANCO

EM BRANCO

245

COMISSÃO DE LICENCIAMENTO
FLS. 9510
RUB.

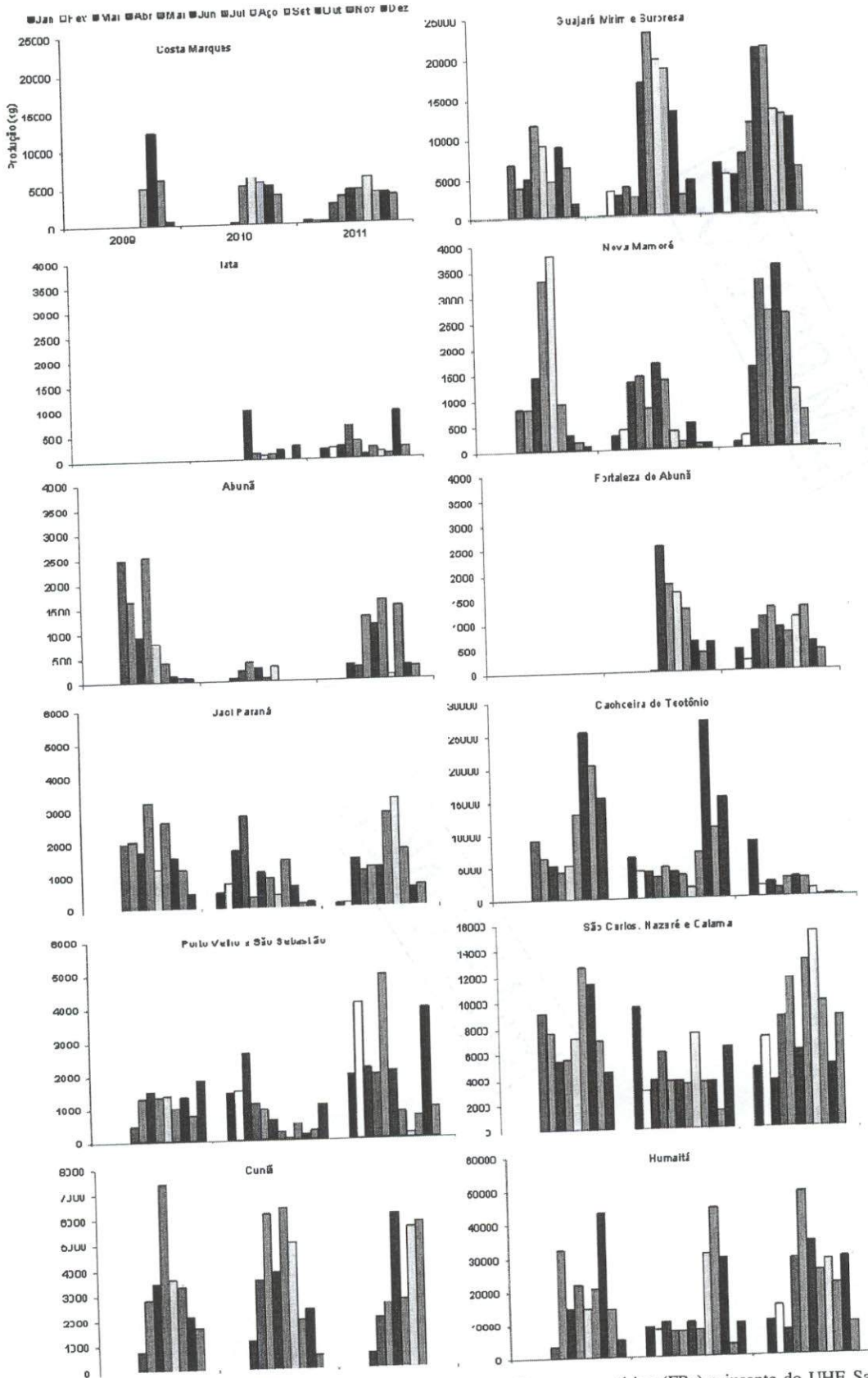


FIGURA 15. 7: Produção (kg) por localidade nas áreas a montante do UHE Jirau, reservatórios (FRs) e jusante do UHE Santo Antônio no período de abril de 2009 a novembro de 2011.

EM BRANCO

EM BRANCO

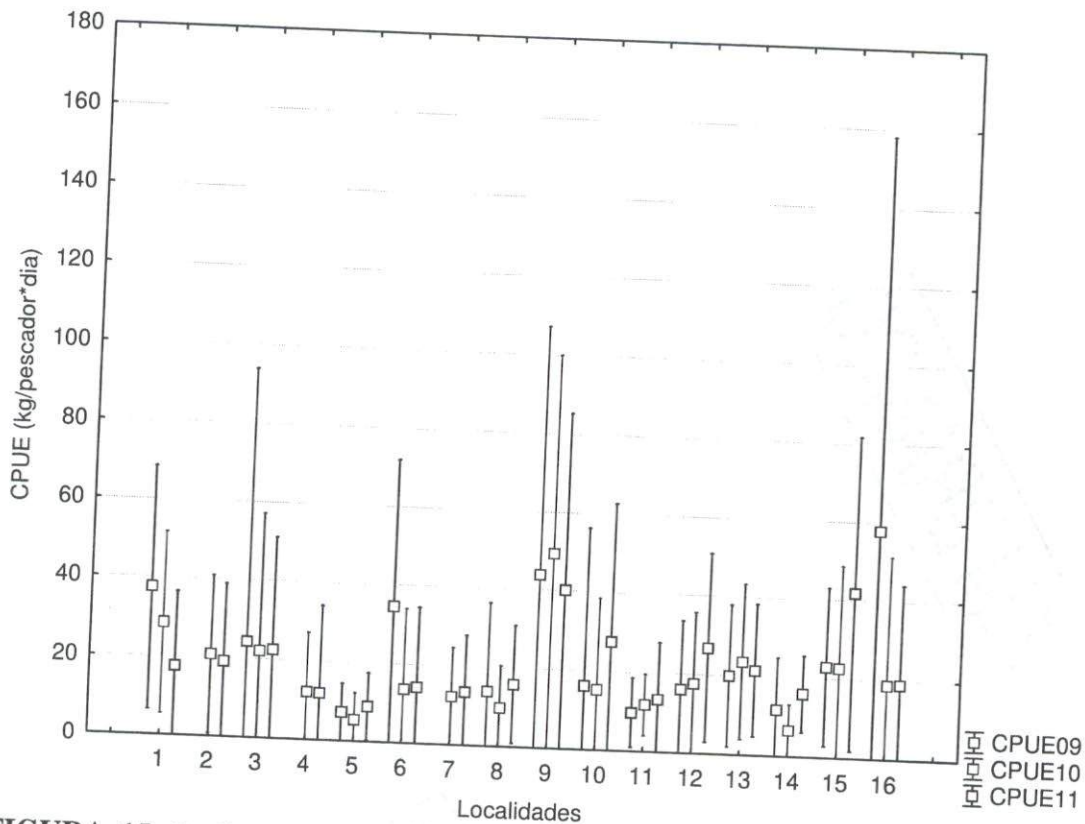


FIGURA 15. 8: Captura por unidade de esforço entre as localidades das áreas montante, reservatório e jusante nos anos de 2009 (abril a dezembro), 2010 (janeiro a dezembro) e 2011 (janeiro a novembro).

NOTAS: Localidades (1- Costa Marques, 2- Surpresa, 3- Guajará-Mirim, 4- Iata, 5- Nova Mamoré, 6- Abunã, 7- Fortaleza do Abunã, 8- Jaci-Paraná, 9- Cachoeira do Teotônio, 10- Porto Velho, 11- São Sebastião, 12- São Carlos, 13- Cuniã, 14- Nazaré, 16- Calama e 16- Humaitá).

15.1.3.2 Atividades Futuras

- Continuidade dos trabalhos de registro diário de desembarques;
- Continuidade das campanhas de campo, de periodicidade mensal;
- Reuniões anuais de retornos de dados à comunidade (maio-jul/2012);
- Continuação das análises de dados e elaboração de relatórios técnicos.

15.1.4 Subprograma de Resgate de Peixes

15.1.4.1 Situação Atual

Atividades:

- Resgate dos peixes recinto do GG4

EM BRANCO

EM BRANCO

- Resgate de peixes nos vãos 1 a 6 e 10 a 16

Resultados principais:

- Resgate de 305 t de peixes no recinto do GG4, finalizado em 14/02/2012
- Resgate de peixes nos vãos 1 a 6 e 10 a 16 do Vertedouro Principal durante obras de instalação de ogivas (TABELA 15.3).

TABELA 15.3
Biomassa de peixes resgatados nos vãos do VTP

Vão do VTP	1	2	3	4	5	6	10	11	12	13	14	16
Biomassa (kg)	10,3	50,9	11,6	113,4	28000,0	4200,0	3400,0	3,5	402,0	53,9	10,3	45,0

15.1.4.2 Atividades Futuras

- Finalização de relatórios técnicos do resgate no recinto do GG4 e vãos do VTP;
- Resgates na sucção das UGs em comissionamento (se necessário);
- Resgates nos 5 vãos faltantes do VTP (maio-jul/2012).

15.1.5 Subprograma de Monitoramento do Sistema de Transposição de Peixes

15.1.5.1 Situação Atual

Atividades:

- Monitoramento telemétrico da passagem de peixes nos vãos do Vertedouro Principal (VTP)
- Transposição Manual Seletiva de Peixes
- Coletas de peixes no STP
- Avaliação da presença de peixes no STP e da saída destes para o reservatório com auxílio de ecossonda (DIDSON)
- Instalação de bases radio-telemétricas e início do monitoramento

Resultados principais:

- Durante trabalhos de transposição manual seletiva de peixes, realizada do desvio do rio ao início do funcionamento do STP, 2921 espécimes de 18 espécies foram marcados com marcas hidrostáticas (LEA) e transpostos, incluindo 21 douradas (*B. rousseauxii*) e 04 babões (*B. platynemum*). Espécimes de piramutaba (*B. vailantii*) foram marcados, mas soltos a jusante.
- Além dos 120 indivíduos marcados com radiotransmissores durante estudo de viabilidade da metodologia, mais 20 indivíduos foram marcados durante estudo de

EM BRANCO

EM BRANCO

passagem pelo VTP. Havia ao menos 26 indivíduos marcados com radiotransmissores imediatamente a jusante da barragem quando do término do experimento de passagem de peixes pelo VTP. Esses indivíduos poderão ser detectados pelas antenas do STP se vierem a subir pela passagem. Para 2012 está prevista a marcação de pelo menos mais 80 indivíduos.

- Durante desvio do rio foi registrada passagem de 05 indivíduos pelos vãos do VTP: 03 surubins (*Pseudoplatystoma punctifer*), 01 jaú (*Zhungaro zhungaro*) e 01 babão-zebra (*Brachyplatystoma tigrinum*).
- Peixes foram avistados no STP desde os primeiros dias de sua operação. Em janeiro de 2012 iniciou-se a observação com ecossonda (DIDSON) e amostragens não-padronizadas no interior do sistema. Peixes foram observados em abundância nas imagens do DIDSON e foi observada a saída destes para o reservatório (FIGURA 15.9). Amostragens com tarrafas, embora pouco eficientes na captura (n=81), registraram 12 espécies de peixes até o momento (QUADRO 15.3)

QUADRO 15.3

Espécies capturadas no STP da Ilha do Presídio com auxílio de tarrafas em coletas não padronizadas de janeiro a março de 2012.

Espécies	
<i>Brachyplatystoma vailantii</i>	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>
<i>Calophysus macropterus</i>	<i>Raphiodon vulpinus</i>
<i>Lithodoras dorsalis</i>	<i>Sorubim lima</i>
<i>Pimelodina flavipinnis</i>	<i>Sorubimichthys planiceps</i>
<i>Pimelodus blochii</i>	<i>Pinirampus pirinampu</i>
<i>Pirinampus pirinampu</i>	<i>Prochilodus nigricans</i>

EM BRANCO

EM BRANCO

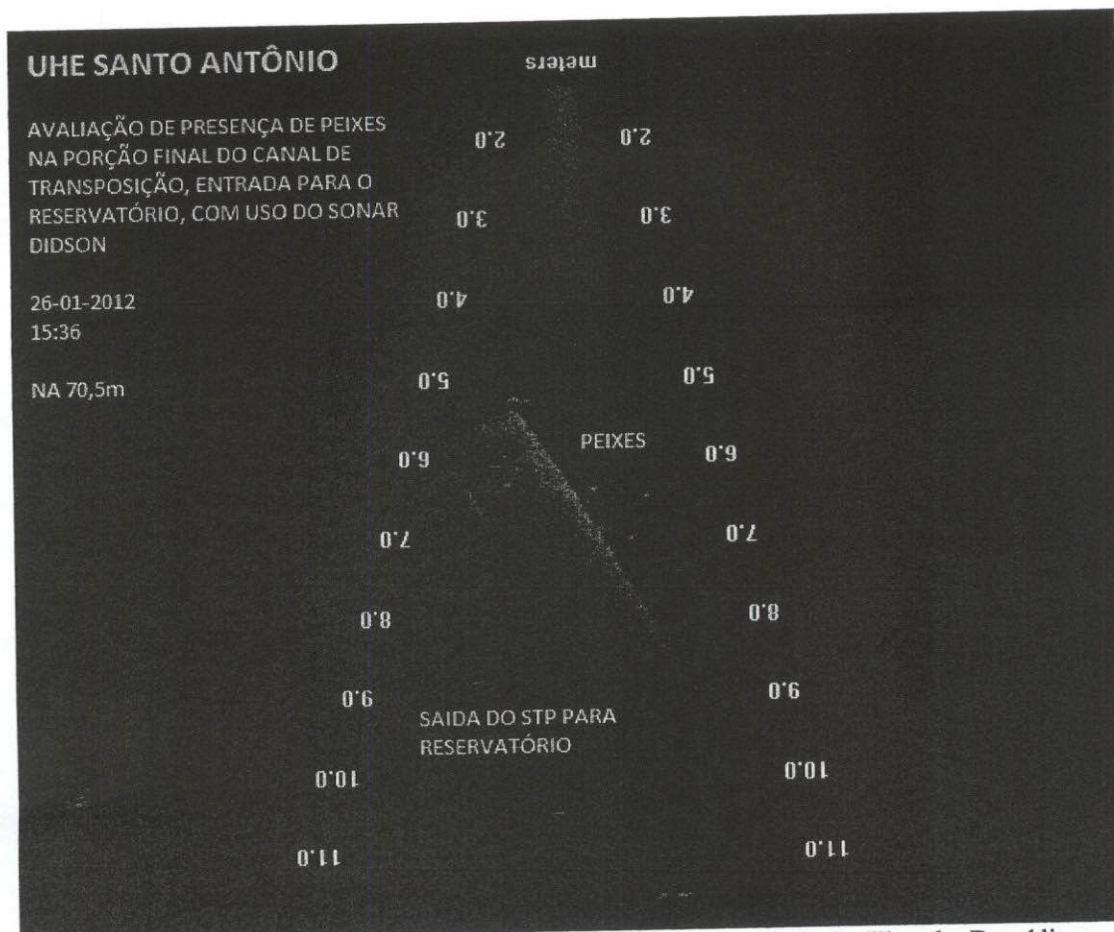


FIGURA 15. 9: Imagem obtida com DIDSON da saída do STP da Ilha do Presídio para o reservatório mostrando peixes deixando a passagem para o corpo do reservatório

15.1.5.2 Atividades Futuras

- Continuidade do monitoramento do STP com amostragens e Ecosonda;
- Instalação de bases telemétricas ao longo da barragem e de uma 3ª base no STP (em complemento às existentes) (abr/2012);
- Campanha de marcação de peixes migradores de 2012 (abr-jun/2012);
- Campanhas mensais de monitoramento telemétrico móvel a jusante e montante da barragem;
- Download e análise de dados das bases telemétricas feito mensalmente;
- Produção de relatórios.

EM BRANCO

EM BRANCO

15.1.6 Subprograma de Genética de Peixes

15.1.6.1 Situação Atual

As atividades realizadas no período foram:

- Finalização da coleta de material genético de Characiformes em campo;
- Continuidade das atividades de laboratório.

Os resultados obtidos para o babão (*B. platynemum*) mostram uma clara estruturação genética entre as localidades da calha e o rio Madeira. No entanto, não foi observada redução da variabilidade genética no sentido leste oeste que possa ser associado a um comportamento de *homing*. Esse resultado é evidência de que o estoque do Madeira constitui uma única população para a espécie, que se distribui a montante e jusante da zona de corredeiras, e que este está separado dos demais

15.1.6.2 Atividades Futuras

- Finalização das análises laboratoriais;
- Entrega do relatório final do Subprograma (maio-jun/2012);

15.1.7 Centro de Conservação e Pesquisa de Peixes Migradores - CPM

15.1.7.1 Situação Atual

O cronograma de atividades e instalação do CPM foi encaminhado ao IBAMA por meio da correspondência SAE/PVH 1159/2011, protocolada sob o nº 02001.054496/2011-18.

A SAE protocolou, também, junto a este Instituto a correspondência SAE/PVH 0242/2012, sob número 02001.018646/2012-19 em 09/04/2012, a solicitação de reunião para apresentação e discussão do cronograma de atividades de pesquisa para desenvolvimento da reprodução de dourada e outras espécies migradoras eventualmente prejudicadas pelo barramento.

15.1.8 Acompanhamento Ambiental das Atividades de Comissionamento das Unidades Geradoras

15.1.8.1 Situação Atual

As atividades realizadas compreenderam:

- Acompanhamento das atividades de montagem e testes das Unidades Geradoras (UG) 01 e 04;

EM BRANCO

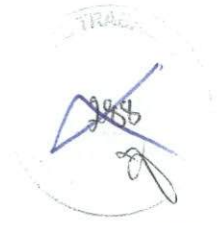
EM BRANCO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

em defesa da sociedade

Grupo de Trabalho Operacional das Promotorias Cíveis
e da Tutela Coletiva



2º RELATÓRIO

EM BRANCO

EM BRANCO

15 SEÇÃO 16 – PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA ICTIOFAUNA

15.1 Situação Atual

Em atendimento à condicionante 2.1 da Licença de Operação N° 1044/2011, o Programa de Conservação da Ictiofauna - PCI continua em execução. O andamento dos Subprogramas e atividades desenvolvidas no âmbito do Programa é apresentado nos subitens abaixo.

No **QUADRO 15.1** estão relacionados os Anexos do presente relatório relativos ao PCI.

QUADRO 15.1
Anexos do Programa de Conservação da Ictiofauna

Documento	Número do Anexo
Relatório Técnico do Programa de Monitoramento e Conservação de Ictiofauna – Pós-enchimento 1 – Maio/2012	15.1
Relatório Final - Genética de Populações de Peixes do Madeira	15.2
Relatórios Ocorrência de Peixes no STP (março a julho de 2012)	15.3
Relatórios Monitoramento Radiotelemétrico STP (01 a 04)	15.4

As correspondências encaminhadas ao IBAMA no período, e que tratam de assuntos do PCI, são apresentadas no **QUADRO 15.2**.

QUADRO 15.2
Correspondências referentes ao Programa de Conservação da Ictiofauna encaminhadas ao IBAMA de abril a agosto de 2012.

Correspondência SAE/PVH N°	Assunto Ref.	Protocolo IBAMA
0242/2012	Solicitação de reunião para apresentação do cronograma de atividades da pesquisa da reprodução de dourada e outras espécies migradoras, eventualmente impedidas de transposição do barramento da UHE Santo Antônio e Instrução Técnica para o Monitoramento de Fauna e Ictiofauna	09/04/2012
0292/2012	Encaminhamento de “Parecer sobre níveis de tolerância dos peixes aos diferentes níveis de Oxigênio Dissolvido”, elaborado pelo Prof. Dr. Roosevelt Galdino Leite	26/04/2012
0335/2012	Solicitação de autorização de coleta de peixes	11/05/2012
0316/2012	Envio do 1º Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais após a Emissão da Licença de Operação - LO	04/05/2012
0286/2012	Envio do Relatório Final de Ocorrência ambiental Envolvendo Peixes durante manobras de comporta do Vertedouro Complementar	23/04/2012
0417/2012	Atendimento ao Ofício n° 307/2012/CGENE/DILIC/IBAMA	28/05/2012
0416/2012	Comunicação de encerramento de atividades de aeração nos igarapés Teotônio, Jatuarana I e Ceará	28/05/2012
050/2012	Propostas de ações preventivas para evitar ocorrência de novos eventos de mortalidade de peixes durante as operações de comporta	15/06/2012
0486/2012	Retificação de informação prestada durante a solicitação de autorização de captura, coleta e transporte de peixes (correspondência 0335/2012)	18/06/2012
0680/2012	S/Ofício 0263/2012/CGENE/DILIC/IBAMA – Sistema de Transposição de Peixes - STP	17/08/2012

EM BRANCO

EM BRANCO

15.1.1 Subprogramas de Ecologia e Biologia e Inventário Taxonômico

15.1.1.1 Situação atual

- Continuidade dos trabalhos de laboratório;
- Tombamento de material na coleção da UNIR;
- Realização da 27^a, 28^a, 29^a (abril, junho e agosto de 2012) campanhas de campo;
- Elaboração de relatórios técnicos;
- Acompanhamento das amostragens no STP e identificação dos espécimes.

O Subprograma apresenta como resultados principais:

- Foram coletados, desde início do Programa, 233.645 exemplares de 899 espécies de peixes. Destas, poucas são abundantes (62 espécies tiveram mais de 1.000 exemplares capturados) e a grande maioria é representada por poucos exemplares;
- Há elevada riqueza de espécies de peixes associada à baixa abundância o que ocasiona em alta diversidade em todos os habitats estudados. Esse padrão se manteve nas primeiras amostragens pós represamento, a despeito da variação na composição específica, seja para os peixes de meia-água (amostrados com malhadeiras) (**FIGURA 15. 1**), da região litorânea (rede de cerco) (**FIGURA 15. 2**) e calha do Madeira (arrasto de fundo).

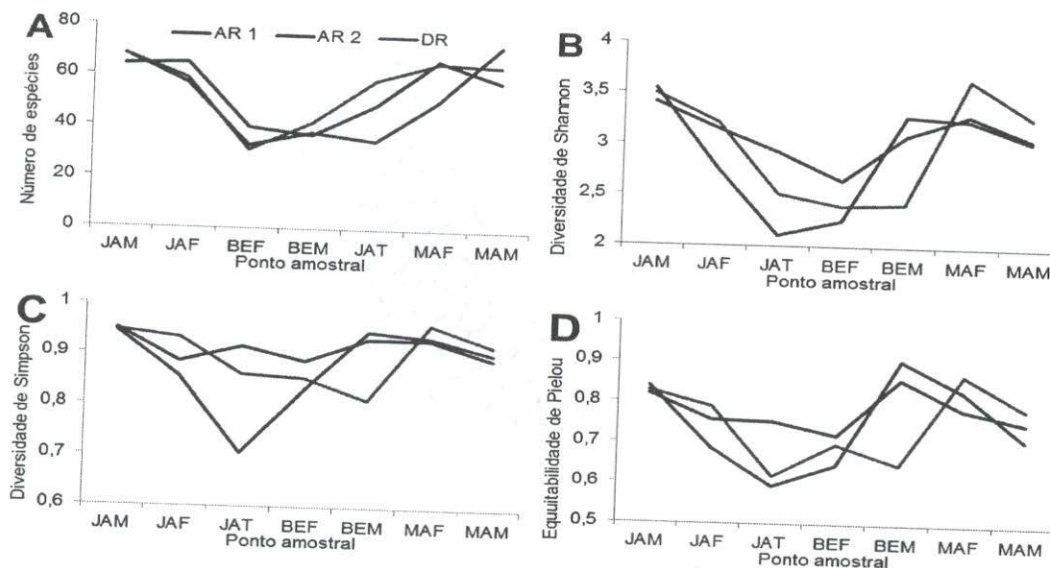


FIGURA 15. 1: Variação espacial de atributos da parcela da comunidade de peixes (A. riqueza; B. índice de diversidade de Shannon; C. índice de diversidade de Simpson; e D. equitabilidade de Pielou) amostrada com malhadeiras no rio Jacyparaná foz (JAF) montante (JAM), igarapé Jatuarana (JAT), igarapé Belmont foz (BEF) e montante(BEM) e rio Machado foz (MAF) e montante (MAM). AR 1=fase pré-reservatório (2009–2010); AR 2=fase pré-reservatório 2010–2011; e DR=fase pós-reservatório (2011–2012).

EM BRANCO

EM BRANCO

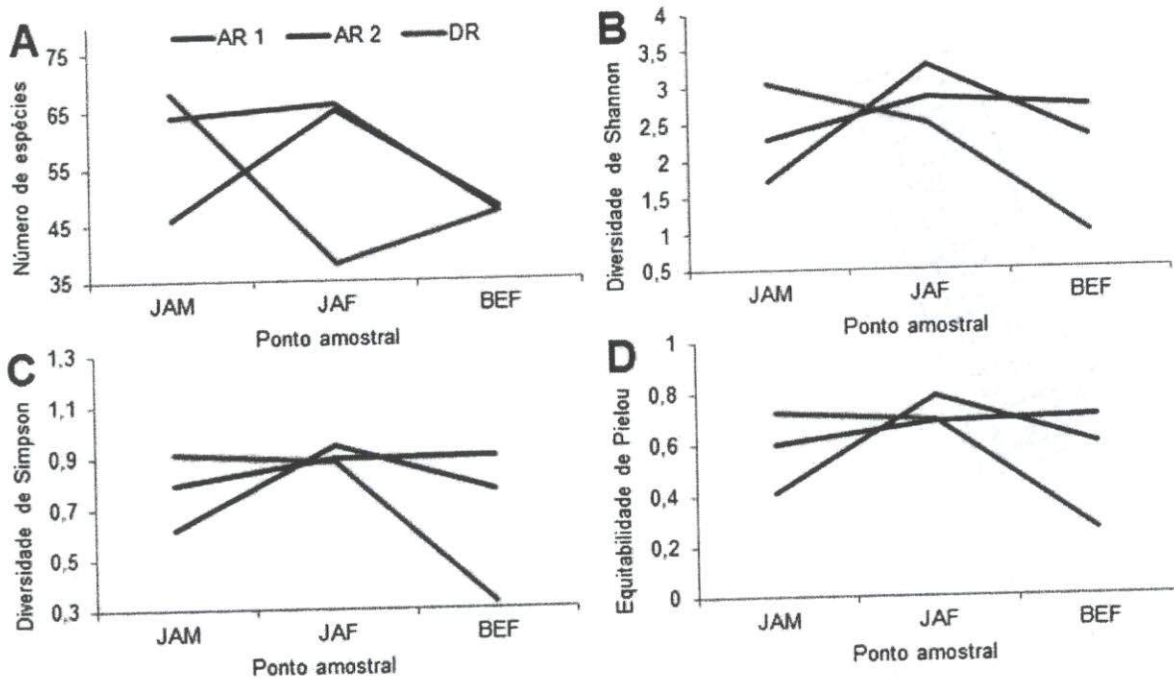


FIGURA 15. 2: Variação espacial de atributos da parcela da comunidade de peixes (A. riqueza; B. índice de diversidade de Shannon; C. índice de diversidade de Simpson; e D. equitabilidade de Pielou) amostrada com rede cerco no rio Jacyparaná foz (JAF) e montante (JAM) e igarapé Belmont foz (BEF). AR 1=fase pré-reservatório (2009–2010); AR 2=fase pré-reservatório 2010–2011; e DR=fase pós-reservatório (2011–2012).

- O padrão longitudinal de abundância auferida com malhadeiras se manteve semelhante aos anos anteriores, à exceção do ponto no igarapé Jatuarana no corpo do reservatório, onde se obteve rendimentos numericamente bastante superiores aos anos anteriores (**FIGURA 15. 3**), principalmente em função da grande abundância de *Potamorhina latior*, *Triportheus angulatus*, *P. rutiloides* e *Brycon amazonicus*, sendo a última representada apenas por juvenis;
- Para amostragens com redes de cerco, os rendimentos das capturas em todos os pontos foram menores que o rendimento médio dos períodos anteriores (**FIGURA 15. 4**). Contudo, é preciso considerar que a amostragem conduzida no período só contemplou meses de cheia, quando rendimentos da rede de cerco são naturalmente menores uma vez que os peixes se encontram mais dispersos em meio à planície de inundação.

EM BRANCO

EM BRANCO

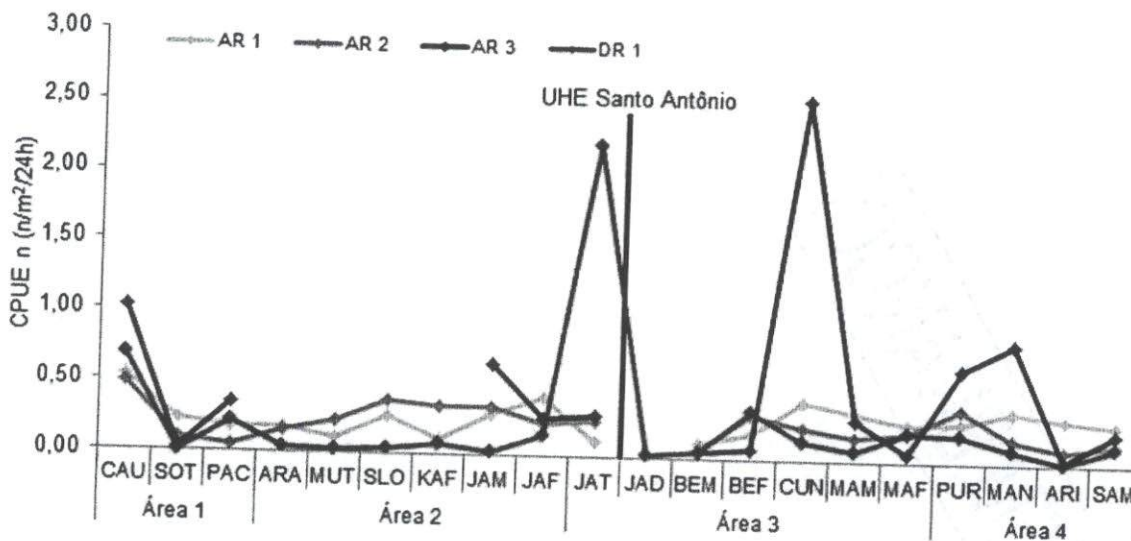


FIGURA 15. 3: Captura por Unidade de Esforço para número de exemplares (CPUE n) por local de coleta com capturas com malhadeira nas áreas 1, 2, 3 e 4 do rio Madeira, AR 1 (antes da formação do reservatório – 3 coletas), AR 2 (antes da formação do reservatório – 2 coletas), AR 3 (antes da formação do reservatório – 1 coleta) e DR 1 (depois da formação do reservatório – 1 coleta).

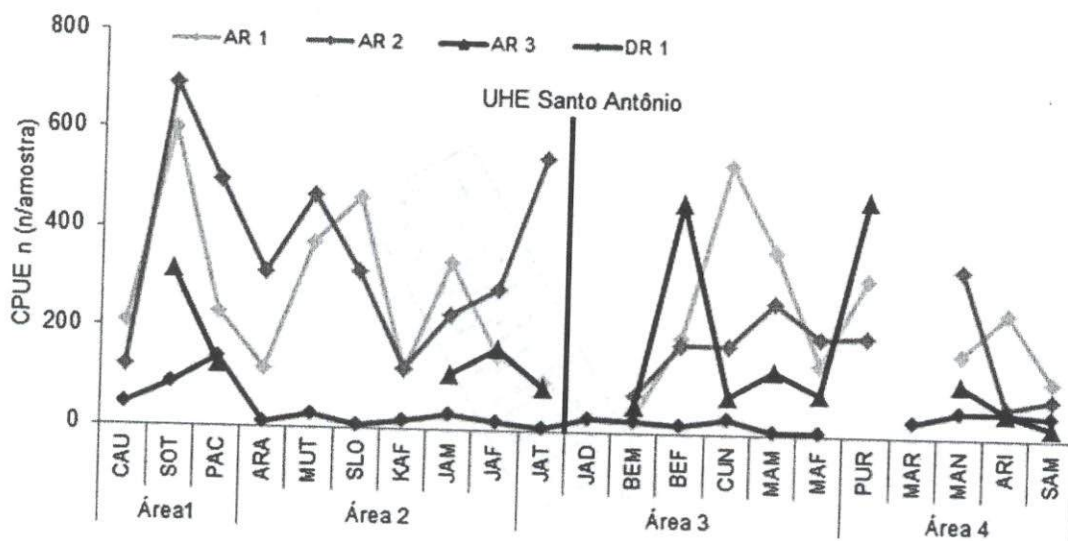


FIGURA 15. 4: Captura por Unidade de Esforço para número de exemplares (CPUE n) por local de coleta com capturas com rede de cerco nas áreas 1, 2, 3 e 4 do rio Madeira, AR 1 (antes da formação do reservatório – 3 coletas), AR 2 (antes da formação do reservatório – 2 coletas), AR 3 (antes da formação do reservatório – 1 coleta) e DR 1 (depois da formação do reservatório – 1 coleta)

EM BRANCO

EM BRANCO

- A composição da assembleia de peixes foi mais similar em áreas mais próximas;
- As espécies mais abundantes nas amostragens com malhadeiras antes e após o represamento são dadas na TABELA 15. 1.

TABELA 15. 1

Valores de abundância relativa (CPUE em exemplares/m²/24h) das espécies capturadas na pesca experimental com malhadeiras para as espécies que apresentaram capturas maiores que 0,01 exemplares/m²/24h a montante e jusante da cachoeira Teotônio.

Espécie	Jusante UHE Santo Antônio				Montante UHE Santo Antônio			
	AR 1	AR 2	AR 3	DR 1	AR 1	AR 2	AR 3	DR 1
<i>Mylossoma duriventre</i>	0,036	0,023	0,010	0,004	0,001	0,012	0,003	0,004
<i>Potamorhina latior</i>	0,027	0,033	0,053	0,036	0,009	0,021	0,043	0,137
<i>Triportheus angulatus</i>	0,017	0,018	0,022	0,016	0,005	0,014	0,014	0,126
<i>Potamorhina altamazonica</i>	0,013	0,013	0,027	0,009	0,002	0,011	0,022	0,009
<i>Auchenipterichthys thoracatus</i>	0,009	0,000	0,001	0,000	0,054	0,058	0,070	0,047
<i>Serrasalmus rhombeus</i>	0,007	0,004	0,019	0,009	0,005	0,005	0,025	0,029
<i>Pimelodus aff. blochii</i>	0,006	0,014	0,011	0,005	0,002	0,016	0,005	0,003
<i>Pygocentrus nattereri</i>	0,006	0,003	0,039	0,003	0,002	0,009	0,009	0,016
<i>Acestrorhynchus microlepis</i>	0,002	0,001	0,005	0,001	0,010	0,034	0,038	0,011
<i>Acestrorhynchus falcirostris</i>	0,002	0,002	0,001	0,002	0,004	0,023	0,047	0,014
<i>Psectrogaster rutiloides</i>	0,006	0,010	0,023	0,011	0,001	0,005	0,026	0,085
<i>Psectrogaster amazonica</i>	0,006	0,003	0,005	0,005	0,005	0,008	0,014	0,012
<i>Schizodon fasciatus</i>	0,006	0,007	0,011	0,002	0,002	0,005	0,009	0,003
<i>Triportheus albus</i>	0,006	0,005	0,007	0,002	0,002	0,003	0,016	0,019
<i>Prochilodus nigricans</i>	0,005	0,005	0,005	0,005	0,004	0,017	0,011	0,007

NOTAS: AR 1 (antes da formação do reservatório – 12 coletas), AR 2 (antes da formação do reservatório – 6 coletas), AR 3 (antes da formação do reservatório – 3 coletas) e DR 1 (depois da formação do reservatório – 5 coletas).

- A Equipe do Laboratório de Ictiologia e Pesca da Universidade Federal de Rondônia (LIP/UNIR) realizou coletas em agosto de 2011 e março de 2012 em pontos localizados fora da Malha Amostrável definida no âmbito do Programa de Conservação de Ictiofauna da Santo Antônio Energia. O primeiro destes pontos localiza-se a montante da área do reservatório, no rio São Miguel, sub-bacia do Guaporé, e o segundo na antiga microbacia do igarapé Teotônio, na área do reservatório. Este último corresponde ao local previamente ocupado por uma Estação de Piscicultura devidamente desativada e sanitizada pela SAE, no período de 26/11 a 21 de dezembro de 2011. Na região do Guaporé foram capturados 08 espécimes de tilápia-do-Nilo (*Oreochromis niloticus*) e na região do igarapé Teotônio foram capturados 05 indivíduos da mesma espécie. Tais ocorrências foram comunicadas à SAE em julho de 2012, e são, atualmente, objeto de avaliação por parte da equipe técnica responsável.

EM BRANCO

EM BRANCO

15.1.1.2 Atividades Futuras

As atividades a serem realizadas são a continuidade:

- dos trabalhos de laboratório;
- das campanhas de campo, de periodicidade bimestral;
- das campanhas expandidas, de periodicidade semestral;
- das análises de dados e elaboração de relatórios técnicos.

15.1.2 Subprograma de Ictioplâncton

15.1.2.1 Situação Atual

As atividades desenvolvidas durante o período deste relatório compreenderam:

- Triagem e identificação de larvas de peixes coletadas em campo;
- Análises estatísticas para verificar distribuição espacial e temporal de larvas de peixe no canal do rio Madeira;
- Análise da distribuição espaço-temporal e da abundância de larvas de espécies de interesse comercial (espécies-chave);
- Elaboração de relatórios;
- Modelagem numérica da deriva e passagem de ovos, larvas e juvenis pelas turbinas. A modelagem encontra-se em processo de validação junto aos consultores dos PCI e outros especialistas da área para apresentação ao IBAMA.

E como resultados principais, destacam-se:

- A densidade de larvas por volume (rede de ictioplâncton) e por área (rede de arrasto de fundo) aumentou de montante a jusante até a região de Morrinhos, foi menor nos trechos próximos à barragem e voltou a crescer em direção a jusante, atingindo maiores valores próximos a Humaitá. Esse padrão ressalta a diferença na procedência do ictioplâncton nos diferentes trechos do Madeira, conforme destacado no relatório anterior, a saber:
 - No trecho a montante e imediatamente a jusante a assembleia do ictioplâncton é originária de áreas de desova a montante do barramento e imediatamente a jusante deste e sua abundância decresce em função de mortalidade natural das larvas e ovos e de recrutamento dos indivíduos para estoques adultos. Menores valores nas imediações da barragem podem ser explicados por maiores volumes de água num só trecho, resultando em menor adensamento dos indivíduos no ambiente;
 - No trecho a jusante após a Volta Grande, a assembleia é composta de principalmente de indivíduos oriundos de áreas de desova próximas, principalmente tributários, embora possa conter indivíduos de algumas espécies vindos da montante do barramento. Essas áreas ocorrem ao longo do trecho de

EM BRANCO

EM BRANCO



modo que a abundância aumenta em sentido jusante, conforme novas áreas passam a contribuir com indivíduos;

- A hipótese de que falta de tributários de maior porte ou de corredeiras no trecho entre o barramento e o rio Jamary, após a Volta Grande, é apresentada como explicação para a descontinuidade e dissimilaridade entre as assembleias de ictioplâncton encontradas nos dois trechos, conforme descrito acima;
- A densidade de larvas por volume e por área diminuiu ao longo dos meses amostrados (março-maio, “vazante”) em função do fim do período reprodutivo da maioria das espécies (**FIGURA 15. 5** e **FIGURA 15. 6**), mas se manteve dentro dos níveis observados nos períodos anteriores;

EM BRANCO

EM BRANCO

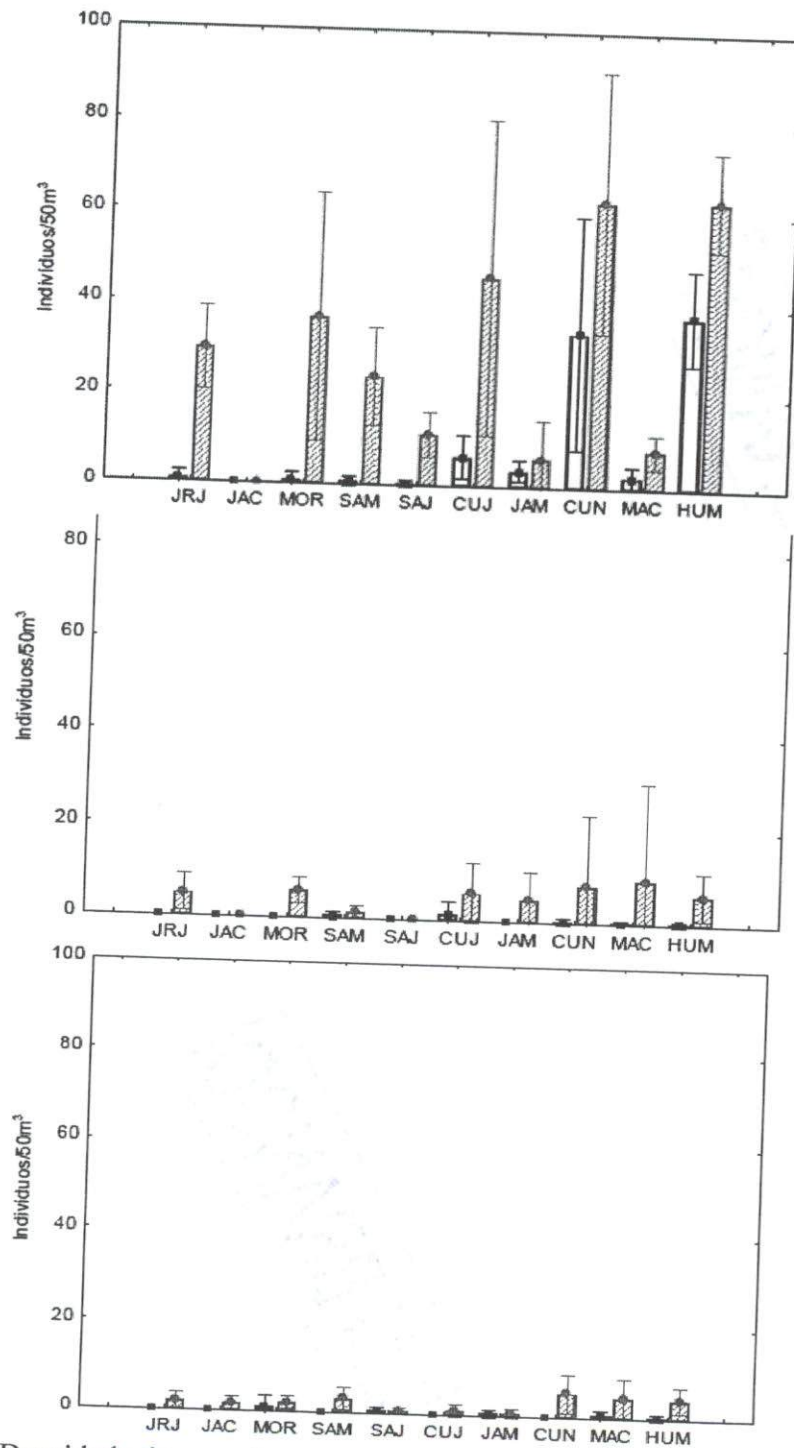


FIGURA 15. 5: Densidade de ovos (barras negras vazadas) e larvas (barras cinza tracejadas) na área de influência da UHE Santo Antônio coletadas no mês de março (acima), abril (meio) e maio (abaixo) de 2012 com rede de ictioplâncton. Os pontos e as linhas das barras indicam a média e o desvio padrão.

EM BRANCO

EM BRANCO

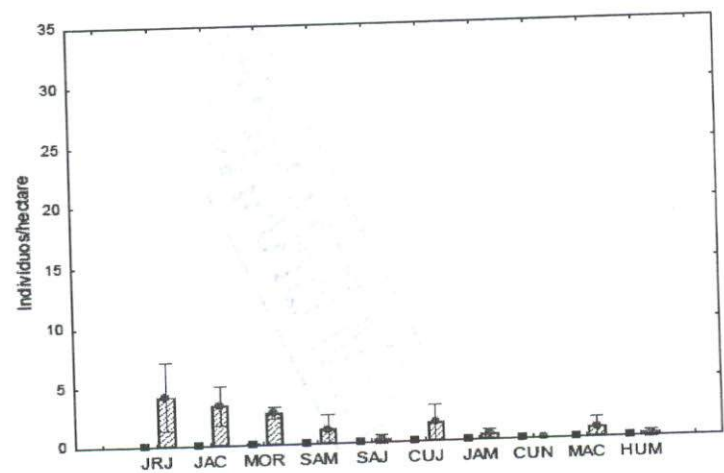
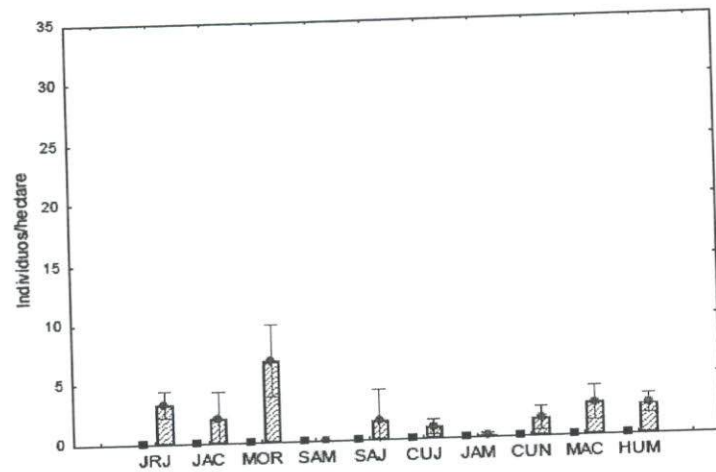
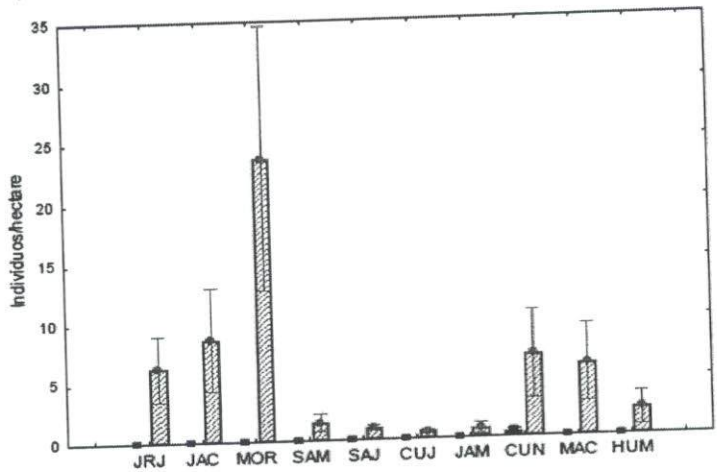


FIGURA 15. 6: Densidade de ovos (barras negras vazadas) e larvas (barras cinza tracejadas) na área de influência da UHE Santo Antônio coletadas no mês de março (acima), abril (meio) e maio (abaixo) de 2012 com rede de arrasto de fundo. Os pontos e as linhas das barras indicam a média e o desvio padrão.

EM BRANCO

EM BRANCO

15.1.2.2 Atividades Futuras

- Continuidade dos trabalhos de laboratório;
- Continuidade das campanhas de campo;
- Continuação das análises de dados e elaboração de relatórios técnicos;
- Finalização da Modelagem Numérica da Passagem de Ovos e Larvas pelas Turbinas da UHE Santo Antônio.

15.1.3 Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira

15.1.3.1 Situação Atual

As atividades desenvolvidas foram:

- Continuidade do apontamento da pesca nas comunidades;
- Continuidade das campanhas mensais;
- Continuidade do Registro Familiar da Pesca;
- Reuniões anuais de retorno de dados às comunidades.

E como resultados principais, destacam-se:

- Após refinamento de dados históricos recentes sobre desembarque pesqueiro no flutuante do Cai N'Água, foi possível observar de diminuição da produção nos anos que antecederam o início das obras da UHE Santo Antônio. A despeito disso e das várias lacunas nos dados, é constatado que desde início das obras, a produção desembarcada manteve-se dentro da mesma ordem de magnitude (**FIGURA 15. 7**).

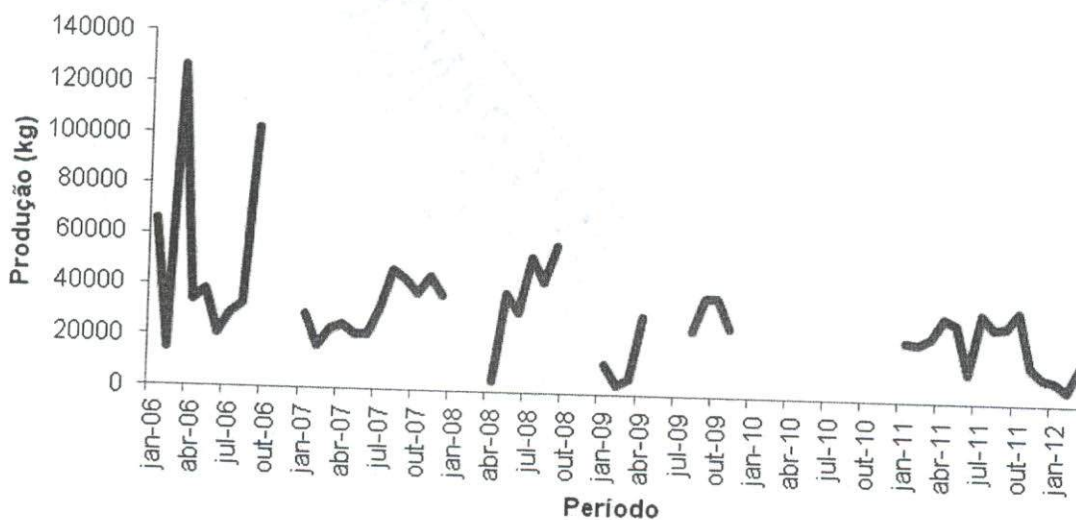


FIGURA 15. 7: Produção pesqueira desembarcada no flutuante da colônia Colônia Z-1 dos anos de 2006, 2007, 2008, 2009, 2011 e 2012.

EM BRANCO

EM BRANCO

- Com exceção da Vila (Nova) do Teotônio, onde a pesca passou por profunda transformação com o afogamento da cachoeira de mesmo nome, não se observou diminuição da abundância relativa de pescado (CPUE) nas comunidades do reservatório e imediatamente a jusante (TABELA 15. 2).
- A julgar pela manutenção da CPUE nas demais localidades, assume-se a hipótese de que queda observada em Teotônio é causada principalmente pelo desaparecimento da cachoeira de mesmo nome, mas também pelo fato de que os pescadores locais não têm saído para pescar e/ou não tem anotado a produção desembarcada, conforme atestado pelo número de registros (N) quase 10 vezes menor em DR1 do que os obtidos em AR1.

TABELA 15. 2

Abundância relativa do pescado (CPUE) desembarcado nas comunidades do reservatório da UHE Santo Antônio e imediatamente a jusante ao longo dos diferentes anos do monitoramento

Localidade	CPUE	AR1	AR2	DR1
Jacy-Paraná	Média	13	10	12
	Desvio padrão	20,25	11,15	11,29
	Mediana	7	7	9
	N	401	210	155
Vila (Nova) do Teotônio	Média	55	62	11
	Desvio padrão	81,62	68,41	13,54
	Mediana	30	41	6
	N	1589	844	162
São Sebastião e Novo Engenho Velho	Média	12	14	15
	Desvio padrão	9,79	10,59	20,44
	Mediana	10	12	9
	N	284	297	429

NOTAS: (A.R. Ano 1=abril/2009 a março/2010; A.R. Ano 2=abril/2010 a março/2011; D.R. Ano 1=setembro/2011 a maio/2012).

A composição específica dos desembarques em Teotônio sofreu alteração após formação do reservatório. A despeito das 03 principais espécies (barba-chata, piramutaba e jau) se manterem as mesmas, espécies tipicamente pescadas em igarapés e remansos (traíra e jatuarana) aparecem pela primeira vez entre as mais desembarcadas (FIGURA 15. 8)

EM BRANCO

EM BRANCO

CO

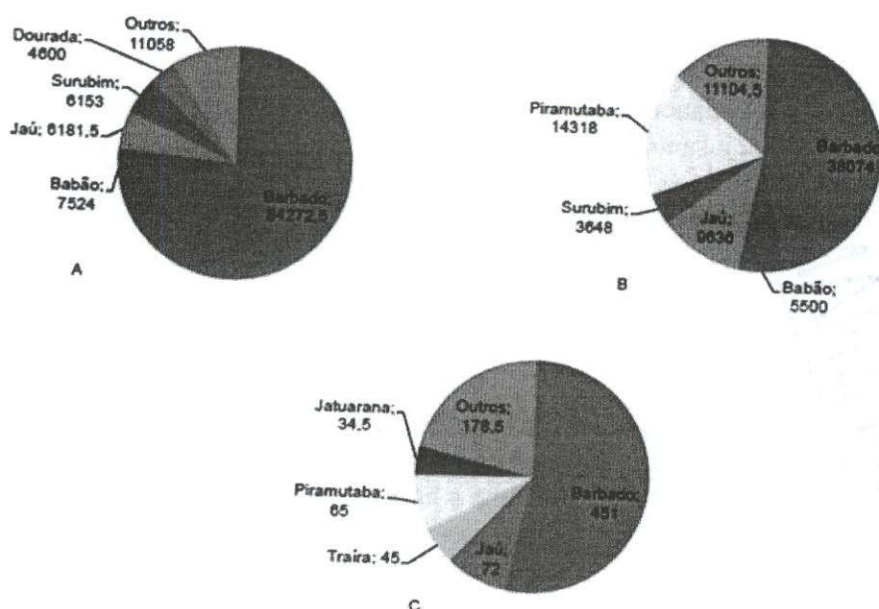


FIGURA 15. 8: Principais espécies desembarcadas na Vila (Nova) do Teotônio em nos dois anos de monitoramento pré-represamento (A e B) e nos meses após o barramento (C) até Maio/2012. Os números indicam a produção em kg.

15.1.3.2 Atividades Futuras

- Continuidade dos trabalhos de registro diário de desembarques;
- Continuidade das campanhas de campo, de periodicidade mensal;
- Continuação das análises de dados e elaboração de relatórios técnicos.

15.1.4 Subprograma de Resgate de Peixes

15.1.4.1 Situação Atual

Atividades:

- Acompanhamento ambiental do comissionamento de turbinas do GG1;
- Vistoria de áreas a jusante em busca de peixes eventualmente feridos ou mortos em decorrência de testes nas turbinas;
- Resgate dos peixes nas Unidades Geradoras 1 a 4 durante as paradas para inspeção;
- Condução e resgate de peixes na área do Igapó Engenho Velho;
- Resgate de peixes nos vãos do VTP.

O acompanhamento ambiental ocorreu durante as fases de planejamento e execução dos testes em cada Unidade Geradora - UG e após cada teste. As atividades incluíram reuniões com engenheiros responsáveis, palestras de orientação sobre riscos ambientais aos engenheiros e técnicos, observações *in situ* antes e durante testes, e vistorias no local e a jusante após estes. A cada atividade executada pela equipe de engenharia era feita coordenação com a equipe de

EM BRANCO

EM BRANCO

acompanhamento ambiental. Após o ciclo de testes ou quando ocorria alguma falha, a sucção da UG era drenada para inspeção pelos engenheiros. Nesses momentos, foi necessário resgatar os peixes que adentraram antes do fechamento das comportas. Durante a descida das comportas *stop log*, até que fosse possível adentrar na sucção para o resgate, o oxigênio dissolvido foi monitorado para que, em caso de necessidade, fosse injetado ar através do sistema de desarenação. Os peixes foram, a cada drenagem, resgatados todos e liberados com aspecto saudável a jusante.

Os dados dos resgates nas UG no período de abrangência do presente relatório estão em processo de consolidação e serão apresentados futuramente. Cabe ressaltar, contudo, que em função do alinhamento entre equipes de engenharia e meio ambiente, a adoção do fechamento da comporta vagão (da jusante) imediatamente após o fim do teste como medida padrão fez com que a quantidade de peixes retidos na sucção diminuísse de poucas toneladas (certa de 2000 kg no primeiro teste em DEZ/2011) para uma média de poucas centenas de quilogramas.

A área do igapó Engenho Velho está em processo de dragagem. Ainda assim, há trechos de terra onde, com a diminuição do nível do rio nas épocas de vazante e seca, há formação de poças com aprisionamento de peixes. Em decorrência disso, as áreas foram vistoriadas de duas a três vezes por semana e canais foram escavados para que os peixes pudessem retornar ao canal do rio. Apenas em caso de poças muito isoladas foi realizado resgate dos peixes com soltura no canal do rio.

Dado que as atividades de acompanhamento e resgate no igapó e nos vãos dos vertedouros ainda estão em curso, a consolidação de relatório técnico se dará em data futura, de modo que o mesmo será apresentado no próximo relatório de andamento dos Programas Ambientais.

15.1.4.2 Atividades Futuras

- Finalização de relatórios técnicos do resgate no recinto do GG4 e vãos do VTP;
- Resgates na sucção das UG em comissionamento;
- Resgate nas UG em operação nas paradas para manutenção;
- Participação nas reuniões e continuidade na orientação das equipes de engenharia para prevenção de ocorrências ambientais durante comissionamento e operação das turbinas.
- Resgates nos vãos faltantes do VTP (set-nov/2012).

15.1.5 Subprograma de Monitoramento do Sistema de Transposição de Peixes

15.1.5.1 Situação Atual

Atividades:

- Monitoramento telemétrico da passagem de peixes nos vãos do Vertedouro Principal (VTP);
- Coletas de peixes no STP;

EM BRANCO

EM BRANCO

- Avaliação da presença de peixes no STP e entorno com auxílio de ecossonda (DIDSON).

Resultados principais:

- Ao todo, 21 espécies foram registradas no STP desde janeiro de 2012. Destas, apenas a dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*) foi detectada somente por antenas de radiotelemetria, não sendo coletada nas amostragens. A lista de espécies e os meses em que foram registrados no STP são mostrados no **QUADRO 15.3**;

QUADRO 15.3

Espécies registradas no STP da UHE Santo Antônio, na ilha do Presídio, e seus meses de ocorrência.

Nome científico	Meses de ocorrência						
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho
<i>Arcanthiscus sp.</i>							
<i>Brachyplatystoma platymerum</i>							
<i>Brachyplatystoma rousseauxii</i>							
<i>Brachyplatystoma vaillantii</i>							
<i>Calophysus macropterus</i>							
<i>Duopalatinus peruanus</i>							
<i>Hemisorubim platyrhynchus</i>							
<i>Hypophthalmus marginatus</i>							
<i>Pimelodina flavippinis</i>							
<i>Pimelodus blochii</i>							
<i>Pinirampus pinirampu</i>							
<i>Platysilurus mucosus</i>							
<i>Prochilodus nigricans</i>							
<i>Pseudostegophilus nemurus</i>							
<i>Pseudoplatystoma punctifer</i>							
<i>Pseudoplatystoma tigrinum</i>							
<i>Pterodoras granulosus</i>							
<i>Rhaphiodon vulpinis</i>							
<i>Sorubim elongatus</i>							
<i>Sorubimichthys planiceps</i>							
<i>Zungaro zungaro</i>							

- Foram marcados 70 peixes das espécies dourada, babão, piraíba e piramutaba (*Brachyplatystoma spp.*) durante a primeira fase de monitoramento do STP. Outros serão marcados nas próximas fases;

EM BRANCO

EM BRANCO



- O número de peixes marcados para a radiotelemetria (incluindo os estudos de viabilidade metodológica, monitoramento de passagem pelo VTP da UHE Santo Antônio e estudos conduzidos pela ESBR, que concordou em trocar base de dados de peixes marcados, uma vez que a tecnologia usada é a mesma) totaliza 229. Destes, 23 foram registrados a jusante da UHE Santo Antônio em 2012 e 09 foram registrados no interior do STP, com primeiro registro em maio/2012. Alguns, como a dourada código 46, realizaram diversas incursões ao STP, por vezes em dias consecutivos, para depois deixar o sistema por jusante. Embora não haja registro de saída por montante dos peixes marcados (outros peixes foram registrados deixando o STP por montante com auxílio do DIDSON desde 23/01/2012), o resultado é evidência de que os peixes foram capazes de encontrar o caminho para o STP, a despeito de apenas uma das entradas estar operando (a outra entrada estará operacional a partir do enchimento de jusante do recinto do GG4, previsto para 2014);
- A rede radiotelemétrica para monitoramento de peixes está completamente instalada no STP e a jusante do Grupo Gerador 01. O monitoramento nestes locais é feito, atualmente, com auxílio de embarcações providas de antenas, utilizadas a montante e jusante do barramento até o limite de distância de 10 km deste. A SAE está aguardando desembaraço aduaneiro dos equipamentos que comporão o restante da rede telemétrica nos demais GG.

15.1.5.2 Atividades Futuras

- Continuidade do monitoramento do STP com amostragens e Ecosonda;
- Instalação de bases telemétricas ao longo da barragem (em complemento às existentes);
- 2ª Campanha de marcação de peixes migradores de 2012 (nov-dez/2012);
- Campanhas mensais de monitoramento telemétrico móvel a jusante e montante da barragem;
- Download e análise de dados das bases telemétricas feito mensalmente;
- Produção de relatórios.

15.1.6 Subprograma de Genética de Peixes

15.1.6.1 Situação Atual

- Os resultados obtidos para o babão (*B. platynemum*) mostram uma clara estruturação genética entre as localidades da calha e o rio Madeira. No entanto, não foi observada redução da variabilidade genética no sentido leste oeste que possa ser associado a um comportamento de *homing*. Esse resultado é evidência de que o estoque do Madeira constitui uma única população para a espécie, que se distribui a montante e jusante da

EM BRANCO

EM BRANCO

zona de corredeiras, e esta população estaria separada da população que se distribui na calha do Amazonas-Solimões e alguns tributários (e.g. Purus);

- Para a piramutaba (*B. vailantii*) e dourada (*B. rousseauxii*) não houve estruturação genética definida, o que evidencia que as espécies estão contidas em populações únicas na bacia na calha do Amazonas-Solimões e nos tributários analisados, incluindo o rio Madeira. Isso aponta para um cenário de panmixia em que cada uma das duas espécies (dourada e a piramutaba) é contida por um único estoque genético que se distribui (e migra) ao longo da Amazônia brasileira. Não foi verificado, dessa forma, comportamento de *homming*;
- Apesar da diferença de valores de diversidade haplotípica entre *Pygocentrus nattereri*, *Potamorhina latior* e em menor grau entre *Moenkausia collettii*, as espécies têm altos níveis de variabilidade genética. Podemos classificá-las como tendo altos valores de diversidade haplotípica e nucleotídica, como espécies com populações estáveis com grandes tamanhos efetivos e fluxo gênico e distribuição geográfica ampla. Espécies com baixa variabilidade genética são aqueles que estão em perigo em sua adaptabilidade a mudanças e adversidades ambientais, o que não parece estar ocorrendo com as espécies de Characiformes estudadas.

15.1.6.2 Atividades Futuras

- Não são previstas atividades futuras para o Subprograma.

15.1.7 Centro de Conservação e Pesquisa de Peixes Migradores - CPM

15.1.7.1 Situação Atual

O cronograma de atividades e instalação do CPM foi apresentado ao IBAMA em 11/05/2012 em reunião realizada em sua sede. O projeto construtivo do Centro de Reprodução de Peixes está em fase final de elaboração e a construção está prevista para iniciar ao final de novembro/2012, com conclusão das obras e completa instrumentalização estimadas em 06 (seis) meses.

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

em defesa da sociedade

Grupo de Trabalho Operacional das Promotorias Cíveis
e da Tutela Coletiva



4º RELATÓRIO

EM BRANCO

EM BRANCO




15 SEÇÃO 16 – PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA ICTIOFAUNA

15.1 Situação Atual

Em atendimento à condicionante 2.1 da Licença de Operação N° 1044/2011, o Programa de Conservação da Ictiofauna - PCI continua em execução. O andamento dos Subprogramas e atividades desenvolvidas no âmbito do Programa é apresentado nos subitens abaixo.

No **QUADRO 15. 1** estão relacionados os Anexos do presente relatório relativos ao PCI.

QUADRO 15. 1

Anexos do Programa de Conservação da Ictiofauna

Documento	Número do Anexo
Relatório Técnico do Programa de Conservação da Ictiofauna do Rio Madeira - Laboratório de Ictiologia e Pesca – UNIR/IEPAGRO - agosto de 2013	15.1
Relatórios do Monitoramento Radiotelemétrico de Peixes no STP	15.2
Relatório de andamento das obras do Laboratório de Reprodução de Peixes	15.3
Bancos de Dados dos Subprogramas Inventário Taxonômico, Ecologia & Biologia, Ictioplâncton e Monitoramento da Atividade Pesqueira	15.4

As correspondências encaminhadas ao IBAMA no período, e que tratam de assuntos do PCI, são apresentadas no **QUADRO 15. 2**.

QUADRO 15. 2

Correspondências referentes ao Programa de Conservação da Ictiofauna encaminhadas ao IBAMA de setembro de 2012 a fevereiro de 2013.

Correspondência SAE/PVH N°	Assunto Ref.	Protocolo IBAMA
0110/2013	Envio de planilhas eletrônicas contendo dados brutos de coleta de biota	08/03/2013
0208/2013	Construção do CPM – atendimento à condicionante 2.29 da Licença de Operação n° 1044/2011	15/04/2013
0216/2013	Atualização da Autorização n° 92/2012 de captura, coleta e transporte de material biológico (resgate de ictiofauna)	22/04/2013
0292/2013	Complementação do 3° relatório semestral pós LO – detalhamento do projeto do Laboratório de Reprodução de Peixes	22/05/2013
0308/2013	Renovação da autorização de coleta de peixes n° 83/2012	07/06/2013
0321/2013	Encaminha tradução dos relatórios sobre modelagens de passagens de peixes pela UHE Santo Antônio	12/06/2013
0407/2013	Solicitação de autorização de resgate de peixes no VTP	18/07/2013
0422/2013	Complementação da solicitação de autorização de resgate de peixes no VTP	25/07/2013

15.1.1 Subprogramas de Ecologia e Biologia e Inventário Taxonômico

15.1.1.1 Situação atual

- Continuidade dos trabalhos de laboratório;

EM BRANCO

EM BRANCO

- Tombamento de material na coleção da UNIR;
- Realização da 32^a, 33^a, 34^a, 35^a (fevereiro, abril, junho e agosto de 2013) campanhas de campo;
- Elaboração de relatórios técnicos;
- Correção e atualização do Banco de Dados;
- Acompanhamento das amostragens no STP e identificação dos espécimes.

Os Subprogramas apresentam como resultados principais:

- Foram coletados, desde início do Programa, 278884 exemplares de 759 espécies de peixes pertencentes a 47 famílias e 13 ordens. Destas, poucas são abundantes (62 espécies tiveram mais de 1.000 exemplares capturados) e a grande maioria é representada por poucos exemplares. Somadas às espécies de ocorrência descrita para a bacia na literatura, mas não coletadas no âmbito do Subprograma, a riqueza registrada é de 1005 espécies somente em território brasileiro.
- A elevada riqueza de espécies de peixes associada à baixa abundância (=baixa dominância) resulta em alta diversidade em todos os habitats estudados. Esse padrão se manteve nas amostragens pós represamento, a despeito da variação na composição específica. As espécies mais abundantes foram *Triportheus angulatus* (N=10653), *Moenkhausia cf. gracilima* (N=9418), *Hemigrammus cf. geisleri* (N=9186) e *Eigenmannia macrops* (N=9039) representando 14,5% da abundância numérica das espécies amostradas.
- O padrão longitudinal de abundância auferida com malhadeiras se manteve semelhante aos anos anteriores, isto é, a abundância média não apresentou diferença significativa (ANOVA; $p > 0,05$) para a maior parte dos pontos (teste *post hoc* de Tukey). Exceção são os pontos na área do reservatório (ver **FIGURA 16.1**):
 - Igarapé Jatuarana, onde houve incremento de abundância em número e biomassa, principalmente pela maior captura de espécies como *Auchenipterichthys coracoideus*, *Anodus elongatus*, *Psectrogaster amazonica*, *Psectrogaster rutiloides* e *Triportheus angulatus*;
 - No rio Jacy Paraná, onde houve incremento significativo somente na abundância em número, com destaque para *Auchenipterichthys thoracatus*; *Anodus elongatus*; *Hemioqus unimaculatus*; e *Potamorhina latior*;
 - Nos pontos RSA, RSM e RSB, situados na porção central da calha nos trechos alto, médio e baixo do reservatório, houve grandes rendimentos de biomassa nas capturas, por conta da dominância de bagres como *Pinirampus pirinampu*, *Pterodoras gruanulosus*, *Calophysus macropterus*, *Brachyplatystoma rousseauxii* e *Zungaro Zungaro*.

EM BRANCO

EM BRANCO

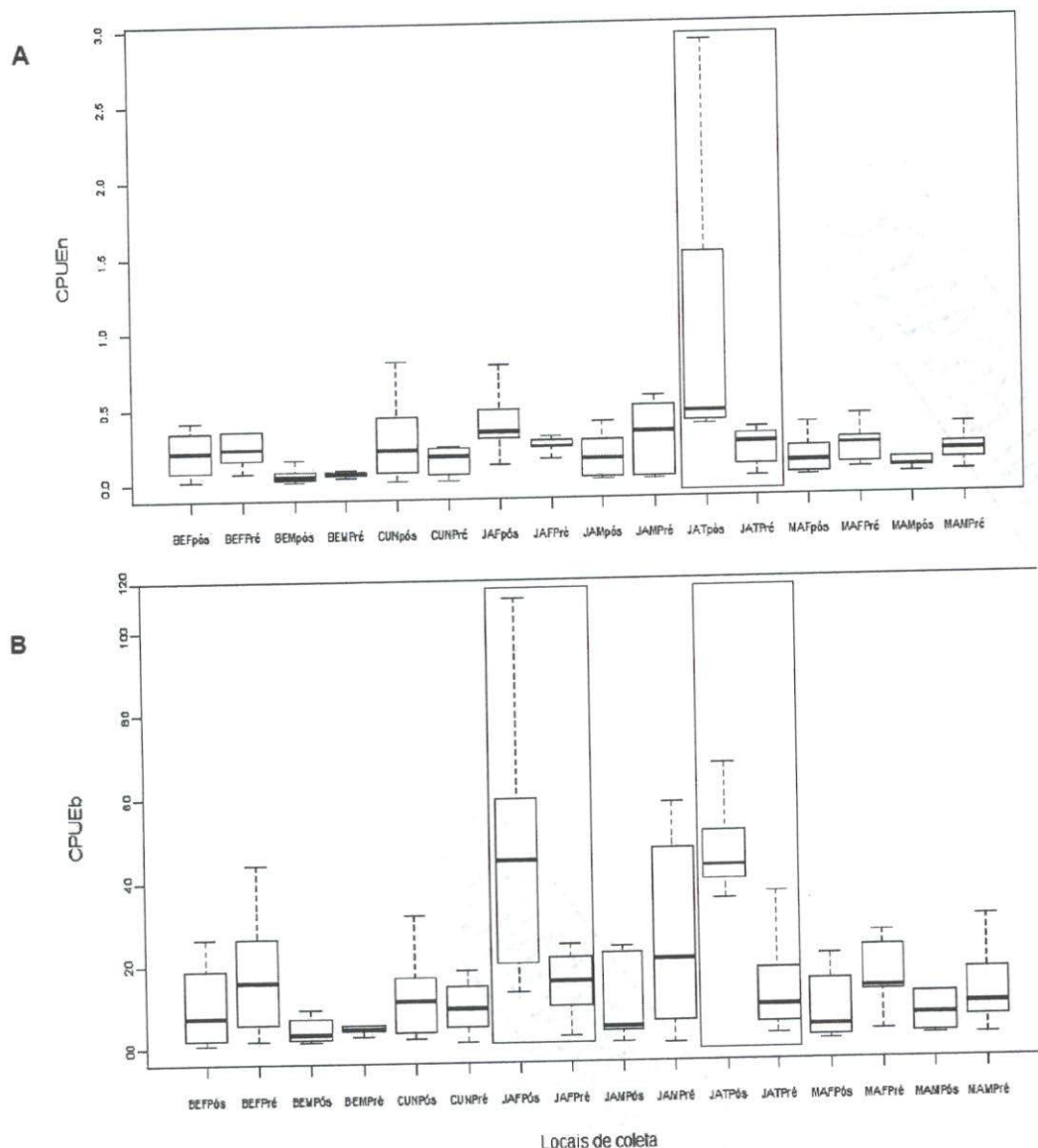


FIGURA 15. 1: Boxplot evidenciando as principais variações (retângulos vermelhos) dos valores de CPUE por número de indivíduos (A) e biomassa (B) entre as fases pré e pós-barramento, baseado na mediana (linha negra), primeiro (25%) e terceiro (75%) quartil (barras) e o intervalo de confiança a 95% (linha tracejada). Fonte: Relatório Técnico do Programa de Conservação da Ictiofauna do Rio Madeira - Laboratório de Ictiologia e Pesca – UNIR/IEPAGRO - agosto de 2013 (AXEXO 16.1).

- Todas as espécies-alvo ocorreram em ambas às áreas de estudo (AD e AIJ) com a maior produção comercial registrada na AIJ em todos os anos, exceto *B. platynemum* e *B. vaillantii* que durante o pré-enchimento exibiram maior produção na área do reservatório. Observou-se também, aumento na abundância relativa de *P. latior* na AD pela pescaria experimental, durante o pós-enchimento. Ainda para esta espécie

EM BRANCO

EM BRANCO

verificou-se que a reprodução ocorreu, sobretudo, na enchente, em especial na AIJ, para ambas as fases de monitoramento.

15.1.1.2 Atividades Futuras

As atividades a serem realizadas são a continuidade:

- dos trabalhos de laboratório;
- das campanhas de campo, de periodicidade bimestral;
- das análises de dados e elaboração de relatórios técnicos;

A equipe responsável pela execução monitoramento encontra-se em substituição. A SAE encaminhará dados da nova equipe junto à solicitação de emissão de Autorização de Captura e Coleta de Material Biológico.

A SAE encaminhará ao IBAMA proposta de reestruturação da malha amostral do Subprograma, com foco na investigação dos efeitos da implantação do empreendimento sobre a ictiofauna para mitigação de eventuais impactos, se constatados. No início de outubro de 2013 ocorrerá em Porto Velho o Seminário do Meio Biótico das UHEs do complexo do Madeira, com apresentação e discussão de dados do Subprograma. Na ocasião, será apresentada a nova equipe ao IBAMA e serão alinhados os pontos para reestruturação da malha amostral.

15.1.2 Subprograma de Ictioplâncton

15.1.2.1 Situação Atual

As atividades desenvolvidas durante o período deste relatório compreenderam:

- Campanhas mensais de amostragem nos pontos de monitoramento utilizando redes de ictioplâncton e de arrasto (*trawl net*);
- Triagem e identificação de larvas de peixes coletadas em campo;
- Análises estatísticas para verificar distribuição espacial e temporal de larvas de peixe no canal do rio Madeira;
- Análise da distribuição espaço-temporal e da abundância de larvas de espécies de interesse comercial (espécies-chave);
- Elaboração de relatórios técnicos.

EM BRANCO

EM BRANCO



Para o presente relatório, destacam-se os seguintes resultados parciais:

- A densidade de ovos e larvas por volume filtrado (**FIGURA 16.2** e **FIGURA 16.3**) e de larvas por área arrastada (**FIGURA 16.4**) manteve o padrão entre anos antes e após o enchimento do reservatório:
 - Sazonalmente, a densidade aumentou nos meses ao fim da estação seca e durante a estação da enchente;
 - Especialmente, de montante a jusante, houve grande incremento após a Volta Grande (a partir do ponto JAM), devido ao acúmulo de larvas provenientes dos tributários de maior porte.
 - Os picos de densidade de larvas observados nos rios Jamary (Figura 4) e de ovos nos rios Jamary e Machado (Figura 5), durante a enchente de 2012 para 2013, foram prováveis artefatos do deslocamento dos pontos de amostragem para montante no interior dos tributários, e não um real incremento na atividade reprodutiva nos locais. Por outro lado, a observação é evidência da grande importância desses tributários como área de reprodução e contribuição para a abundância de larvas no Madeira nos trechos a jusante.
 - O adensamento de larvas na calha do rio durante as épocas de seca, devido à restrição do habitat aquático, fez com que a abundância média nesse período fosse proporcionalmente mais importante do que o observado para larvas coletadas com redes de ictioplâncton. Restrição de habitat à calha do rio é também a provável causa das maiores densidades observadas em 2010, visto que nesse ano houve pronunciada seca na região.

EM BRANCO

EM BRANCO

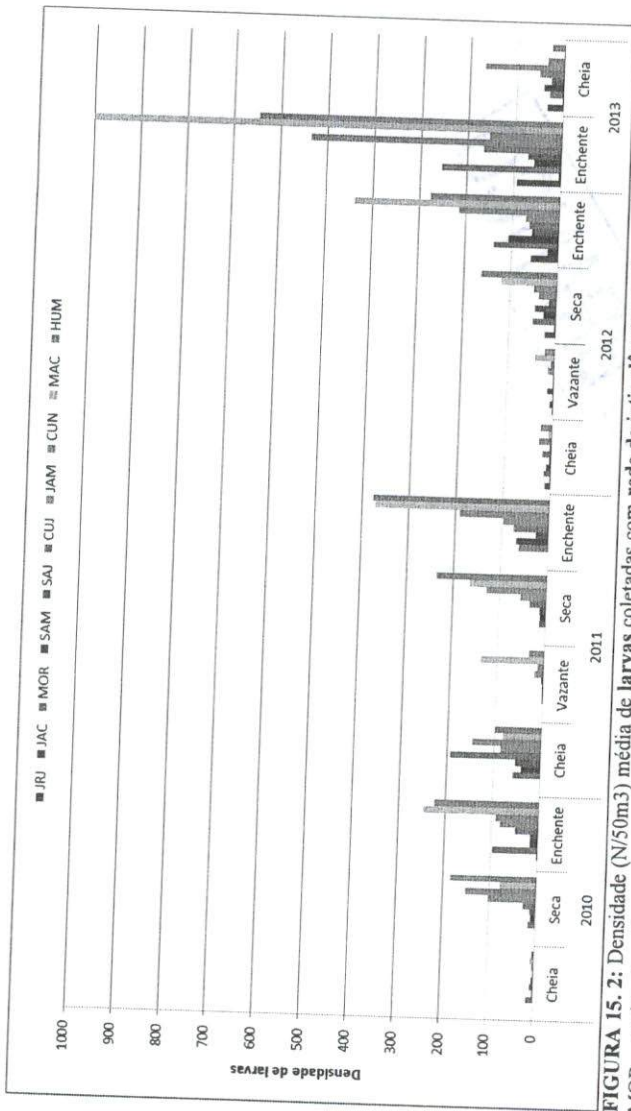


FIGURA 15, 2: Densidade (N/50m³) média de larvas coletadas com rede de ictioplâncton ao longo da área amostral (de montante para jusante: JRJ – Jusante de Jirau; JAC – Jacy Paraná; MOR – região da antiga cachoeira de Morrinhos; SAM – trecho entre cachoeiras de Teofônio e Santo Antônio; SAJ – jusante da cachoeira/UHE Santo Antônio; CUN – trecho em frente ao lago Cujubim; JAM – rio Jamarý; CUN – canal do Cuniã; MAC – rio Machado; HUM – trecho em frente à cidade de Humaitá, AM), de abril de 2010 a abril de 2013.

COHIDILICIBAMA

EM BRANCO

EM BRANCO

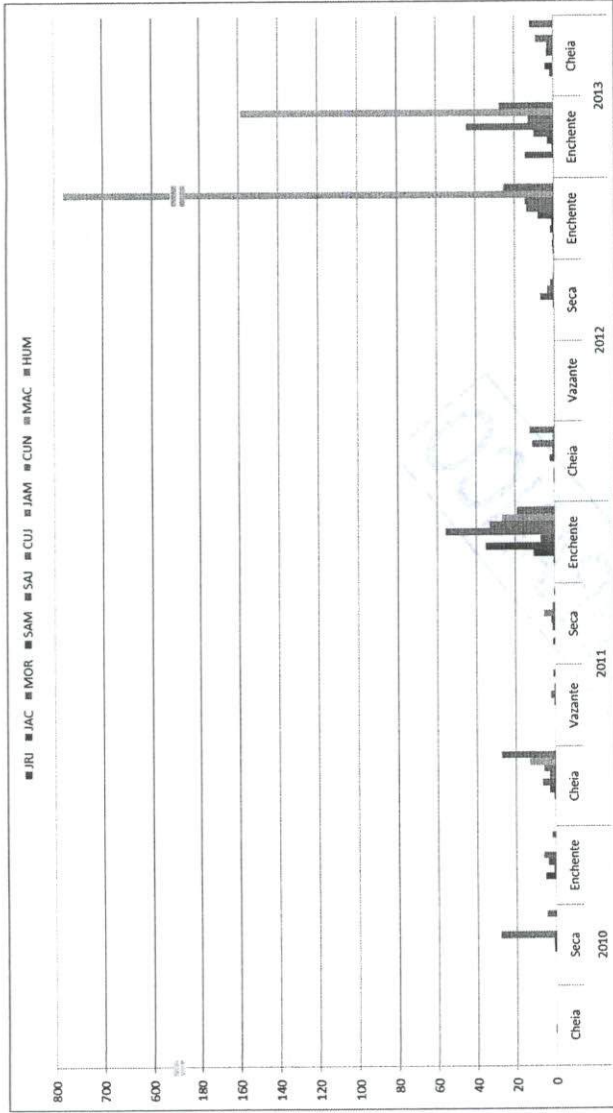


FIGURA 15. 3: Densidade (N/50m³) média de ovos coletados com rede de ictioplâncton ao longo da área amostral (de montante para jusante: JRJ – Jusante de Jirau; JAC – Jacy Paraná; MOR – região da antiga cachoeira de Morrinhos; SAM – trecho entre cachoeiras de Teotônio e Santo Antônio; SAJ – jusante da cachoeira/UHE Santo Antônio; CUJ – trecho em frente ao lago Cujubim; JAM – rio Juary; CUN – canal do Cumiã; MAC – rio Machado; HUM – trecho em frente à cidade de Humaitá, AM), de abril de 2010 a abril de 2013.

COPIA

TRABALHO DE GRADUAÇÃO
COHIDIB/SICIB/AMA
FLS. 9540
RUB.

EM BRANCO

EM BRANCO

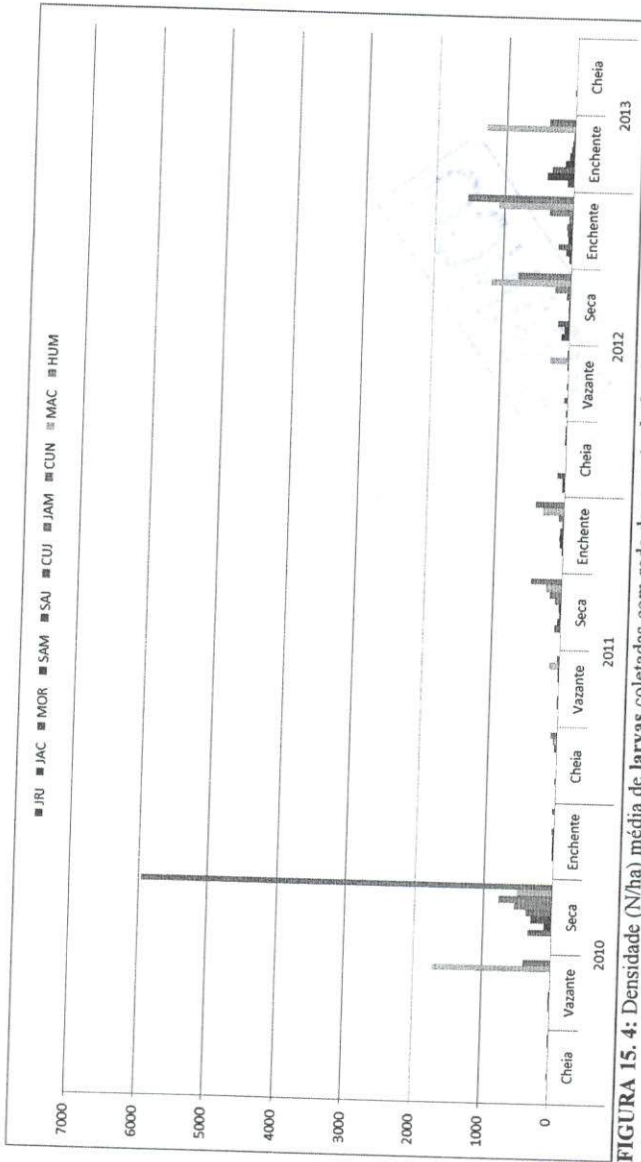


FIGURA 15. 4: Densidade (N/ha) média de larvas coletadas com rede de arrasto de fundo ao longo da área amostral (de montante para jusante: JRJ – Jusante de Jirau; JAC – Jacé Paraná; MOR – região da antiga cachoeira de Morrinhos; SAM – trecho entre cachoeiras de Teotônio e Santo Antônio; SAJ – jusante da cachoeira/UHE Santo Antônio; CUJ – trecho em frente ao lago Cujubim; JAM – rio Jamary; CUN – canal do Cuniã; MAC – rio Machado; HUM – trecho em frente à cidade de Humaitá, AM), de abril de 2010 a abril de 2013.

EM BRANCO

EM BRANCO

15.1.2.2 Atividades Futuras

- Continuidade dos trabalhos de laboratório;
- Continuidade das campanhas de campo;
- Continuação das análises de dados e elaboração de relatórios técnicos.

A equipe responsável pela execução monitoramento encontra-se em substituição. A SAE encaminhará dados da nova equipe junto à solicitação de emissão de Autorização de Captura e Coleta de Material Biológico.

A SAE encaminhará ao IBAMA proposta de reestruturação da malha amostral do Subprograma, com foco na investigação dos efeitos da implantação do empreendimento sobre a ictiofauna para mitigação de eventuais impactos, se constatados.

No início de outubro de 2013 ocorrerá em Porto Velho o Seminário do Meio Biótico das UHEs do complexo do Madeira, com apresentação e discussão de dados do Subprograma. Na ocasião, será apresentada a nova equipe ao IBAMA e serão alinhados os pontos para reestruturação da malha amostral.

Também no Seminário haverá a apresentação dos resultados das simulações de migração descendente e passagem de ovos e larvas pelas turbinas da UHE.

15.1.3 Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira

15.1.3.1 Situação Atual

As atividades desenvolvidas foram:

- Continuidade do apontamento da pesca nas comunidades;
- Continuidade das campanhas mensais;
- Continuidade do Registro Familiar da Pesca.

E como resultados principais, destacam-se:

- Durante o monitoramento do desembarque pesqueiro comercial (de 2009 a 2013) foram registrados 20.023 desembarques em toda a área amostral, totalizando uma captura de 1.605 toneladas. Registrou-se a captura relacionada a 813 pescadores no estado de Rondônia e 714 em Humaitá no estado do Amazonas. A maior parte dos pescadores (n=1265) está concentrada a jusante da UHE.

EM BRANCO

EM BRANCO

- Entre os períodos pós e pré-reservatório é possível observar uma queda nos valores numéricos de pescadores que participaram do monitoramento, e esta é mais acentuada na área do reservatório de Santo Antônio. Motivos que levaram à diminuição da participação dos pescadores incluem: estabelecimento de vínculo empregatício em outras atividades, alegada diminuição da rentabilidade da pesca e pressões supostamente exercidas pela Colônia Z-1 para que os pescadores deixem de contribuir com Monitoramento Pesqueiro da SAE;

TABELA 15. 1

Produção pesqueira (toneladas), soma do Esforço registrado (pescador.dia) e CPUE média ($\text{kg.pescador}^{-1}.\text{dia}^{-1}$) registrados no conjunto das amostragens nas diferentes localidades, no âmbito do Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira, antes (desde abril 2009) e após o fechamento do reservatório (após setembro 2013) da UHE Santo Antônio.

Localidade	Pré			Pós		
	Produção	Esforço	CPUE	Produção	Esforço	CPUE
Cachoeira do Teotônio	216,0	5923	47,2	3,5	256	12,6
Jaci Paraná	37,1	4630	12,5	15,9	2418	11,0
Porto Velho	23,0	2023	17,2	10,0	350	25,7
São Sebastião	17,4	1474	12,6	9,0	848	10,8
São Carlos	61,5	3625	19,7	18,5	1072	19,9
Cuniã	73,8	4222	21,2	36,1	2073	19,6
Nazaré	13,6	1289	11,9	8,7	632	15,0
Calama	119,7	5590	28,1	50,1	2322	25,9
Humaitá	415,0	23999	18,8	316,9	18376	18,0

- A CPUE média na região do reservatório diminuiu do pré para o pós-enchimento, em função da queda da CPUE na região da Cachoeira do Teotônio. Isso se deve principalmente à submersão da cachoeira e seus pedrais, de onde os pescadores retiravam altos rendimentos, a despeito da pesca na localidade ser considerada ilegal e predatória. Após o enchimento, com a troca dos petrechos e pesqueiros da região, o rendimento pesqueiro registrado foi comparável aos valores observados em Jaci Paraná, tanto antes como depois do enchimento. Na jusante, a CPUE variou entre antes e depois do enchimento nas diferentes localidades sem padrão definível (TABELA 15. 1);
- Como a CPUE, a renda média diminuiu na região da Cachoeira do Teotônio e variou sem padrão definido nas demais localidades (TABELA 15. 2);

EM BRANCO

EM BRANCO

TABELA 15. 2

Receita líquida (valor de venda do pescado menos custo da pescaria: gelo, combustível e rancho) média dos desembarques nas diferentes localidades, antes e após fechamento do reservatório, e Desvio Padrão. Dados do Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira: antes (desde abril 2009) e após o fechamento do reservatório (após setembro 2013) da UHE Santo Antônio.

Área	Localidade	Pré		Pós	
		Receita	Desvio	Receita	Desvio
Reservatório	Cachoeira do Teotônio	R\$ 241,39	R\$ 348,65	R\$ 153,96	R\$ 377,03
	Jaci Paraná	R\$ 285,38	R\$ 385,39	R\$ 243,81	R\$ 316,29
	Porto Velho	R\$ 503,46	R\$ 1.233,39	R\$ 381,40	R\$ 912,44
	São Sebastião	R\$ 269,27	R\$ 248,95	R\$ 277,95	R\$ 269,30
Jusante	São Carlos	R\$ 145,62	R\$ 179,96	R\$ 131,10	R\$ 116,66
	Cuniã	R\$ 102,05	R\$ 130,38	R\$ 87,48	R\$ 139,46
	Nazaré	R\$ 130,55	R\$ 208,31	R\$ 89,18	R\$ 78,12
	Calama	R\$ 408,33	R\$ 727,79	R\$ 471,40	R\$ 705,01
	Humaitá	R\$ 735,85	R\$ 1.569,60	R\$ 886,66	R\$ 1.492,87
	Total Geral	R\$ 287,97	R\$ 718,49	R\$ 352,94	R\$ 847,56

- Houve substituição de espécies desembarcadas na região do reservatório ao longo do período de monitoramento (**FIGURA 15. 5**): em 2009 e 2010 se destacaram os Siluriformes barba-chata (*Pinirampus pirinampu*), jaú (*Zungaro zungaro*), piramutaba (*Brachyplatystoma vailanti*) e surubim (*Pseudoplatystoma punctifer*), enquanto nos anos de 2012 e 2013 destacaram-se os Characiformes jatuarana (*Brycon amazonicus*) e curimatã (*P. nigricans*) e o Perciforme tucunaré-açú (*C. pleiozona*);
- Na jusante, as principais espécies foram as mesmas atente e depois do represamento (**FIGURA 15. 6**): o pacu-comum (*Mylosoma duriventre/M. aureum*), a curimatã (*P. nigricans*), o jaraqui-escama-grossa (*Semaprochilodus insignis*), a jatuarana (*B. amazonicus*) e a dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*);

EM BRANCO

EM BRANCO

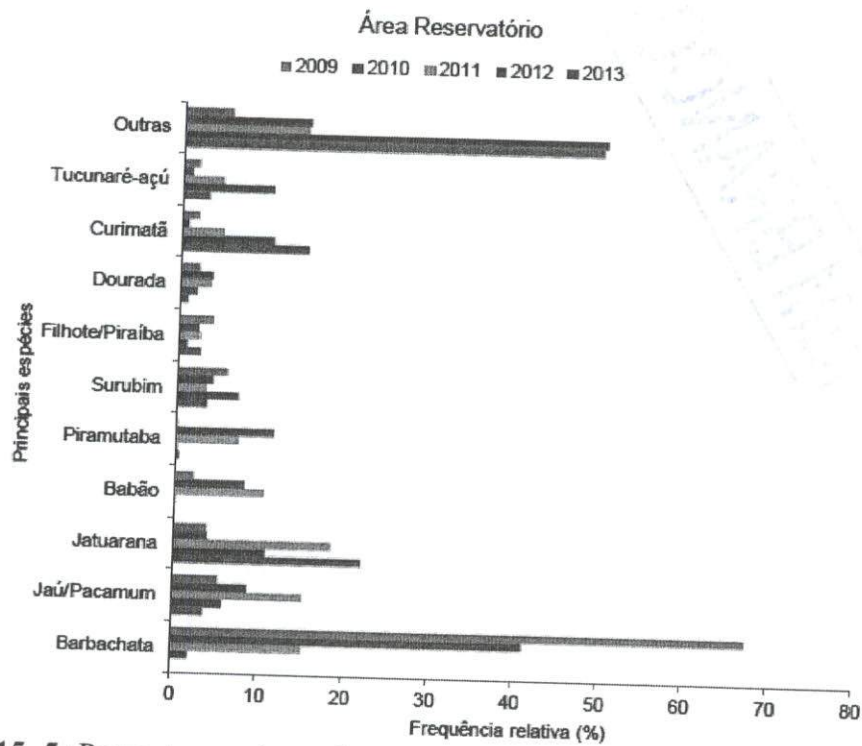


FIGURA 15. 5: Percentagem da produção pesqueira registrada que as principais espécies representaram nos diferentes anos de monitoramento, na área do reservatório da UHE Santo Antônio (Jacy Paraná e Cachoeira do Teotônio).

EM BRANCO

EM BRANCO

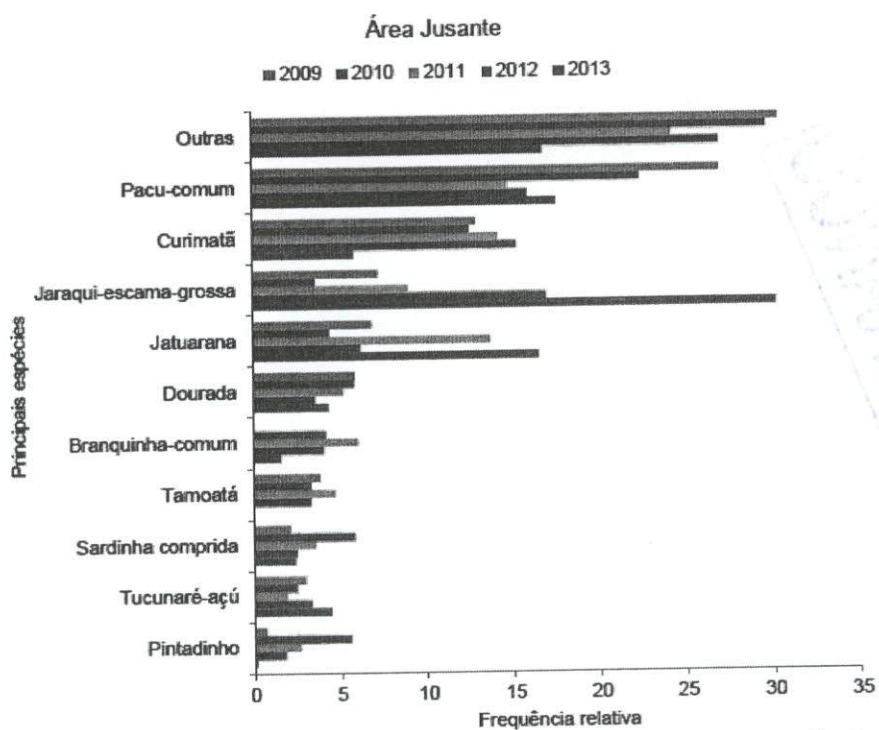
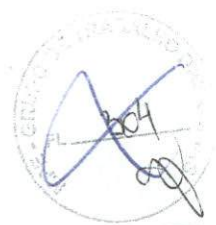


FIGURA 15. 6: Percentagem da produção pesqueira registrada que as principais espécies representaram nos diferentes anos de monitoramento, na área a jusante da UHE Santo Antônio (de São Sebastião e Porto Velho a Humaitá).

- A contribuição do pescado que vem de regiões fora do estado de Rondônia, como Lábrea e Manaus, especialmente os grandes bagres, aumentou de 191kg de pescado na fase pré reservatório para 9.160kg na fase pós, segundo registros do flutuante Cai N'Água, da Colônia de Pescadores Z-1, de Porto Velho. O aumento da demanda por bagres “nobres” e o alto preço praticado para estas espécies, em relação às demais, na região provavelmente estimulam essa prática. Além disso, há a possibilidade de ganhos extra, pois os atravessadores vêm dos portos da Amazônia Central para adquirir tambaqui oriundo das pisciculturas de Rondônia, que é muito apreciado em Manaus e arredores, e acabam por trazer os bagres desembarcados em seus portos de origem, a maioria pescada no Alto Solimões;
- No reservatório, a pesca se intensificou no trecho inicial (montante) próximo ao distrito de Jacy Paraná, mas também ocorreu próximo às concentrações populacionais na jusante, principalmente no entorno do igarapé Jatuarana, conforme registrado no Programa de Gestão Sociopatrimonial (**Seção 28** –, item 28.2.2 - *Identificação das ocorrências*, no presente relatório). No monitoramento realizado no âmbito do PGSP, foram colhidas outras informações que indicam incremento na atividade pesqueira no reservatório:
 - A difusão (boatos intensos) de que os peixes estão se reproduzindo em uma escala maior que no passado, havendo abundância de variadas espécies;

EM BRANCO

EM BRANCO

- Um caminhão frigorífico que percorre as margens do rio recolhendo pescado em grande quantidade, funcionando como entreposto de comercialização de peixe;
- Uma chalana recentemente reformada que percorre a área do reservatório com o mesmo intuito do caminhão, mas dedicando-se a compra de pescados de pescadores embarcados;

O PGSP monitora ainda atividades potencialmente predatórias ou danosas à biota, aponta para a falta de fiscalização de órgãos com poder de polícia, e informa que:

- O uso de malhadeiras proibidas na foz dos igarapés tem sido informado por moradores da região;
- Foram registrados indícios ações criminosas praticadas por supostos pescadores que atearam fogo e várias áreas de APP do reservatório, às margens de rios e igarapés

15.1.3.2 Atividades Futuras

- Continuidade dos trabalhos de registro diário de desembarques;
- Continuidade das campanhas de campo, de periodicidade mensal;
- Continuação das análises de dados e elaboração de relatórios técnicos.

A equipe responsável pela execução monitoramento encontra-se em substituição. A SAE encaminhará dados da nova equipe junto à solicitação de emissão de Autorização de Captura e Coleta de Material Biológico.

A SAE encaminhará ao IBAMA proposta de reestruturação da malha amostral do Subprograma, com foco na investigação dos efeitos da implantação do empreendimento sobre a ictiofauna e a atividade pesqueira, para mitigação de eventuais impactos, se constatados.

No início de outubro de 2013 ocorrerá em Porto Velho o Seminário do Meio Biótico das UHEs do complexo do Madeira, com apresentação e discussão de dados do Subprograma. Na ocasião, será apresentada a nova equipe ao IBAMA e serão alinhados os pontos para reestruturação da malha amostral.

15.1.4 Subprograma de Resgate de Peixes

15.1.4.1 Situação Atual

Atividades:

- Acompanhamento ambiental do comissionamento de turbinas do GG2;

EM BRANCO

EM BRANCO

- Vistoria de áreas a jusante em busca de peixes eventualmente feridos ou mortos em decorrência de testes nas turbinas;
- Resgate dos peixes nas Unidades Geradoras em operação comercial durante as paradas para inspeção técnica;

TABELA 15. 3

Biomassa de peixes resgatada das Unidades Geradoras em comissionamento ou operação comercial na UHE Santo Antônio, de março a agosto de 2013.

DATA	Unidade Geradora	BIOMASSA (Kg)
03/03/2013	UG# 05	19,5
04/03/2013	UG# 12	0,1
08/03/2013	UG# 01	57,5
13/03/2013	UG# 12	2,7
14/03/2013	UG# 07	421,0
24/03/2013	UG# 03	171,0
28/03/2013	UG# 12	11,5
19/04/2013	UG# 03	110,0
24/04/2013	UG# 13	8,0
25/04/2013	UG# 10	500,0
02/05/2013	UG# 09	30,0
03/05/2013	UG# 14	35,0
22/05/2013	UG# 06	42,2
07/06/2013	UG# 11	8,0
09/06/2013	UG# 08	4,9
14/06/2013	UG# 14	1,3
27/06/2013	UG# 16	1,0
01/07/2013	UG# 13	5,8
04/07/2013	UG# 17	3,7
09/07/2013 - 10/07/2013	UG#04	0,3
17/07/2013	UG#14	0,8
23/07/2013	UG#15	21,5
05/08/2013	UG#18	1,2
07/08/2013	UG#03	20,0
07/08/2013	UG#11	3,0
22/08/2013	UG#20	2,0
23/08/2013	UG#15	0,2

Os resgates em Unidades Geradoras (UGs) em comissionamento ou em operação comercial seguiram sem incidentes, com 100% da biomassa resgatada sendo devolvida com aspecto saudável ao rio Madeira. Na **TABELA 15. 3** são mostrados os resultados para o período.

EM BRANCO

EM BRANCO

15.1.4.2 Atividades Futuras

- Resgate durante as intervenções nos vãos dos vertedouros principal e complementar, prevista para agosto a outubro de 2013;
- Resgates nas UGs em comissionamento;
- Resgates nas UGs em operação comercial (nas paradas para manutenção);
- Participação nas reuniões e continuidade na orientação das equipes de engenharia para prevenção de ocorrências ambientais durante comissionamento e operação das turbinas.

15.1.5 Subprograma de Monitoramento do Sistema de Transposição de Peixes

15.1.5.1 Situação Atual

Atividades:

- Monitoramento telemétrico da movimentação de peixes no entorno da UHE e da passagem para montante pelo STP, através das bases fixas e antenas em embarcações;
- Avaliação da presença de peixes no STP e entorno com auxílio de ecossonda (DIDSON);

Resultados principais:

- Registro da movimentação de bagres em frente às diferentes estruturas da UHE. Conforme enscadeiras são removidas e a água chegou às novas estruturas, foi possível observar o comportamento exploratório dos peixes marcados que, após um tempo, passaram a fazer uso regular da área;
- Os peixes marcados registrados continuam, em sua maioria, na área a jusante, não tendo deixado a área em direção a jusante ou montante. A maior parte dos registros ocorreu no monitoramento móvel trecho a jusante, que cobre a área de 2,0 km a 10,0 km a jusante do barramento;
- Devido a interferências construtivas no entorno do STP, não foram realizados experimentos de soltura de indivíduos marcados no interior do canal;
- Houve retorno de marcas dos peixes, capturados por pescadores profissionais em atividade na região.

EM BRANCO

EM BRANCO

15.1.5.2 Atividades Futuras

- Continuidade do monitoramento do STP com radiotelemetria e Ecosonda;
- Nova campanha para marcação de mais peixes das espécies dourada (*B. rousseauxii*) e babão (*B. platynemum*);
- Campanhas mensais de monitoramento telemétrico móvel a jusante e montante da barragem;
- Download e análise de dados das bases telemétricas feito mensalmente;
- Experimento com soltura de parte dos novos peixes marcados em diferentes trechos do canal do STP para avaliar respostas ao escoamento será realizado uma vez que as interferências no entorno cessem;
- Produção de relatórios.

15.1.6 Centro de Conservação e Pesquisa de Peixes Migradores – CPM

15.1.6.1 Situação Atual

A construção do Laboratório de Reprodução de Peixes avançou, com previsão de entrega da obra em dezembro de 2013. O relatório de andamento da obra encontra-se no **ANEXO 15.3**.

O Laboratório de Bioengenharia está fase de definição de especificações. Esse laboratório, uma vez concluído, viabilizará testes específicos para melhor compreensão de comportamento e resposta dos peixes a condições hidráulicas diversas, visando à otimização da transposição de peixes na UHE Santo Antônio, bem como em outros empreendimentos. A princípio, almeja-se a construção de um canal experimental de dimensões comparáveis ao antigo CET da Cachoeira do Teotônio, demolido antes do enchimento do reservatório. Para tanto, está em discussão a melhor maneira de garantir suprimento constante de água na vazão necessária, condição necessária para que o canal opere o ano todo, maximizando o retorno em pesquisa do investimento na construção. Essa definição, de suma importância, depende também de questões de operação e segurança da UHE, o que justifica a aparente delonga.

15.1.6.2 Atividades Futuras

- Finalização e entrega da obra do Laboratório de Reprodução de Peixes, prevista para dezembro de 2013;
- Elaboração do projeto conceitual do Laboratório de Bioengenharia, com conclusão prevista para dezembro de 2013, e apresentação do mesmo para o IBAMA;

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1745
www.ibama.gov.br



OF 02001.010238/2015-53 DILIC/IBAMA

Brasília, 14 de setembro de 2015.

À Senhora
Gisele Dias de Oliveira Bleggi Cunha
Procuradora da República da Procuradoria da República no Estado de Rondônia 6º
Ofício-4ª
Rua José Camacho, nº 3307 - Embratel
PORTO VELHO - RONDONIA
CEP.: 76820886

Assunto: **Dilação de Prazo - Ofício nº 3400/2015/MPF/PR/RO/6º OFÍCIO/4ªCCR - DOCUMENTO ÚNICO 5042/2015 - Protocolo IBAMA nº 02001.017177/2015-55.**

Senhora Procuradora da República,

1. Cumprimentando-a, reporto-me ao Ofício nº 3400/2015/MPF/PR/RO/6º OFÍCIO/4ªCCR, de 27 de agosto de 2015, protocolado no IBAMA sob o nº 02001.017177/2015-55, em 03 de setembro de 2015, referente ao empreendimento UHE Santo Antônio, para **solicitar** a prorrogação do prazo fixado para atendimento ao requisitado, considerando o recebimento do documento por esta Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC somente no dia 09 de setembro de 2015, bem como a exiguidade do prazo para prestar as informações solicitadas, em meio ao expressivo número de processos de licenciamento ambiental por todo o país que também demandam providências por este órgão no momento.
2. Pelo exposto, esperando poder contar com sua compreensão, **solicito a dilação do prazo fixado**, por mais **25 dias úteis** a partir da data a ser considerada por Vossa Senhoria.

Atenciosamente,

MARCUS VINICIUS LEITE CABRAL DE MELO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO



PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA

6º OFÍCIO – 3º CCR / 4º CCR – DEFESA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DO CONSUMIDOR.

DIGITALIZADO NO IBAMA

OFÍCIO Nº 3478/2015/MPF/PR-RO/6º OFÍCIO – 4º CCR.

Porto Velho/RO, 28 de agosto de 2015.

Ao Senhor

MARCUS VINICIUS LEITE CABRAL DE MELO

Diretor Substituto da Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC/IBAMA - DF

SCEN Trecho 02 - Ed. Sede do Ibama

70.818-900 - Brasília — DF

Referência: Ofício nº 036/2015/MPE-RO-GT (ÚNICO-PR-RO-11331/2015).

(Favor, ao responder fazer referência ao procedimento em epígrafe).

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO


Documento - Tipo: Of. 36/2015-RONº. 02001.0179 36/2015-RORecebido em: 15/09/2015

Assinatura

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o cordialmente, acuso o recebimento do OFÍCIO 02001.009001/2015-20 DILIC/IBAMA, de 12 de agosto de 2015, e informo a Vossa Senhoria o deferimento do prazo suplementar de 25 (vinte e cinco) dias, a contar do recebimento deste expediente, para resposta ao Ofício nº 2533/2015/MPF/PR-RO/6º OFÍCIO – 4º CCR.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para outras informações que se fizerem necessárias.



GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI CUNHA
Procuradora da República

A CGENE:

Plêniária e encaminhamentos
sobre espaço biológico UFRO.

Renata Miranda Carvalho
Técnico Administrativo
Matrícula: 2175863
DILICRE/MA

17/09/2015

Em tempo, informo que tal
concessão de dilatação de prazo
se refere ao OF 02024.002524/
2015-87, atualmente na COTIV.

Renata Miranda Carvalho
Técnico Administrativo
Matrícula: 2175863
DILICRE/MA

18/09/2015

A Natália Monteiro
para juntar os processos.

Informo que o Ofício
02001.010369/2015 - CGEMB
respondeu à demanda.
22/9/15


Coordenador Geral de Infraestrutura
Energia Elétrica - Sub
CGENE/DILICRE



PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
SECRETARIA DE EXECUÇÕES DA TUTELA COLETIVA
6º OFÍCIO – 3º CCR / 4º CCR

ÚNICO – PR/RO-0013912/2015



OFÍCIO Nº 2533/2015/MPF/PR-RO – 6º OFÍCIO – 4º CCR.

Porto Velho/RO, 10 de julho de 2015.

Ao Senhor
PAULO BALTAZAR DINIZ
Superintendente do IBAMA no Estado de Rondônia
Av. Governador Jorge Teixeira, nº 3559 – Costa e Silva
Porto Velho — Rondônia

MMA/IBAMA/SUPES-RO
Documento - tipo: ...
Nº 02024.002534/2015-87
Recebido em: 11/07/15

Marlene

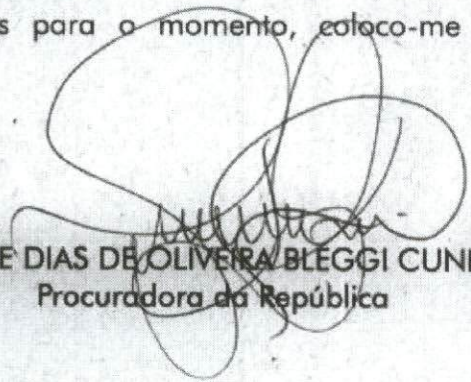
Referência: Ofício nº 036/2015/MPE-RO-GT (ÚNICO-PR-RO-11331/2015).
(Favor, ao responder fazer referência ao procedimento em epígrafe).

COPIA

Senhor Superintendente,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, e no prazo de 20 (vinte) dias, que realize vistoria no local, para verificação da denúncia contida no Ofício nº 036/2015/MPE-RO-GT (cópia anexa).

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para mais informações.


GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI CUNHA
Procuradora da República

EM BRANCO

ÚNICO PR/RO - 11331/2015



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
em defesa da sociedade
Grupo de Trabalho Operacional das Promotorias Cíveis
e da Tutela Coletiva



Ofício nº 036/2015/MPE-RO/GT

Porto Velho, 12 de junho de 2015.

Assunto: Prédio das coleções biológicas – UNIR.

Procuradora da República em Rondônia
Recebido em 12/06/15 Hora 14:47
Sandra M. Cruz da Luz Level
Técnico Administrativo
Mat 18579-8 - MPE/PR-RO

Senhora Procuradora,

Cumprimentando-a, repasso informações recebidas extraoficialmente, o prédio onde estão depositadas as plantas aquáticas, peixes e mamíferos das coleções biológicas, em espaço construído pelo Consórcio Santo Antônio Energia, especialmente para esta finalidade, na Universidade Federal de Rondônia, estaria apresentando problemas, tais como infiltração no teto, operar com apenas uma bomba de água (não sendo suficiente para a demanda), o sistema de vigilância não funcionar adequadamente, e os equipamentos estão expostos a intervenção alheia, bem como em situação de insegurança quanto a manutenção de sua integridade, para providências que entender cabíveis.

Atenciosamente,

Aidee Maria Moser Torquato Luiz
AIDEE MARIA MOSER TORQUATO LUIZ
Promotora de Justiça
Coordenadora do Grupo de Trabalho – MPE

A Senhor Procurador da República em Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural
GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI CUNHA
Ministério Público Federal
Rua Abunã, 1759 – São João Bosco
NESTA

EM BRANCO



PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA

6º OFÍCIO – 3º CCR / 4º CCR – DEFESA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DO CONSUMIDOR.



OFÍCIO Nº 3572/2015/MPF/PR-RO/6º OFÍCIO – 4º CCR.

Porto Velho/RO, 2 de setembro de 2015.

A Sua Senhoria, a Senhora **MARILENE DE OLIVEIRA RAMOS MURIAS DOS SANTOS**.
 Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
 SCEN Trecho 02, Ed. Sede do Ibama.
 70.818-900 Brasília — Distrito Federal.

Referência: IC nº 1.31.000.001153/2015-37.
 (Favor, ao responder fazer referência ao procedimento em epígrafe).

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO	
Documento - Tipo:	OF.
Nº. 02001.0179	12/2015-21
Recebido em:	15/09/2015
Assinatura	

Senhora Presidente,

A fim de instruir os autos em epígrafe, sob a condução desta Procuradora, sirvo-me do presente para requisitar a Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, e **no prazo de 10 (dez) dias**, que encaminhe a esta Procuradoria da República cópia dos estudos realizados sobre o aumento da motorização e do aumento da cota do reservatório de 70,0 m para 70,5m e 70,5m para 71,3m das UHE's Santo Antônio e Jirau, bem como cópia da Nota Técnica emitida por esta autarquia autorizando o aumento da motorização e do aumento da cota do reservatório de 70,0 m para 70,5m e 70,5m para 71,3m da **UHE Santo Antônio**.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para mais informações.


GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI CUNHA
 Procuradora da República

iapc

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1745
www.ibama.gov.br



OF 02001.010401/2015-88 DILIC/IBAMA

Brasília, 17 de setembro de 2015.

À Senhora
Gisele Dias de Oliveira Bleggi Cunha
Procuradora da República da Procuradoria da República no Estado de Rondônia 6º
Ofício-4ª
Rua José Camacho, nº 3307 - Embratel
PORTO VELHO - RONDONIA
CEP.: 76820886

Assunto: **Dilação de Prazo - Ofício nº 3572/2015/MPF/PR/RO/6º OFÍCIO/4ªCCR - IC 1.31.000.001153/2015-37 - Protocolo IBAMA nº 02001.017912/2015-21.**

Senhora Procuradora da República,

1. Cumprimentando-a, reporto-me ao Ofício nº 3572/2015/MPF/PR/RO/6º OFÍCIO/4ªCCR, de 02 de setembro de 2015, protocolado no IBAMA sob o nº 02001.017912/2015-21, em 15 de setembro de 2015, referente ao empreendimento UHE Santo Antônio, para **solicitar** a prorrogação do prazo fixado para atendimento ao requisitado, considerando o recebimento do documento por esta Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC somente no dia 17 de setembro de 2015, bem como a exiguidade do prazo para prestar as informações solicitadas, em meio ao expressivo número de processos de licenciamento ambiental por todo o país que também demandam providências por este órgão no momento.
2. Pelo exposto, esperando poder contar com sua compreensão, **solicito a dilação do prazo fixado**, por mais **25 dias úteis** a partir da data a ser considerada por Vossa Senhoria.

Atenciosamente,

O ORIGINAL FOI ASSINADO

MARCUS VINICIUS LEITE CABRAL DE MELO
Diretor Substituto da DILIC/IBAMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SCEN Trecho 02 - Ed. Sede do IBAMA CEP 70818900 - Brasília/DF - www.ibama.gov.br



DESPACHO DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Documento: 02001.017912/2015-21 - Ofício N° 3572/2015/MPF/PR-RO/6° OFÍCIO - 4° CCR.

Origem: Procuradoria da República em Rondônia.

Assunto: Requisição de informações sobre o aumento da motorização e do aumento da cota do reservatório das UHE's Santo Antônio e Jirau.

Destinatário: DILIC

Data: 16/09/15

1° Despacho: Para conhecimento e demais encaminhamentos. Observando prazo.

Gustavo Müller de Podesta
Chefe de Gabinete do IBAMA

Destinatário: CGENE

Data: 17/09/15

2° Despacho: 1) PI providências;
2) Atentado OF 02001-010401/2015-88 DILIC/IBAMA,
de 17/09/15, solicitando dilação de prazo.

Lucia Miranda Carvalho
Técnico Administrativo
Matrícula: 2175863
DILIC/IBAMA

Destinatário: A COHID 2

Data: 18/09/15

3° Despacho: Favor elaborar minuta de resposta
ao MPF.

Regina Coeli Montenegro Generino
Coordenadora-Geral de
Infraestrutura de Energia Elétrica
CGENE/DILIC/IBAMA

Destinatário: Eduardo Wagner

Data: 22/09/15

4° Despacho: Para elaborar relatório em Ofício - CGEMB.

Frederico Queiroga do Amaral
Coordenador de Energia Hidrelétrica
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Destinatário:

Data:

5° Despacho:

Destinatário:

Data:

6° Despacho:

Destinatário:	Data:	
<u>7º Despacho:</u>		
Destinatário:	Data:	
<u>8º Despacho:</u>		
Destinatário:	Data:	
<u>9º Despacho:</u>		
Destinatário:	Data:	
<u>10º Despacho:</u>		
Destinatário:	Data:	
<u>11º Despacho:</u>		
Destinatário:	Data:	
<u>12º Despacho:</u>		
Destinatário:	Data:	
<u>13º Despacho:</u>		



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



DESP. ENC. ABERT. 02001.001466/2015-32 COHID/IBAMA

Brasília, 08 de dezembro de 2015

Ao Arquivo Setorial da SETORIAL DILIC

Solicitamos o encerramento e abertura de volume do processo nº 02001.000508/2008-99. Após o encerramento e abertura do volume tramite o processo para Coordenação de Energia Hidrelétrica - COHID.

Atenciosamente,

Alessandra Leite Dium
ALESSANDRA CABRAL LEITE DUIM
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Unidade Setorial da Diretoria de Licenciamento Ambiental



TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos 08 dias do mês de dezembro de 2015, procedemos ao encerramento deste volume nº XLIX do processo de nº 02001.000508/2008-99, contendo 200 folhas. Abrindo-se em seguida o volume nº L. Assim sendo subscrevo e assino.

Maycon Roberto da S. Martins
MAYCON ROBERTO DA S. MARTINS
Responsável do(a) SETORIAL DILIC/IBAMA

EM BRANCO